

DIÁRIO

DO PODER JUDICIÁRIO



Boa Vista-RR, 05 de Dezembro de 2007

ANO X - EDIÇÃO 3740

R\$ 1,60

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO

Bel. EDUARDO FUTEMMA USHIKOSHI
Secretário do Tribunal Pleno em exercício

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

INQUÉRITO POLICIAL Nº 010 05 004840-3

AUTORA: JUSTIÇA PÚBLICA

RÉU: ROBÉRIO BEZERRA DE ARAÚJO

RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

DECISÃO

Cuida-se de Inquérito Policial instaurado por requisição da 3ª Promotoria Cível do Ministério Público Estadual, no ano de 2004, em desfavor de **ROBÉRIO BEZERRA DE ARAÚJO**, então Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – FEMACT, com o propósito de apurar possível prática de crime ambiental e/ou de prevaricação.

Feito de competência originária do Tribunal de Justiça em decorrência da prerrogativa constitucional do indiciado, nomeado à época (2005) para o exercício do cargo de Secretário de Estado de Articulação Municipal e Política Urbana (Decreto 041-P de 10 de janeiro de 2005, fls. 159).

Por distribuição coube-me relatar o feito.

Entendendo exaurido o trabalho da autoridade policial e suficientemente instruído, determinei abertura de vista ao Ministério Público graduado (despacho fls. 171, em 10.10.2005).

Manifestando-se às fls. 173/176, em 27 de novembro de 2007, o ilustre Procurador-Geral de Justiça Dr. **ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD** requereu o arquivamento dos autos, nos termos do art. 3º, inc. I, da Lei 8.038/90, por ausência de sustentação para ensejar a ação penal pretendida, tanto do suposto crime ambiental, quanto do crime de prevaricação.

Requereu, ainda, envio de cópia à FEMACT do Relatório de Perícia Ambiental acostado às fls. 127/142 para adoção das providências cabíveis, especialmente, com vistas a determinar ao implicado o atendimento das recomendações sugeridas pelos peritos nos itens 3.3.1 e 3.3.2.

É o sucinto relatório.

DECIDO

A representação formulada por requisição da 3ª Promotoria Cível do Ministério Público Estadual em desfavor de **ROBÉRIO BEZERRA DE ARAÚJO**, teve o propósito de apurar possível prática de crime ambiental e/ou de crime de prevaricação, por ter ele, na qualidade de Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia – FEMACT expedido licença ambiental para si próprio.

O Ministério Público Estadual, por seu Procurador-Geral, Dr. **ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD**, após examinar os autos do Inquérito Policial, entendeu pela atipicidade da conduta do acusado, requerendo, com respaldo no art. 28 do Código Processual Penal, o arquivamento do feito por falta de justa causa para o oferecimento de denúncia.

Assiste razão ao il. Procurador-Geral de Justiça. Embora o fato de o investigado haver deferido licença ambiental para si próprio, na qualidade de Presidente do Órgão Estadual que cuida do meio ambiente, não restou caracterizado o delito de prevaricação.

Os documentos acostados demonstram que a licença ambiental não foi concedida de forma arbitrária. O investigado requereu a dita licença, acostando todos os documentos exigidos pela FEMACT, incluindo o Plano de Controle Ambiental–PCA, conforme se vê no Processo Administrativo nº 00179/03-01 cujo trâmite correu regularmente (fls. 08/31).

Não foi praticado qualquer ato “*contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal*”, elementar do crime de prevaricação como se vê no art. 319 do Código Penal. Portanto, não se caracterizou o delito.

De igual modo, o crime ambiental não restou tipificado. A licença ambiental foi concedida de acordo com as normas e leis ambientais. Possíveis irregularidades encontradas no empreendimento de Piscicultura são passíveis de serem sanadas com o atendimento das recomendações técnicas e, se for o caso, serem objeto de infração administrativa.

Nos crimes de competência originária dos Tribunais de Justiça tendo o Chefe do *Parquet* deixado de oferecer denúncia, requerendo o arquivamento do feito, cabe ao relator acolher o pedido e em seu próprio domínio, mandar arquivar o feito.

Este é o entendimento pacífico da Doutrina e Jurisprudência. O festejado processualista **DAMÁSIO DE JESUS** em seu Código Anotado de 1991, sobre o assunto traz o seguinte julgado:

Quando o feito é da competência originária do TJ, requerido o arquivamento do inquérito policial pelo Procurador-Geral de Justiça, nada mais cabe à superior instância que acolher o pedido (RT 498/271 e RTJ 104/1003). No mesmo sentido, tratando-se de pedido de arquivamento formulado pelo Procurador-Geral da República, entendeu o Pretório Excelso que o Tribunal não pode obrigá-lo a oferecer denúncia, sob pena de violar o princípio do *ne procedat iudex ex officio*. (Inq. 180, Plenário, 27/06/84, DJU 31/08/84, p. 13933/4. No mesmo sentido: STF – Inq. 510, Plenário, Rel. Min. Celso de Mello, DJU 19/04/91, p. 4581/2)

No mesmo sentido, mais recentemente, **JULIO FABBRINI MIRABETE** in Código de Processo Penal Interpretado, colaciona:

Pedido implícito de arquivamento – STF: “Se o titular da ação penal – o Procurador-Geral da República – considera que “a prova coligida não autoriza estabelecer a participação do indiciado em conduta de peculato” e não formula a denúncia, isto equivale ao pedido de arquivamento (RT 607/377).” (Atlas, 8ª Edição, São Paulo: 2001, pag. 136)

Competência do relator – TJSP: “O arquivamento, a pedido do Procurador-Geral da Justiça, de *notitia criminis* ou *informatio delicti* nos casos de competência originária do Tribunal de Justiça por prerrogativa de função (...) se faz por despacho do relator sorteado” (RT 621/283). No mesmo sentido, TJSP: RT 545/346, 617/270, RJTJESP 61/409.” (Atlas, 8ª Edição, São Paulo: 2001, pag. 140)

Desta maneira por atipicidade do fato apontado na representação - condição de procedibilidade -, nos termos do art. 28 da nossa Lei Adjetiva Penal, c/c o art. 175, XIV do RITJRR, determino o arquivamento do Inquérito Policial Nº 0010 05 004840_3 instaurado em desfavor de **ROBÉRIO BEZERRA DE ARAÚJO**.

Publique-se.

Registre-se.

Intimem-se.

Boa Vista-RR, 04 de dezembro de 2007.

Des. CARLOS HENRIQUES
Relator

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

AÇÃO PENAL Nº 010 06 005834-3
AUTORA: JUSTIÇA PÚBLICA
RÉU: IRADILSON SAMPAIO DE SOUZA
RELATOR: EXMO. SR. DES. LUPERCINO NOGUEIRA

DESPACHO

Em observância ao Princípio do Promotor Natural e atendendo o disposto no art. 29, V, da Lei nº 8.625/93, determino o encaminhamento destes autos ao eminente Procurador-Geral de Justiça para que se manifeste sobre a ratificação, ou não, da denúncia do presente processo a que responde Iradilson Sampaio de Souza.

Boa Vista (RR), 03 de dezembro de 2007.

Des. LUPERCINO NOGUEIRA
Relator

AÇÃO PENAL Nº 010 06 006264-2
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
RÉU: ARNON JOSÉ CEOLHO JÚNIOR
DEFENSOR DATIVO: DR. ALEXANDER LADISLAU MENEZES
RELATOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA

DESPACHO

Vista à douta Procuradoria-Geral de Justiça.

BV, 04/12/07.

Des. Ricardo Oliveira
Relator

SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO, BOA VISTA-RR, 04 DE DEZEMBRO DE 2007.

Bel. EDUARDO FUTEMMA USHIKOSHI
Secretário do Tribunal Pleno em exercício

SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA

ÁLVARO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Secretário da Câmara Única

PUBLICAÇÃO DE PAUTA DE JULGAMENTO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Carlos Henriques, Presidente da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, torna público para ciência dos interessados que, na Sessão Ordinária do dia **11 de dezembro** do corrente ano, às nove horas, ou nas sessões subseqüentes, serão julgados os processos a seguir:

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0010.07.007807-5 – BOA VISTA/RR
APELANTE: JOÃO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. ANTÔNIO AVELINO DE ALMEIDA NETO
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
RELATOR: EXMO. SR. JUIZ CONVOCADO CRISTÓVÃO SUTER
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0010.07.008909-8 – BOA VISTA/RR
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
APELADO: SÉRGIO MORAIS NUNES
DEFENSOR PÚBLICO: SÍLVIO ABBADE MACIAS

RELATOR: EXMO. SR. JUIZ CONVOCADO CRISTÓVÃO SUTER
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008920-5 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. GIERCK GUIMARÃES MEDEIROS
APELADA: ÂNGELA OMAIRA CASTRO RIBEIRO
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008925-4 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MARCUS GIL BARBOSA DIAS
APELADA: VÂNIA DOS SANTOS TEIXEIRA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008761-3 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ENÉIAS DOS SANTOS COELHO
APELADA: MARILENE TEIXEIRA BARROS
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008869-4 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ARTHUR CARVALHO
APELADO: HAMILTON PIRES SILVA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. MAURO CASTRO
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008929-6 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MARCUS GIL BARBOSA DIAS
APELADO: DÉLCIO PESSO TOLEDO
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008935-3 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ARTHUR CARVALHO
APELADA: DEUZINARIA ARAÚJO BARROSO
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008957-7 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. GIERCK GUIMARÃES MEDEIROS
APELADO: ANTONIO EUDES LOURETO DE OLIVEIRA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.8960-1 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MARCUS GIL BARBOSA DIAS
APELADA: ALEXIA COSTA LIMA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008940-3 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MARCUS GIL BARBOSA DIAS
APELADA: MARIA MARINA DA SILVA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008461-0 – BOA VISTA/RR
APELANTE: BANCO GENERAL MOTORS S/A
ADVOGADO: DR. RODOLPHO MORAIS
APELADO: WEIDER MEILLEI SILVA MARTINS
ADVOGADO: DR. ANDRÉ HENRIQUE OLIVEIRA LEITE
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008737-3 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ARTHUR CARVALHO
APELADA: MARIA LÚCIA SILVA DE OLIVEIRA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

REEXAME NECESSÁRIO Nº 0010.07.008610-2 – BOA VISTA/RR
AUTORA: LEONE PEREIRA DE SOUZA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RÉU: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007906-5 – BOA VISTA/RR
APELANTE: MARIA NAZARÉ DE OLIVEIRA SANTOS
ADVOGADOS: DR. MICHEL RUIZ QUARA E OUTRO
APELADA: ELIZABETE OLIVEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO: DR. JOSÉ MILTON FREITAS
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0010.07.007660-8 – BOA VISTA/RR
APELANTE: SÍLVIO ROCHA FREITAS
ADVOGADO: DR. ROBERTO GUEDES DE AMORIM
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007885-1 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. VENUSTO DA SILVA CARDOSO
APELADA: PORCINA RODRIGUES DE MORAIS SÁ
ADVOGADO: DR. LUIZ TRAVASSOS DUARTE NETO
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007764-8 – BOA VISTA/RR
APELANTE: NATANAEL GONÇALVES VIEIRA
ADVOGADO: EM CAUSA PRÓPRIA
APELADO: JOÃO ALFREDO DE AZEVEDO FERREIRA
ADVOGADO: EM CAUSA PRÓPRIA
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007765-5 – BOA VISTA/RR
APELANTE: DIEGO DE SOUZA BRÍGLIA
ADVOGADO: DR. MARCOS ANTONIO CARVALHO DE SOUZA
APELADA: LUCIANA RENATA MARTINS CARVALHO
ADVOGADO: DR. JOSÉ RIBAMAR ABREU DOS SANTOS
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007826-5 – BOA VISTA/RR
APELANTE: BOA VISTA ENERGIA S/A
ADVOGADO: DR. ALEXANDRE DANTAS
APELADA: JOSEFA BENTO MEDRADO
ADVOGADOS: DR. EDUARDO SILVA MEDEIROS E OUTRO
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.07.008756-3 – MUCAJAI/RR
IMPETRANTE: EDNALDO GOMES VIDAL
PACIENTE: JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS
AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE MUCAJAI

RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

HABEAS CORPUS – PRISÃO PREVENTIVA – NECESSIDADE – PROVA DA MATERIALIDADE – INDÍCIOS DA AUTORIA – MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA – INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL – ORDEM DENEGADA.
A primariedade, os bons antecedentes, além da residência fixa, não impedem a concessão cautelar quando esta se mostra necessária. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de HABEAS CORPUS Nº 0010 07 008756-39 – Comarca de Boa Vista, em que são partes as acima identificadas.

ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Colenda Câmara Única – Turma Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o parecer Ministerial, em DENEGAR a presente Ordem impetrada em favor JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS, por ausência de constrangimento ilegal a ser sanado, nos termos do relatório e voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

SALA DAS SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete (27.11.07).

Des. Carlos henriques
Relator

Des. Ricardo Oliveira
Julgador

Juiz Convocado Cristóvão Suter
Julgador

Dr. Edson Damas
Procurador de Justiça

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CRIME Nº 0010.06.005969-7 – BOA VISTA/RR
1º APELANTE: ALOÍSIO SOUZA DE OLIVEIRA
ADVOGADO: DR. JORGE ALBERTO SILVA DE MELO
2º APELANTE: WILL ROBERT MEDEIROS DE OLIVEIRA
ADVOGADO: DR. MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO
3º APELANTE: FERNANDO DE ALMEIDA
ADVOGADOS: DR. ANTONIO AGAMENON DE ALMEIDA E OUTROS
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. RICARDO OLIVEIRA

EMENTA

APELAÇÃO CRIME – ESTUPRO E ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR – CONCUROS MATERIAL – PALAVRA DA VÍTIMA COERENTE COM O CONJUNTO PROBATÓRIO – NEGATIVA DE AUTORIA. RECURSO IMPROVIDO. MODIFICAÇÃO QUANTO AO REGIME DE CUMPRIMENTO DE PENA.

Delitos do porte dos aqui considerados, por sua própria natureza, são cometidos, como já ditos alhures, quase sempre às escondidas, sendo natural a negativa do réu quanto à respectiva prática, enquanto que as assertivas da vítima assumem considerável valor, quando harmônicas com elementos de certeza outros, constantes do feito.

Crimes de estupro e atentado violento ao pudor, são crimes do mesmo gênero, mas não da mesma espécie, não se configurando a continuidade delitiva ainda que perpetrados contra a mesma vítima e sim o concurso material.

Sentença mantida.

Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de APELAÇÃO CRIME Nº 010 06 005969-7, da Comarca de Boa Vista, em que são partes as acima identificadas.

ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Câmara Única, Turma Criminal, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em harmonia com o parecer da ilustre Procuradoria de Justiça, em conhecer dos apelos por tempestivo e lhes negar provimento, mantendo a r. sentença a quo, alterado o regime de cumprimento de pena para inicialmente fechado, nos termos do relatório e voto do Relator, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

SALA DAS SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete (27.11.2007).

Des. Carlos Henriques
Relator

Des. Ricardo Oliveira
Julgador

Juiz Convocado Cristóvão Suter
Julgador

Esteve presente Dr. Edson Damas
Procurador de Justiça

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008528-6 – BOA VISTA/RR
APELANTE: BOA VISTA ENERGIA S.A.
ADVOGADOS: DR. MÁRCIO WAGNER MAURÍCIO E OUTRO
APELADO: O MUNICÍPIO DE BOA VISTA
PROCURADOR DO MUNICÍPIO: DR. MARCOS ANTONIO SALVIATO FERNANDES NEVES
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA – MUNICÍPIO DE BOA VISTA – COBRANÇA DE TAXA DE LICENÇA DE CONSTRUÇÃO – CÁLCULO EM RAZÃO DA EXTENSÃO DA OBRA – IDENTIDADE COM A BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO PREDIAL – ILEGALIDADE – INCONSTITUCIONALIDADE – INEXISTÊNCIA DE IDENTIDADE DE BASE DE CÁLCULO – INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE – RECURSO IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso de Apelação Cível interposta por BOA VISTA ENERGIA S/A contra o MUNICÍPIO DE BOA VISTA, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, em consonância com o douto órgão ministerial, conhecer do presente recurso, para negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

Des. Carlos Henriques
Presidente e Relator

Des. José Pedro
Revisor

Des. Almiro Padilha
Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007214-4 – BOA VISTA/RR
APELANTE: ELIANE NÓBREGA LOMBA FIGUEIREDO
ADVOGADO: DR. SILAS CABRAL DE ARAÚJO FRANCO
APELADO: BANCO DO BRASIL S.A.
ADVOGADOS: DR. ÉRICO CARLOS TEIXEIRA E OUTRO
RELATOR: EXMO. SR. DES. LUPERCINO NOGUEIRA
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO. BANCO. COBRANÇA SUPOSTAMENTE INDEVIDA DE SAQUES EFETUADOS EM CAIXA ELETRÔNICO. CONDUTA ILÍCITA. NÃO-COMPROVAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. INEXISTÊNCIA. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores integrantes da Turma Cível da Câmara Única do e. Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar este julgado.

Sala das Sessões, em Boa Vista, 27 de novembro de 2007.

Des. Carlos Henriques
Presidente

Des. Lupercino Nogueira
Relator

Des. Almiro Padilha
Membro

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007804-2 – BOA VISTA/RR
APELANTE: BOA VISTA ENERGIA S.A.
ADVOGADOS: DR. ALEXANDRE DANTAS E OUTRO
APELADO: RAILSON DA COSTA SOUZA
DEFENSORA PÚBLICA: DRA. INAJÁ DE QUEIROZ MADURO
RELATOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. RELAÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. AUSÊNCIA DE PROVAS QUE CONSUBSTANCIEM O DIREITO DA APELANTE. EXIGÊNCIA DO ART. 333, I, DO CPC. FRAUDE NO MEDIDOR. PROVA PRODUZIDA UNILATERALMENTE. IMPRESTABILIDADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA.
1. O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito. Inteligência do art. 333, I, do CPC;
2. É pacífica a jurisprudência no sentido de ser impossível a utilização de provas produzidas unilateralmente para legitimar o direito do autor;
3. Recurso a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam os membros da colenda Câmara Única, por sua Turma Cível, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Boa Vista, 27 de novembro de 2007.

Des. Carlos Henriques – Presidente

Des. José Pedro – Relator

Des. Almiro Padilha – Julgador

Esteve presente o Dr. _____, Procurador de
Justiça

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0010.07.008218-4 – BOA VISTA/RR
AGRAVANTE: EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA
ADVOGADOS: DRA. GEÓRGIDA FABIANA MOREIRA DE ALENCAR COSTA E OUTRO
AGRAVADO: ANDERSON KLEITON GOMES DA COSTA
ADVOGADO: DR. LAVOISIER ARNOUD
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO – PENHORA DO FATURAMENTO MENSAL DA EMPRESA – DECISÃO TOMADA APÓS OUTRAS TENTATIVAS FRUSTRADAS – MEDIDA QUE NÃO SE AFIGURA EXTREMA – LEGALIDADE – EXEGESE DO ARTIGO 655 DO CPC – DECISÃO CONFIRMADA – AGRAVO IMPROVIDO.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível, da Colenda Câmara Única do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer do recurso, para negar-lhe provimento, na forma do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

Des. Carlos Henriques
Relator/Presidente

Des. José Pedro
Julgador

Des. Almiro Padilha
Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

HABEAS CORPUS COM PEDIDO DE LIMINAR Nº 0010.07.008784-5 – MUCAJÁ/RR
IMPETRANTE: WALTERLON AZEVEDO TERTULINO
PACIENTE: ANTONIO BEZERRA DA SILVA
AUT. COATORA: MM. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE MUCAJÁ
RELATOR: EXMO. SR. JUIZ CONVOCADO CRISTÓVÃO SUTER

EMENTA

PROCESSUAL PENAL – HABEAS CORPUS – PRISÃO PREVENTIVA – DECISÃO FUNDAMENTADA – CUSTÓDIA CAUTELAR DECRETADA PARA GARANTIR A ORDEM PÚBLICA – MANUTENÇÃO – CONDIÇÕES PESSOAIS QUE NÃO TÊM O CONDÃO DE ELIDIR A SEGREGAÇÃO PROVISÓRIA – ORDEM DENEGADA.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos
Acordam os membros da Câmara Única, Turma Criminal, do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos e em sintonia com o parecer Ministerial, em denegar a ordem, nos termos do voto do Relator, que integra este julgado.

Sala das sessões do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2007.

Des. Carlos Henriques – Presidente

Juiz Convocado Cristóvão Suter – Relator

Ricardo Oliveira – Julgador

Ministério Público Estadual

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0010.07.007782-0 – BOA VISTA/RR
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
1º APELADO: MARCOS GOMES ROSA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. RONNIE GABRIEL GARCIA
2º APELADO: VALTERLINS MORAES DA SILVA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. WILSON ROY LEITE DA SILVA
RELATOR: EXMO. SR. JUIZ CONVOCADO CRISTÓVÃO SUTER
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

APELAÇÃO CRIMINAL – ROUBO QUALIFICADO – ALTERAÇÃO DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA PARA INICIALMENTE FECHADO. DELITO PRATICADO COM EMPREGO DE ARMA DE FOGO E CONCURSO DE PESSOAS – PRETENSÃO À EXASPERAÇÃO DA REPRIMENDA ATÉ METADE – NECESSIDADE NÃO RECONHECIDA EM SENTENÇA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Revelando-se como desfavoráveis a quase totalidade das circunstâncias judiciais, impõe-se em inicialmente fechado o regimento inicial de cumprimento da pena.
2. “O concurso de agentes e o emprego de arma de fogo tratam de causas especiais de aumento de pena e ensejam a dupla valoração e a exasperação da pena em até a metade, nos termos da previsão legal para tanto. IV. O entendimento de que a presença de duas qualificadoras pode levar a majoração da reprimenda além de 1/3, devido ao maior grau de reprovabilidade da conduta do agente, não implica em dizer que a simples presença das majorantes justifica, por si só, a majoração da pena acima do mínimo previsto, para o qual deve haver devida fundamentação.” (STJ, REsp 843.307/RS, Quinta Turma, Rel. Ministro Gilson Dipp – publicação: DJ 05.02.2007).
3. Unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos
Acordam os membros da Câmara Única, Turma Criminal, do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade de votos e em parcial sintonia com o Parquet, em dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do relator, que integra este julgado.

Sala das sessões do egrégio Tribunal de Justiça de Roraima, aos vinte e sete dias do mês de novembro de 2007.

Des. Carlos Henriques – Presidente

Juiz Convocado Cristóvão Suter – Relator

Des. Ricardo Oliveira – Julgador

Ministério Público Estadual

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007160-9 – BOA VISTA/RR
APELANTE: HSBC BANK BRASIL S/A BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADO: DR. RODOLPHO CÉSAR MAIA
APELADO: ALESSANDRO ANDRADE LIMA
ADVOGADO: DR. MAMEDE ABRÃO NETTO
RELATOR: EXMO. SR. DES. LUPERCINO NOGUEIRA
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRELIMINAR. AGRAVO RETIDO. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. PRECEDENTES DESTA CORTE. MÉRITO. DANOS MORAIS. RECUSA DE CRÉDITO EM COMPRA COM CARTÃO, TENDO O CONSUMIDOR LIMITE E ESTANDO EM DIA. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DE CRÉDITO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. CONSTRANGIMENTO CONFIGURADO. DEVER DE INDENIZAR. VALOR DA CONDENAÇÃO. QUANTUM EXCESSIVO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL DE INCIDÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. O indeferimento do pedido de depoimento pessoal do apelado na audiência de instrução e julgamento não constitui cerceamento de defesa quando a peça exordial contém as razões devidamente detalhadas. Ademais, é lícito ao magistrado determinar o julgamento antecipado da lide quando se tratar de questão unicamente de direito, como no caso em tela. Precedentes desta Corte. Agravo Retido denegado.
2. A recusa indevida do cartão de crédito em estabelecimento comercial não configura mero aborrecimento e sim constrangimento suscetível de causar dano moral indenizável.
3. Ocorrendo defeito na prestação do serviço porque o crédito na compra com cartão foi recusado quando não havia motivo justo para

tanto, pois o autor não estava em atraso e tinha limite suficiente, incide o Código de Defesa do Consumidor (art. 3º, §2º), cuidando-se de responsabilidade objetiva (art. 14). Cabia ao réu, para eximir-se, provar a inexistência do defeito ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (art. 14, §3º, I e II), o que não fez.

4. O valor da condenação nos autos deve ser fixado levando-se em conta a razoável condição financeira das partes e a repercussão do fato, de modo a garantir a compensação sem, contudo, permitir o enriquecimento sem causa.

5. O Superior Tribunal de Justiça sufragou entendimento de que o termo inicial de incidência da correção monetária sobre o montante fixado a título de indenização por dano moral decorrente de ato ilícito é o da prolação da decisão judicial que o quantifica e o termo inicial para os juros de mora, em se tratando de responsabilidade contratual, é a data da citação.

6. Apelação parcialmente acolhida para reduzir o valor da indenização para R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e determinar a incidência de juros de mora a partir da citação, e da correção monetária a partir da data do arbitramento da indenização por esta Corte de Justiça.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente recurso de Apelação Cível nº 010.07.007160-9, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Turma Cível da colenda Câmara Única do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer do presente recurso, e dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte deste Julgado.

Sala de Sessões do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

Des. Carlos Henriques
Presidente

Des. Lupercino Nogueira
Relator

Des. Almiro Padilha
Revisor

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.06.005818-6 – BOA VISTA/RR
1º APELANTE / 2º APELADO: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MÁRIO JOSÉ RODRIGUES DE MOURA
2º APELANTE / 1º APELADO: VALDIMIRO ALVES SOUSA E OUTROS
ADVOGADO: DR. CARLOS CAVALCANTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. LUPERCINO NOGUEIRA
REVISOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA

EMENTA

AGRAVO RETIDO. VALOR DA CAUSA. IMPUGNAÇÃO. DANOS MORAIS E MATERIAIS.

O valor da causa, em ação de indenização por danos morais e materiais, deve corresponder ao valor da pretensão econômica pretendida pela parte, mas esta é de natureza meramente estimativa se houver cumulação com o dano moral, ante a ausência de elementos objetivos para a estipulação do dano moral.

Agravo retido improvido.

AGRAVO RETIDO. PROVA PERICIAL. INDEFERIMENTO. CERCEAMENTO DE DEFESA INEXISTENTE.

O juiz é o destinatário da prova, podendo indeferir a realização de prova pericial, ao constatar que os elementos constantes nos autos são suficientes para formar a sua convicção, sem que tal fato caracterize cerceamento de defesa.

Agravo retido improvido.

AGRAVO RETIDO. DANO MORAL POR MORTE. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA INDEFERIMENTO.

O esposo e filhos têm legitimidade *ad causam* ativa para pleitear indenização por danos morais decorrentes da morte, em acidente de trânsito, da esposa e mãe, sendo esse direito personalíssimo.

Agravo retido improvido.

APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AUSÊNCIA DE SINALIZAÇÃO. OMISSÃO DO ESTADO.

RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. DANO MORAL. DEMONSTRAÇÃO DOS REQUISITOS CONFIGURADORES. INDENIZAÇÃO DEVIDA. VALOR FIXADO DENTRO DA RAZOABILIDADE.

1. Em se tratando de responsabilidade civil do Estado, se o prejuízo adveio de uma omissão, ou seja, pelo não-funcionamento do serviço, ou seu funcionamento tardio, deficiente ou insuficiente, aplica-se a teoria da responsabilidade subjetiva, sendo necessária, neste caso, a comprovação da culpa, além dos outros requisitos configuradores.

2. O juiz, ao fixar o valor da indenização por danos morais, deve buscar minimizar a dor da vítima, uma vez que não se pode quantificá-la, e punir o ofensor, visando inibi-lo da prática ilícita, utilizando-se do princípio da razoabilidade.

3. Recurso conhecido e improvido.

RECURSO ADESIVO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE DA ESPOSA E MÃE. DEVER DE ASSISTÊNCIA MÚTUA. DANOS MATERIAIS. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. PRESUNÇÃO. PENSÃO. CABIMENTO AO ESPOSO E FILHOS MENORES.

1. Em se tratando de morte da esposa, desnecessária é a prova de dependência econômica, uma vez que, na sociedade conjugal, diante do princípio da igualdade entre os sexos, presume-se que ambos contribuíam para o sustento do lar. Da mesma forma, presume-se a dependência econômica em relação aos filhos menores.

2. A deficiência na comprovação do valor da renda auferida pela vítima não é óbice para a fixação de um valor para a indenização por dano material, devendo ser utilizado o salário mínimo como base para a pensão mensal.

3. Os filhos emancipados pelo casamento necessitam comprovar a dependência econômica.

4. Recurso adesivo conhecido e parcialmente provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 001006005818-6, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Integrantes da Turma Cível da Colenda Câmara Única do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade, em conhecer os recursos, porém, negar provimento aos agravos retidos e à apelação e dar parcial provimento ao recurso adesivo, nos termos do voto do relator, que fica fazendo parte deste Julgado.

Sala das Sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

Des. Carlos Henriques
Presidente

Des. Lupercino Nogueira
Relator

Des. Almiro Padilha
Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008606-0 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS

APELADA: FAUZIA PAIOLA CANHETE
ADVOGADO: DR. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

PROGRESSÃO FUNCIONAL – LEI ESTADUAL N.º 110/95 – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Não há direito adquirido a estatuto jurídico.

2. No caso em análise, a servidora trouxe consigo, no momento da vigência da Lei Estadual n.º 321/01, o direito adquirido a 1 (uma) progressão nível por nível, que se concretizou em 2001.

3. O direito à progressão classe por classe não foi demonstrado.

4. O acolhimento parcial do pedido autoral impõe o reconhecimento da sucumbência recíproca.

5. Os honorários fixados na sentença são excessivos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões, em Boa Vista, 27 de novembro de 2007.

Des. Carlos Henriques
Presidente

Des. José Pedro
Julgador

Des. Almiro Padilha
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008498-2 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS
APELADA: NERESLÉIA GONÇALVES DIAS
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

PROGRESSÃO FUNCIONAL – LEI ESTADUAL N.º 110/95 – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Não é necessária a remessa do processo ao Tribunal Pleno desta Corte, porque a inconstitucionalidade já foi afastada em um julgamento anterior daquele Colegiado, e porque o pedido foi fundamentado na Lei Estadual n.º 110/95.
2. No caso em análise, a servidora trouxe consigo, no momento da vigência da Lei Estadual n.º 321/01, o direito adquirido a 1 (uma) progressão nível por nível.
3. O pedido referiu-se apenas às progressões decorrentes da Lei Estadual n.º 110/95, portanto, apenas uma, com seus respectivos reflexos, é devida.
4. O direito à progressão classe por classe não foi demonstrado.
5. Os honorários advocatícios fixados são elevados.
6. Houve sucumbência recíproca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso, nos termos de parte do voto do Relator que integram este julgado.

Sala de Sessões, em Boa Vista, 27 de novembro de 2007.

Des. CARLOS HENRIQUES – Presidente

Des. JOSÉ PEDRO – Julgador

Des. ALMIRO PADILHA – Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008441-2 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS
APELADO: SEBASTIÃO FLAUSINO RODRIGUES
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

PROGRESSÃO FUNCIONAL – LEI ESTADUAL N.º 110/95 – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Não é necessária a remessa do processo ao Tribunal Pleno desta Corte, porque a inconstitucionalidade já foi afastada em um

julgamento anterior daquele Colegiado, e porque o pedido foi fundamentado na Lei Estadual n.º 110/95.

2. No caso em análise, o servidor trouxe consigo, no momento da vigência da Lei Estadual n.º 321/01, o direito adquirido a 1 (uma) progressão nível por nível.

3. O pedido referiu-se apenas às progressões decorrentes da Lei Estadual n.º 110/95, portanto, apenas uma, com seus respectivos reflexos, é devida.

4. O direito à progressão classe por classe não foi demonstrado.

5. Os honorários advocatícios fixados são elevados.

6. Houve sucumbência recíproca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso, nos termos de parte do voto do Relator que integram este julgado.

Sala de Sessões, em Boa Vista, 27 de novembro de 2007.

Des. CARLOS HENRIQUES – Presidente

Des. JOSÉ PEDRO – Julgador

Des. ALMIRO PADILHA – Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008593-0 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS
APELADA: IZAURA SALES DE SOUZA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

PROGRESSÃO FUNCIONAL – LEI ESTADUAL N.º 110/95 – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Não há direito adquirido a estatuto jurídico.
2. No caso em análise, a servidora trouxe consigo, no momento da vigência da Lei Estadual n.º 321/01, o direito adquirido a 1 (uma) progressão nível por nível, que se concretizou em 2001.
3. O direito à progressão classe por classe não foi demonstrado.
4. O acolhimento parcial do pedido autoral impõe o reconhecimento da sucumbência recíproca.
5. Os honorários fixados na sentença são excessivos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões, em Boa Vista, 27 de novembro de 2007.

Des. Carlos Henriques
Presidente

Des. José Pedro
Julgador

Des. Almiro Padilha
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008596-3 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS
APELADA: MAURA VIEIRA DE JESUS
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

PROGRESSÃO FUNCIONAL – LEI ESTADUAL N.º 110/95 – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Não há direito adquirido a estatuto jurídico.
2. No caso em análise, a servidora trouxe consigo, no momento da vigência da Lei Estadual n.º 321/01, o direito adquirido a 1 (uma) progressão nível por nível, que se concretizou em 2001.
3. O direito à progressão classe por classe não foi demonstrado.
4. O acolhimento parcial do pedido autoral impõe o reconhecimento da sucumbência recíproca.
5. Os honorários fixados na sentença são excessivos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões, em Boa Vista, 27 de novembro de 2007.

Des. Carlos Henriques
Presidente

Des. José Pedro
Julgador

Des. Almiro Padilha
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008754-8 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS

APELADA: MARIA VALDEIRES DE MATOS PAIVA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

PROGRESSÃO FUNCIONAL – LEI ESTADUAL N.º 110/95 – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Não há direito adquirido a estatuto jurídico.
2. No caso em análise, a servidora trouxe consigo, no momento da vigência da Lei Estadual n.º 321/01, o direito adquirido a 1 (uma) progressão nível por nível, que se concretizou em 2001.
3. O direito à progressão classe por classe não foi demonstrado.
4. O acolhimento parcial do pedido autoral impõe o reconhecimento da sucumbência recíproca.
5. Os honorários fixados na sentença são excessivos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões, em Boa Vista, 27 de novembro de 2007.

Des. Carlos Henriques
Presidente

Des. José Pedro
Julgador

Des. Almiro Padilha
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008577-3 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS

APELADO: NEURACI LIMA OLIVEIRA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

PROGRESSÃO FUNCIONAL – LEI ESTADUAL N.º 110/95 – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Não há direito adquirido a estatuto jurídico.
2. No caso em análise, o servidor trouxe consigo, no momento da vigência da Lei Estadual n.º 321/01, o direito adquirido a 1 (uma) progressão nível por nível, que se concretizou em 2001.
3. O direito à progressão classe por classe não foi demonstrado.
4. O acolhimento parcial do pedido autoral impõe o reconhecimento da sucumbência recíproca.
5. Os honorários fixados na sentença são excessivos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões, em Boa Vista, 27 de novembro de 2007.

Des. Carlos Henriques
Presidente

Des. José Pedro
Julgador

Des. Almiro Padilha
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008705-0 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS

APELADA: MARINÊS RODRIGUES CRUZ
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

PROGRESSÃO FUNCIONAL – LEI ESTADUAL N.º 110/95 – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Não há direito adquirido a estatuto jurídico.
2. No caso em análise, a servidora trouxe consigo, no momento da vigência da Lei Estadual n.º 321/01, o direito adquirido a 1 (uma) progressão nível por nível, que se concretizou em 2001.
3. O direito à progressão classe por classe não foi demonstrado.
4. O acolhimento parcial do pedido autoral impõe o reconhecimento da sucumbência recíproca.
5. Os honorários fixados na sentença são excessivos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões, em Boa Vista, 27 de novembro de 2007.

Des. Carlos Henriques
Presidente

Des. José Pedro
Julgador

Des. Almiro Padilha
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008640-9 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS
APELADA: ELIZABETE CARDOSO LINDOSO SOUSA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

PROGRESSÃO FUNCIONAL – LEI ESTADUAL N.º 110/95 – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Não é necessária a remessa do processo ao Tribunal Pleno desta Corte, porque a inconstitucionalidade já foi afastada em um julgamento anterior daquele Colegiado, e porque o pedido foi fundamentado na Lei Estadual n.º 110/95.
2. No caso em análise, a servidora trouxe consigo, no momento da vigência da Lei Estadual n.º 321/01, o direito adquirido a 1 (uma) progressão nível por nível.
3. O pedido referiu-se apenas às progressões decorrentes da Lei Estadual n.º 110/95, portanto, apenas uma, com seus respectivos reflexos, é devida.
4. O direito à progressão classe por classe não foi demonstrado.
5. Os honorários advocatícios fixados são elevados.
6. Houve sucumbência recíproca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso, nos termos de parte do voto do Relator que integram este julgado.

Sala de Sessões, em Boa Vista, 27 de novembro de 2007.

Des. CARLOS HENRIQUES – Presidente

Des. JOSÉ PEDRO – Julgador

Des. ALMIRO PADILHA – Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008554-2 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS
APELADA: LÍCIA AMARO MARCOLINO
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

PROGRESSÃO FUNCIONAL – LEI ESTADUAL N.º 110/95 – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Não há direito adquirido a estatuto jurídico.
2. No caso em análise, a servidora trouxe consigo, no momento da vigência da Lei Estadual n.º 321/01, o direito adquirido a 1 (uma) progressão nível por nível, que se concretizou em 2001.
3. O direito à progressão classe por classe não foi demonstrado.
4. O acolhimento parcial do pedido autoral impõe o reconhecimento da sucumbência recíproca.
5. Os honorários fixados na sentença são excessivos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões, em Boa Vista, 27 de novembro de 2007.

Des. Carlos Henriques
Presidente

Des. José Pedro
Julgador

Des. Almiro Padilha
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008668-0 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS
APELADA: ÂNGELA MARIA PEREIRA SOBRINHA ALVES
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

PROGRESSÃO FUNCIONAL – LEI ESTADUAL N.º 110/95 – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Não é necessária a remessa do processo ao Tribunal Pleno desta Corte, porque a inconstitucionalidade já foi afastada em um julgamento anterior daquele Colegiado, e porque o pedido foi fundamentado na Lei Estadual n.º 110/95.
2. No caso em análise, a servidora trouxe consigo, no momento da vigência da Lei Estadual n.º 321/01, o direito adquirido a 1 (uma) progressão nível por nível.
3. O pedido referiu-se apenas às progressões decorrentes da Lei Estadual n.º 110/95, portanto, apenas uma, com seus respectivos reflexos, é devida.
4. O direito à progressão classe por classe não foi demonstrado.
5. Os honorários advocatícios fixados são elevados.
6. Houve sucumbência recíproca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso, nos termos de parte do voto do Relator que integram este julgado.

Sala de Sessões, em Boa Vista, 27 de novembro de 2007.

Des. CARLOS HENRIQUES – Presidente

Des. JOSÉ PEDRO – Julgador

Des. ALMIRO PADILHA – Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008764-7 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS
APELADA: MARIA NORMA SOUSA MATOS
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

PROGRESSÃO FUNCIONAL – LEI ESTADUAL N.º 110/95 – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Não há direito adquirido a estatuto jurídico.
2. No caso em análise, a servidora trouxe consigo, no momento da vigência da Lei Estadual n.º 321/01, o direito adquirido a 1 (uma) progressão nível por nível, que se concretizou em 2001.
3. O direito à progressão classe por classe não foi demonstrado.
4. O acolhimento parcial do pedido autoral impõe o reconhecimento da sucumbência recíproca.
5. Os honorários fixados na sentença são excessivos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos,

em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões, em Boa Vista, 27 de novembro de 2007.

Des. Carlos Henriques
Presidente

Des. José Pedro
Julgador

Des. Almiro Padilha
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008407-3 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS
APELADA: ROSA MARIA SILVA DE OLIVEIRA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

PROGRESSÃO FUNCIONAL – LEI ESTADUAL N.º 110/95 – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Não é necessária a remessa do processo ao Tribunal Pleno desta Corte, porque a inconstitucionalidade já foi afastada em um julgamento anterior daquele Colegiado, e porque o pedido foi fundamentado na Lei Estadual n.º 110/95.
2. No caso em análise, a servidora trouxe consigo, no momento da vigência da Lei Estadual n.º 321/01, o direito adquirido a 1 (uma) progressão nível por nível.
3. O pedido referiu-se apenas às progressões decorrentes da Lei Estadual n.º 110/95, portanto, apenas uma, com seus respectivos reflexos, é devida.
4. O direito à progressão classe por classe não foi demonstrado.
5. Os honorários advocatícios fixados são elevados.
6. Houve sucumbência recíproca.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça de Roraima, à unanimidade, em conhecer e dar provimento parcial ao recurso, nos termos de parte do voto do Relator que integram este julgado.

Sala de Sessões, em Boa Vista, 27 de novembro de 2007.

Des. CARLOS HENRIQUES – Presidente

Des. JOSÉ PEDRO – Julgador

Des. ALMIRO PADILHA – Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008714-2 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS
APELADA: MARLETE TEIXEIRA BARROS
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

PROGRESSÃO FUNCIONAL – LEI ESTADUAL N.º 110/95 – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Não há direito adquirido a estatuto jurídico.
2. No caso em análise, a servidora trouxe consigo, no momento da vigência da Lei Estadual n.º 321/01, o direito adquirido a 1 (uma) progressão nível por nível, que se concretizou em 2001.
3. O direito à progressão classe por classe não foi demonstrado.
4. O acolhimento parcial do pedido autoral impõe o reconhecimento da sucumbência recíproca.

5. Os honorários fixados na sentença são excessivos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões, em Boa Vista, 27 de novembro de 2007.

Des. Carlos Henriques
Presidente

Des. José Pedro
Julgador

Des. Almiro Padilha
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008584-9 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS
APELADA: FRANCISCA SÔNIA FREITAS DA SILVA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

PROGRESSÃO FUNCIONAL – LEI ESTADUAL N.º 110/95 – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Não há direito adquirido a estatuto jurídico.
2. No caso em análise, a servidora trouxe consigo, no momento da vigência da Lei Estadual n.º 321/01, o direito adquirido a 1 (uma) progressão nível por nível, que se concretizou em 2001.
3. O direito à progressão classe por classe não foi demonstrado.
4. O acolhimento parcial do pedido autoral impõe o reconhecimento da sucumbência recíproca.
5. Os honorários fixados na sentença são excessivos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões, em Boa Vista, 27 de novembro de 2007.

Des. Carlos Henriques
Presidente

Des. José Pedro
Julgador

Des. Almiro Padilha
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008574-0 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS
APELADO: RERY LIDSNY DA COSTA MAIA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

PROGRESSÃO FUNCIONAL – LEI ESTADUAL N.º 110/95 – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Não há direito adquirido a estatuto jurídico.

2. No caso em análise, o servidor trouxe consigo, no momento da vigência da Lei Estadual n.º 321/01, o direito adquirido a 1 (uma) progressão nível por nível, que se concretizou em 2001.
3. O direito à progressão classe por classe não foi demonstrado.
4. O acolhimento parcial do pedido autoral impõe o reconhecimento da sucumbência recíproca.
5. Os honorários fixados na sentença são excessivos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões, em Boa Vista, 27 de novembro de 2007.

Des. Carlos Henriques
Presidente

Des. José Pedro
Julgador

Des. Almiro Padilha
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008552-6 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS
APELADA: LÚCIA MARGARIDA MOURA DE OLIVEIRA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. ALMIRO PADILHA
REVISOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES

EMENTA

PROGRESSÃO FUNCIONAL – LEI ESTADUAL N.º 110/95 – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

1. Não há direito adquirido a estatuto jurídico.
2. No caso em análise, a servidora trouxe consigo, no momento da vigência da Lei Estadual n.º 321/01, o direito adquirido a 1 (uma) progressão nível por nível, que se concretizou em 2001.
3. O direito à progressão classe por classe não foi demonstrado.
4. O acolhimento parcial do pedido autoral impõe o reconhecimento da sucumbência recíproca.
5. Os honorários fixados na sentença são excessivos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores, integrantes da Turma Cível da Câmara Única do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, à unanimidade de votos, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Sala das Sessões, em Boa Vista, 27 de novembro de 2007.

Des. Carlos Henriques
Presidente

Des. José Pedro
Julgador

Des. Almiro Padilha
Relator

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

REEXAME NECESSÁRIO Nº 0010.07.008563-3 – BOA VISTA/RR
AUTORA: SARA MARIA DE ANDRIOLA TABAL
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RÉU: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS

RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

EMENTA

REEXAME NECESSÁRIO – REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES PARA SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS – LEI Nº 331/02 – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE VIOLAÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – MATÉRIA JÁ DECIDIDA PELO TRIBUNAL PLENO – HONORÁRIOS – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – COMPENSAÇÃO – INÚMEROS PRECEDENTES DESTA CORTE – LEI DE REVISÃO GERAL REVOGADA EM 2003 – PAGAMENTO EFETUADO EM 2002 - EFEITOS FINANCEIROS APENAS PARA O ANO DE 2003 - SENTENÇA REFORMADA.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única, por sua Turma Cível, em conhecer do recurso, para reformar a sentença de 1º grau, nos termos do voto do relator.

Sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

Des. CARLOS HENRIQUES
Relator/Presidente

Des. JOSE PEDRO
Revisor

Des. ALMIRO PADILHA
Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008611-0 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ARTHUR CARVALHO
APELADA: CLAUDIA MICHELE DE ARAÚJO
ADVOGADA: DRA. MARIA ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES PARA SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS – LEI Nº 331/02 – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE VIOLAÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – MATÉRIA JÁ DECIDIDA PELO TRIBUNAL PLENO – HONORÁRIOS – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – COMPENSAÇÃO – INÚMEROS PRECEDENTES DESTA CORTE – LEI DE REVISÃO GERAL REVOGADA EM 2003 – EFEITOS FINANCEIROS APENAS PARA OS ANOS DE 2002 E 2003 – PROVIMENTO PARCIAL.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única, por sua Turma Cível, em conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator.

Sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

Des. CARLOS HENRIQUES
Relator/Presidente

Des. JOSÉ PEDRO
Revisor

Des. ALMIRO PADILHA
Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008559-1 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. GIERCK GUIMARÃES MEDEIROS
APELADA: FRANCISCA CAVALCANTE MONTEIRO
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES PARA SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS – LEI Nº 331/02 – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE VIOLAÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – MATÉRIA JÁ DECIDIDA PELO TRIBUNAL PLENO – COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO ANO DE 2002 - HONORÁRIOS – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - COMPENSAÇÃO - INÚMEROS PRECEDENTES DESTA CORTE – LEI DE REVISÃO GERAL REVOGADA EM 2003 – EFEITOS FINANCEIROS APENAS PARA O ANO DE 2003 – PROVIMENTO PARCIAL.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única, por sua Turma Cível, em conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator.

Sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

Des. CARLOS HENRIQUES
Relator/Presidente

Des. JOSE PEDRO
Revisor

Des. ALMIRO PADILHA
Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008553-4 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ARTHUR CARVALHO
APELADA: MÔNICA DE PAULA ONOFRE
DEFENSOR PÚBLICO: DR. MAURO SILVA DE CASTRO
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES PARA SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS – LEI Nº 331/02 – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE VIOLAÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – MATÉRIA JÁ DECIDIDA PELO TRIBUNAL PLENO – HONORÁRIOS – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - COMPENSAÇÃO - INÚMEROS PRECEDENTES DESTA CORTE – LEI DE REVISÃO GERAL REVOGADA EM 2003 – EFEITOS FINANCEIROS APENAS PARA OS ANOS DE 2002 E 2003 – PROVIMENTO PARCIAL.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única, por sua Turma Cível, em conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator.

Sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

Des. CARLOS HENRIQUES
Relator/Presidente

Des. JOSE PEDRO
Revisor

Des. ALMIRO PADILHA
Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008728-2 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ARTHUR CARVALHO
APELADA: IRACEMA BARROS DE OLIVEIRA NASCIMENTO
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES PARA SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS – LEI Nº 331/02 – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE VIOLAÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – MATÉRIA JÁ DECIDIDA PELO TRIBUNAL PLENO – COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO ANO DE 2002 - HONORÁRIOS – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - COMPENSAÇÃO - INÚMEROS PRECEDENTES DESTA CORTE – LEI DE REVISÃO GERAL REVOGADA EM 2003 – EFEITOS FINANCEIROS APENAS PARA O ANO DE 2003 – PROVIMENTO PARCIAL.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única, por sua Turma Cível, em conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator.

Sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

Des. CARLOS HENRIQUES
Relator/Presidente

Des. JOSE PEDRO
Revisor

Des. ALMIRO PADILHA
Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008590-6 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. GIERCK GUIMARÃES MEDEIROS
APELADO: RICARDO DE TÁSSIO LAURINDO PEREIRA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES PARA SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS – LEI Nº 331/02 – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE VIOLAÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – MATÉRIA JÁ DECIDIDA PELO TRIBUNAL PLENO – HONORÁRIOS – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - COMPENSAÇÃO - INÚMEROS PRECEDENTES DESTA CORTE – LEI DE REVISÃO GERAL REVOGADA EM 2003 – EFEITOS FINANCEIROS APENAS PARA OS ANOS DE 2002 E 2003 – PROVIMENTO PARCIAL.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única, por sua Turma Cível, em conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator.

Sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

Des. CARLOS HENRIQUES
Relator/Presidente

Des. JOSE PEDRO
Revisor

Des. ALMIRO PADILHA
Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008592-2 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. GIERCK GUIMARÃES MEDEIROS
APELADO: ROSENO DE SOUZA LIMA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES PARA SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS – LEI Nº 331/02 – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE VIOLAÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – MATÉRIA JÁ DECIDIDA PELO TRIBUNAL PLENO – COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO ANO DE 2002 - HONORÁRIOS – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - COMPENSAÇÃO - INÚMEROS PRECEDENTES DESTA CORTE – LEI DE REVISÃO GERAL REVOGADA EM 2003 – EFEITOS FINANCEIROS APENAS PARA O ANO DE 2003 – PROVIMENTO PARCIAL.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única, por sua Turma Cível, em conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator.

Sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

Des. CARLOS HENRIQUES
Relator/Presidente

Des. JOSE PEDRO
Revisor

Des. ALMIRO PADILHA
Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008605-2 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MARCUS GIL BARBOSA DIAS
APELADA: IVANILDE BARBOSA DA SILVA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES PARA SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS – LEI Nº 331/02 – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE VIOLAÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – MATÉRIA JÁ DECIDIDA PELO TRIBUNAL PLENO – COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO DO ANO DE 2002 - HONORÁRIOS – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - COMPENSAÇÃO - INÚMEROS PRECEDENTES DESTA CORTE – LEI DE REVISÃO GERAL REVOGADA EM 2003 – EFEITOS FINANCEIROS APENAS PARA O ANO DE 2003 – PROVIMENTO PARCIAL.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única, por sua Turma Cível, em conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator.

Sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

Des. CARLOS HENRIQUES
Relator/Presidente

Des. JOSE PEDRO
Revisor

Des. ALMIRO PADILHA
Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008578-1 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MARCUS GIL BARBOSA DIAS
APELADA: GERALDA PEREIRA DA SILVA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES PARA SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS – LEI Nº 331/02 – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE VIOLAÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – MATÉRIA JÁ DECIDIDA PELO TRIBUNAL PLENO – HONORÁRIOS – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - COMPENSAÇÃO - INÚMEROS PRECEDENTES DESTA CORTE – LEI DE REVISÃO GERAL REVOGADA EM 2003 – EFEITOS FINANCEIROS APENAS PARA OS ANOS DE 2002 E 2003 – PROVIMENTO PARCIAL.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única, por sua Turma Cível, em conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator.

Sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

Des. CARLOS HENRIQUES
Relator/Presidente

Des. JOSE PEDRO
Revisor

Des. ALMIRO PADILHA
Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008685-4 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ARTHUR CARVALHO
APELADA: NARJARA TATIANE DE BRITO SOMBRA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES PARA SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS – LEI Nº 331/02 – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE VIOLAÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – MATÉRIA JÁ DECIDIDA PELO TRIBUNAL PLENO – HONORÁRIOS – SUCUMBÊNCIA

RECÍPROCA - COMPENSAÇÃO - INÚMEROS PRECEDENTES DESTA CORTE – LEI DE REVISÃO GERAL REVOGADA EM 2003 – EFEITOS FINANCEIROS APENAS PARA OS ANOS DE 2002 E 2003 – PROVIMENTO PARCIAL.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única, por sua Turma Cível, em conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator.

Sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

Des. CARLOS HENRIQUES
Relator/Presidente

Des. JOSE PEDRO
Revisor

Des. ALMIRO PADILHA
Julgador

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.008604-5 – BOA VISTA/RR
APELANTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ARTHUR CARVALHO
APELADO: JOSÉ GILVAN OLIVEIRA DE MOURA E OUTRA
ADVOGADO: DR. HELDER GONÇALVES DE ALMEIDA

RELATOR: EXMO. SR. DES. CARLOS HENRIQUES
REVISOR: EXMO. SR. DES. JOSÉ PEDRO

EMENTA

APELAÇÃO CÍVEL – REVISÃO GERAL ANUAL DAS REMUNERAÇÕES PARA SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS – LEI Nº 331/02 – INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE E DE VIOLAÇÃO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – MATÉRIA JÁ DECIDIDA PELO TRIBUNAL PLENO – COMPROVAÇÃO DE POSSE SOMENTE EM 2003 - HONORÁRIOS – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - COMPENSAÇÃO - INÚMEROS PRECEDENTES DESTA CORTE – LEI DE REVISÃO GERAL REVOGADA EM 2003 – EFEITOS FINANCEIROS APENAS PARA O ANO DE 2003 – PROVIMENTO PARCIAL.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, acordam, à unanimidade de votos, os Desembargadores integrantes da Câmara Única, por sua Turma Cível, em conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator.

Sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

Des. CARLOS HENRIQUES
Relator/Presidente

Des. JOSE PEDRO
Revisor

Des. ALMIRO PADILHA
Julgador

SECRETARIA DA CÂMARA ÚNICA, 04 DE DEZEMBRO DE 2007.

ÁLVARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Secretário da Câmara Única

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 06 005628-9
RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MIVANILDO DA SILVA MATOS
RECORRIDO: ROSIVALDO NASCIMENTO DE SOUZA
ADVOGADO: DR. ANTÔNIO CLÁUDIO CARVALHO THEOTÔNIO
AUTORIDADE COATORA: SECRETÁRIO DE ESTADO DA GESTÃO ESTRATÉGICA E ADMINISTRAÇÃO

DESPACHO

I – Intimem-se as partes do retorno dos autos do Supremo Tribunal Federal.

II – Oficie-se à autoridade coatora, informando sobre o trânsito em julgado da decisão às fls. 132/133, que deu provimento ao recurso, denegando a segurança.

III – Após, archive-se o feito.

IV - Publique-se

Boa Vista, 03 de dezembro de 2007.

DES. ROBÉRIO NUNES
Presidente

RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 03 001445-9
RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DE RORAIMA
RECORRIDA: LUCIANA COSTA AGLANTZAKIS
ADVOGADO: DR. RODOLFO CÉSAR MAIA DE MORAIS
TERCEIRO INTERESSADO: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORES DO ESTADO: DRA. THICIANE GUANABARA SOUZA E OUTROS

DESPACHO

I- Intimem-se as partes do retorno dos autos do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

II- Oficie-se ao Secretário de Administração do Estado de Roraima, informando sobre o trânsito em julgado das decisões às fls. 372/376 e 400/409.

IV- Após, archive-se o feito.

V- Publique-se.

Boa Vista, 29 de novembro de 2007.

DES. ROBÉRIO NUNES
Presidente

RECURSO ORDINÁRIO NO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 010 05 004590-4
RECORRENTE: WALBER DAVID AGUIAR
ADVOGADOS: DR. ALEXANDRE DANTAS E OUTROS
RECORRIDO: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORES DO ESTADO: DR. ANDRÉ LUIZ DO NASCIMENTO E OUTROS

DESPACHO

I- Retifico o despacho às fls. 227, apenas para excluir o item II, haja vista ser a autoridade apontada como coatora a própria Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

II- Encaminhe-se memorando ao Departamento de Recursos Humanos do Tribunal, informando sobre o trânsito em julgado da decisão às fls. 216/224.

III- Após, archive-se o feito.

IV- Publique-se.

Boa Vista, 29 de novembro de 2007.

DES. ROBÉRIO NUNES
Presidente

PORTARIAS DO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2007

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

N.º 1257 – Prorrogar a licença para tratamento de saúde concedida ao Dr. **LEONARDO PACHÊ DE FARIA CUPELLO**, Juiz de Direito titular da 5.ª Vara Criminal, no período de 28.11 a 07.12.2007.

N.º 1258 – Conceder à Dr.ª **LANA LEITÃO MARTINS**, Juíza Substituta respondendo pela 1.ª Vara Criminal, licença para tratamento de saúde, no período de 03 a 17.12.2007.

N.º 1259 – Tornar sem efeito a Portaria n.º 1025, de 15.10.2007, publicada no DPJ n.º 3708, de 16.10.2007, que designou a Dr.ª **LANA LEITÃO MARTINS**, Juíza Substituta, para, cumulativamente, responder pela 5.ª Vara Criminal, no período de 08 a 19.12.2007.

N.º 1260 – Convalidar a designação da Dr.ª **LANA LEITÃO MARTINS**, Juíza Substituta respondendo pela 1.ª Vara Criminal, para, cumulativamente, responder pela 5.ª Vara Criminal, no período de 28 a 30.11.2007, em virtude de licença do titular.

N.º 1261 – Designar o Dr. **JARBAS LACERDA DE MIRANDA**, Juiz de Direito titular da 2.ª Vara Criminal, para, cumulativamente, responder pela 5.ª Vara Criminal, no dia 03.12.2007, em virtude de licença do titular.

N.º 1262 – Designar o Dr. **JARBAS LACERDA DE MIRANDA**, Juiz de Direito titular da 2.ª Vara Criminal, para, cumulativamente, responder pela 1.ª Vara Criminal, no período de 03 a 17.12.2007.

N.º 1263 – Designar o Dr. **EUCLYDES CALIL FILHO**, Juiz de Direito titular da 3.ª Vara Criminal, para, cumulativamente, responder pela 5.ª Vara Criminal, no período de 04 a 19.12.2007, em virtude de licença e férias do titular.

N.º 1264 – Alterar as férias do servidor **JOÃO AUGUSTO BARBOSA MONTEIRO**, Diretor Geral, relativas ao exercício de 2008, para serem usufruídas nos períodos 01 a 10.07.2008 e de 01 a 20.10.2008.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Des. ROBÉRIO NUNES
Presidente

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.06.006838-3 – BOA VISTA/RR
RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. GIERCK GUIMARÃES MEDEIROS
RECORRIDOS: MARIA BETÂNIA SOUSA DA SILVA E OUTROS
ADVOGADA: DRA. MARIA ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pelo Estado de Roraima, com fulcro no artigo 102, III, alíneas “a” e “d” da Constituição Federal, contra o v. acórdão às fls.145/153, integrado pelo acórdão de fls.215/225.

Alegou o recorrente, em síntese (fls.230/247), que a decisão vergastada afrontou os artigos 165, § 2º e 169, § 1º da Carta Magna.

Contra-razões do recorrido às fls.249/255.

É o relatório, DECIDO.

Ao realizar o juízo de admissibilidade, o Magistrado necessita “tangenciar” o mérito da causa, resguardando, ao máximo, a competência dos Tribunais Superiores. Para isso, faz-se mister verificar, no prévio exame, se atende aos casos onde é possível a interposição do recurso extraordinário. De outro modo, todo e qualquer recurso deveria ser admitido, o que esvaziaria a fase recursal em questão.

Para tal, o juízo de admissibilidade inclui não só a análise preliminar dos *pressupostos extrínsecos* (tempestividade, regularidade formal e preparo) e *intrínsecos* (cabimento, legitimidade recursal, interesse recursal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer) do recurso, mas também a verificação do atendimento à fundamentação possível prevista no art. 102, III, da Constituição Federal.

O recurso interposto não reúne condições de superar o prévio juízo de admissibilidade, uma vez que encontra óbice na súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, que assim dispõe:

“Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário”.

A convicção da decisão guerreada, no tocante à insurgência do recorrente, fundamenta-se à exaustão nas Leis Estaduais nº 331/02 e 339/02, o que impede a revisão do *decisum* pela via extraordinária.

Nesse sentido, amplos precedentes:

“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. SUPOSTA OFENSA A DIREITO LOCAL. SÚMULA 280. ESTABILIDADE FINANCEIRA. VINCULAÇÃO DE VENCIMENTOS E OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. INOCORRÊNCIA. 1. O entendimento assentado na segunda instância decorre da interpretação do disposto na Lei estadual n. 8.411/91. Para dissentir do aresto impugnado e acolher as razões do agravante, é imprescindível o exame prévio da legislação ordinária aplicável à espécie, o que encontra óbice na Súmula 280 desta Corte. 2. A estabilidade financeira não se confunde com o instituto da agregação. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido da constitucionalidade de leis estaduais instituidoras da estabilidade financeira e não ilide a possibilidade, sem ofensa a direito adquirido, de que o cálculo da vantagem seja desvinculado, para o futuro, dos vencimentos do cargo em comissão outrora ocupado pelo servidor, passando a quantia a ela correspondente a ser reajustada segundo os critérios das revisões gerais de remuneração do funcionalismo. Precedentes. Agravo regimental não provido”.
(STF, RE-AgR 233413 / SC, 1ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, Publicado DJ 29.03.2005)

“EMENTA: 1. Análise do recurso extraordinário que envolve interpretação de legislação de direito local (Leis n.ºs 4.819/58 e 200/74, do Estado de São Paulo). Incidência da Súmula STF nº 280. Precedentes. 2. Agravo regimental improvido”.
(STF, AI n. 419.786-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, 2ª Turma. Publicado DJ 19.11.2004)

Acrescente-se que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afasta o cabimento do recurso extraordinário, igualmente, em hipótese de violação indireta ou reflexa à Constituição, desautorizando a interpretação para concluir pela ofensa aos citados dispositivos constitucionais. *In verbis*:

“E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ALEGADA VIOLAÇÃO A PRECEITO INSCRITO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - AUSÊNCIA DE OFENSA DIRETA À CONSTITUIÇÃO - INVIABILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AGRAVO IMPROVIDO. - A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária”.
(STF, RE-AgR 493769 / SP, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma. Publicado DJ 23.02.2007)

Assim sendo, NEGÓ seguimento ao recurso.

Publique-se.

Boa Vista, 13 de novembro de 2007.

Des. Robério Nunes
Presidente

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007560-0 – BOA vista/rr
RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. GIERCK GUIMARÃES MEDEIROS
RECORRIDO: MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA FARIAS
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pelo Estado de Roraima, com fulcro no artigo 102, III, alíneas “a” e “d” da Constituição Federal, contra o v. acórdão às fls.84/94, confirmado, em sede de embargos declaratórios, pela decisão de fls.110/113.

Alegou o recorrente, em síntese (fls.118/135), que a decisão vergastada afrontou os artigos 165, § 2º e 169, § 1º da Carta Magna.

Devidamente intimado, o recorrido deixou transcorrer *in albis* o prazo para apresentar contra-razões.

É o relatório, DECIDO.

Ao realizar o juízo de admissibilidade, o Magistrado necessita “tangenciar” o mérito da causa, resguardando, ao máximo, a competência dos Tribunais Superiores. Para isso, faz-se mister verificar, no prévio exame, se atende aos casos onde é possível a interposição do recurso extraordinário. De outro modo, todo e qualquer recurso deveria ser admitido, o que esvaziaria a fase recursal em questão.

Para tal, o juízo de admissibilidade inclui não só a análise preliminar dos *pressupostos extrínsecos* (tempestividade, regularidade formal e preparo) e *intrínsecos* (cabimento, legitimidade recursal, interesse recursal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer) do recurso, mas também a verificação do atendimento à fundamentação possível prevista no art. 102, III, da Constituição Federal.

O recurso interposto não reúne condições de superar o prévio juízo de admissibilidade, uma vez que encontra óbice na súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, que assim dispõe:

“Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário”.

A convicção da decisão guerreada, no tocante à insurgência do recorrente, fundamenta-se à exaustão nas Leis Estaduais nº 331/02 e 339/02, o que impede a revisão do *decisum* pela via extraordinária.

Nesse sentido, amplos precedentes:

“EMENTA: AGRADO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. SUPOSTA OFENSA A DIREITO LOCAL. SÚMULA 280. ESTABILIDADE FINANCEIRA. VINCULAÇÃO DE VENCIMENTOS E OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. INOCORRÊNCIA. 1. O entendimento assentado na segunda instância decorre da interpretação do disposto na Lei estadual n. 8.411/91. Para dissentir do aresto impugnado e acolher as razões do agravante, é imprescindível o exame prévio da legislação ordinária aplicável à espécie, o que encontra óbice na Súmula 280 desta Corte. 2. A estabilidade financeira não se confunde com o instituto da agregação. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido da constitucionalidade de leis estaduais instituidoras da estabilidade financeira e não ilide a possibilidade, sem ofensa a direito adquirido, de que o cálculo da vantagem seja desvinculado, para o futuro, dos vencimentos do cargo em comissão outrora ocupado pelo servidor, passando a quantia a ela correspondente a ser reajustada segundo os critérios das revisões gerais de remuneração do funcionalismo. Precedentes. Agravo regimental não provido”.
(STF, RE-AgR 233413 / SC, 1ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, Publicado DJ 29.03.2005)

“EMENTA: 1. Análise do recurso extraordinário que envolve interpretação de legislação de direito local (Leis nºs 4.819/58 e 200/74, do Estado de São Paulo). Incidência da Súmula STF nº 280. Precedentes.

2. Agravo regimental improvido”.

(STF, AI n. 419.786-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, 2ª Turma. Publicado DJ 19.11.2004)

Acrescente-se que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afasta o cabimento do recurso extraordinário, igualmente, em hipótese de violação indireta ou reflexa à Constituição, desautorizando a interpretação para concluir pela ofensa aos citados dispositivos constitucionais. *In verbis*:

“E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ALEGADA VIOLAÇÃO A PRECEITO INSCRITO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - AUSÊNCIA DE OFENSA DIRETA À CONSTITUIÇÃO - INVIABILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AGRADO IMPROVIDO. - A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária”.

(STF, RE-AgR 493769 / SP, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma. Publicado DJ 23.02.2007)

Assim sendo, NEGÓ seguimento ao recurso.

Publique-se.

Boa Vista, 14 de novembro de 2007.

Des. Robério Nunes
Presidente

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.05.005037-5 – BOA VISTA/RR
RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADORA DO ESTADO: DRA. DANIELLA TORRES DE MELO BEZERRA – FISCAL
RECORRIDA: RETÍFICA EXATA – IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
DEFENSOR PÚBLICO: DR. STÉLIO DENER DE SOUZA CRUZ
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DESPACHO

I – Remeta-se ao juízo de origem, com as baixas necessárias.

II – Publique-se.

Boa Vista, 29 de novembro de 2007.

Des. Robério Nunes
Presidente

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007533-7 – BOA VISTA/RR
RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ENÉIAS DOS SANTOS COELHO
RECORRIDOS: JOSÉ VANDER MAIA E OUTROS
ADVOGADA: DRA. MARIA ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pelo Estado de Roraima, com fulcro no artigo 102, III, alíneas “a” e “d” da Constituição Federal, contra o v. acórdão às fls.143/151, integrado pelo acórdão de fls.221/225.

Alegou o recorrente, em síntese (fls.249/266), que a decisão vergastada afrontou os artigos 165, § 2º e 169, § 1º da Carta Magna.

Contra-razões do recorrido às fls.268/273.

É o relatório, DECIDO.

Ao realizar o juízo de admissibilidade, o Magistrado necessita “tangenciar” o mérito da causa, resguardando, ao máximo, a competência dos Tribunais Superiores. Para isso, faz-se mister verificar, no prévio exame, se atende aos casos onde é possível a interposição do recurso extraordinário. De outro modo, todo e qualquer recurso deveria ser admitido, o que esvaziaria a fase recursal em questão.

Para tal, o juízo de admissibilidade inclui não só a análise preliminar dos *pressupostos extrínsecos* (tempestividade, regularidade formal e preparo) e *intrínsecos* (cabimento, legitimidade recursal, interesse recursal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer) do recurso, mas também a verificação do atendimento à fundamentação possível prevista no art. 102, III, da Constituição Federal.

O recurso interposto não reúne condições de superar o prévio juízo de admissibilidade, uma vez que esbarra na súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, que assim dispõe:

“Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário”.

A convicção da decisão guerreada, no tocante à insurgência do recorrente, fundamenta-se à exaustão nas Leis Estaduais nº 331/02 e 339/02, o que impede a revisão do *decisum* pela via extraordinária.

Nesse sentido, amplos precedentes:

“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. SUPOSTA OFENSA A DIREITO LOCAL. SÚMULA 280. ESTABILIDADE FINANCEIRA. VINCULAÇÃO DE VENCIMENTOS E OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. INOCORRÊNCIA. 1. O entendimento assentado na segunda instância decorre da interpretação do disposto na Lei estadual n. 8.411/91. Para dissentir do aresto impugnado e acolher as razões do agravante, é imprescindível o exame prévio da legislação ordinária aplicável à espécie, o que encontra óbice na Súmula 280 desta Corte. 2. A estabilidade financeira não se confunde com o instituto da agregação. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido da constitucionalidade de leis estaduais instituidoras da estabilidade financeira e não ilide a possibilidade, sem ofensa a direito adquirido, de que o cálculo da vantagem seja desvinculado, para o futuro, dos vencimentos do cargo em comissão outrora ocupado pelo servidor, passando a quantia a ela correspondente a ser reajustada segundo os critérios das revisões gerais de remuneração do funcionalismo. Precedentes. Agravo regimental não provido”.
(STF, RE-AgR 233413 / SC, 1ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, Publicado DJ 29.03.2005)

“EMENTA: 1. Análise do recurso extraordinário que envolve interpretação de legislação de direito local (Leis nºs 4.819/58 e 200/74, do Estado de São Paulo). Incidência da Súmula STF nº 280. Precedentes. 2. Agravo regimental improvido”.
(STF, AI n. 419.786-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, 2ª Turma, Publicado DJ 19.11.2004)

Acrescente-se que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afasta o cabimento do recurso extraordinário, igualmente, em hipótese de violação indireta ou reflexa à Constituição, desautorizando a interpretação para concluir pela ofensa aos citados dispositivos constitucionais. *In verbis*:

“E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ALEGADA VIOLAÇÃO A PRECEITO INSCRITO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - AUSÊNCIA DE OFENSA DIRETA A CONSTITUIÇÃO - INVIABILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AGRAVO IMPROVIDO. - A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária”.
(STF, RE-AgR 493769 / SP, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma, Publicado DJ 23.02.2007)

Assim sendo, NEGO seguimento ao recurso.

Publique-se.

Boa Vista, 28 de novembro de 2007.

Des. Robério Nunes
Presidente

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007081-7 – BOA VISTA/RR
RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. GIERCK GUIMARÃES MEDEIROS
RECORRIDOS: IZABEL SILVA OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADA: DRA. MARIA ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pelo Estado de Roraima, com fulcro no artigo 102, III, alíneas “a” e “d” da Constituição Federal, contra o v. acórdão às fls.149/157, integrado pelo acórdão de fls.218/224.

Alegou o recorrente, em síntese (fls.229/246), que a decisão vergastada afrontou os artigos 165, § 2º e 169, § 1º da Carta Magna.

Contra-razões do recorrido às fls.248/254.

É o relatório, DECIDO.

Ao realizar o juízo de admissibilidade, o Magistrado necessita “tangenciar” o mérito da causa, resguardando, ao máximo, a competência dos Tribunais Superiores. Para isso, faz-se mister verificar, no prévio exame, se atende aos casos onde é possível a interposição do recurso extraordinário. De outro modo, todo e qualquer recurso deveria ser admitido, o que esvaziaria a fase recursal em questão.

Para tal, o juízo de admissibilidade inclui não só a análise preliminar dos *pressupostos extrínsecos* (tempestividade, regularidade formal e preparo) e *intrínsecos* (cabimento, legitimidade recursal, interesse recursal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer) do recurso, mas também a verificação do atendimento à fundamentação possível prevista no art. 102, III, da Constituição Federal.

O recurso interposto não reúne condições de superar o prévio juízo de admissibilidade, uma vez que esbarra na súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, que assim dispõe:

“Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário”.

A convicção da decisão guerreada, no tocante à insurgência do recorrente, fundamenta-se à exaustão nas Leis Estaduais nº 331/02 e 339/02, o que impede a revisão do *decisum* pela via extraordinária.

Nesse sentido, amplos precedentes:

“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. SUPOSTA OFENSA A DIREITO LOCAL. SÚMULA 280. ESTABILIDADE FINANCEIRA. VINCULAÇÃO DE VENCIMENTOS E OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. INOCORRÊNCIA. 1. O entendimento assentado na segunda instância decorre da interpretação do disposto na Lei estadual n. 8.411/91. Para dissentir do aresto impugnado e acolher as razões do agravante, é imprescindível o exame prévio da legislação ordinária aplicável à espécie, o que encontra óbice na Súmula 280 desta Corte. 2. A estabilidade financeira não se confunde com o instituto da agregação. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido da constitucionalidade de leis estaduais instituidoras da estabilidade financeira e não ilide a possibilidade, sem ofensa a direito adquirido, de que o cálculo da vantagem seja desvinculado, para o futuro, dos vencimentos do cargo em comissão outrora ocupado pelo servidor, passando a quantia a ela correspondente a ser reajustada segundo os critérios das revisões gerais de remuneração do funcionalismo. Precedentes. Agravo regimental não provido”.
(STF, RE-AgR 233413 / SC, 1ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, Publicado DJ 29.03.2005)

“EMENTA: 1. Análise do recurso extraordinário que envolve interpretação de legislação de direito local (Leis n.ºs 4.819/58 e 200/74, do Estado de São Paulo). Incidência da Súmula STF n.º 280. Precedentes.

2. Agravo regimental improvido”.

(STF, AI n. 419.786-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, 2ª Turma. Publicado DJ 19.11.2004)

Acrescente-se que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afasta o cabimento do recurso extraordinário, igualmente, em hipótese de violação indireta ou reflexa à Constituição, desautorizando a interpretação para concluir pela ofensa aos citados dispositivos constitucionais. *In verbis*:

“E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ALEGADA VIOLAÇÃO A PRECEITO INSCRITO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - AUSÊNCIA DE OFENSA DIRETA À CONSTITUIÇÃO - INVIABILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AGRAVO IMPROVIDO. - A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária”.

(STF, RE-AgR 493769 / SP, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma. Publicado DJ 23.02.2007)

Assim sendo, NEGOU seguimento ao recurso.

Publique-se.

Boa Vista, 28 de novembro de 2007.

Des. Robério Nunes
Presidente

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.06.006865-6 – BOA VISTA/RR
RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. GIERCK GUIMARÃES MEDEIROS
RECORRIDOS: MARIA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS OLIVEIRA E OUTROS
ADVOGADA: DRA. MARIA ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pelo Estado de Roraima, com fulcro no artigo 102, III, alíneas “a” e “d” da Constituição Federal, contra o v. acórdão às fls.163/170, integrado pelo acórdão de fls.239/248.

Alegou o recorrente, em síntese (fls.279/290), que a decisão vergastada afrontou os artigos 165, § 2º e 169, § 1º da Carta Magna.

Contra-razões do recorrido às fls.292/298.

É o relatório, DECIDO.

Ao realizar o juízo de admissibilidade, o Magistrado necessita “tangenciar” o mérito da causa, resguardando, ao máximo, a competência dos Tribunais Superiores. Para isso, faz-se mister verificar, no prévio exame, se atende aos casos onde é possível a interposição do recurso extraordinário. De outro modo, todo e qualquer recurso deveria ser admitido, o que esvaziaria a fase recursal em questão.

Para tal, o juízo de admissibilidade inclui não só a análise preliminar dos *pressupostos extrínsecos* (tempestividade, regularidade formal e preparo) e *intrínsecos* (cabimento, legitimidade recursal, interesse recursal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer) do recurso, mas também a verificação do atendimento à fundamentação possível prevista no art. 102, III, da Constituição Federal.

O recurso interposto não reúne condições de superar o prévio juízo de admissibilidade, uma vez que esbarra na súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, que assim dispõe:

“Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário”.

A convicção da decisão guerreada, no tocante à insurgência do recorrente, fundamenta-se à exaustão nas Leis Estaduais nº 331/02 e 339/02, o que impede a revisão do *decisum* pela via extraordinária.

Nesse sentido, amplos precedentes:

“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. SUPOSTA OFENSA A DIREITO LOCAL. SÚMULA 280. ESTABILIDADE FINANCEIRA. VINCULAÇÃO DE VENCIMENTOS E OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. INOCORRÊNCIA. 1. O entendimento assentado na segunda instância decorre da interpretação do disposto na Lei estadual n. 8.411/91. Para dissentir do aresto impugnado e acolher as razões do agravante, é imprescindível o exame prévio da legislação ordinária aplicável à espécie, o que encontra óbice na Súmula 280 desta Corte. 2. A estabilidade financeira não se confunde com o instituto da agregação. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido da constitucionalidade de leis estaduais instituidoras da estabilidade financeira e não ilide a possibilidade, sem ofensa a direito adquirido, de que o cálculo da vantagem seja desvinculado, para o futuro, dos vencimentos do cargo em comissão outrora ocupado pelo servidor, passando a quantia a ela correspondente a ser reajustada segundo os critérios das revisões gerais de remuneração do funcionalismo. Precedentes. Agravo regimental não provido”.

(STF, RE-AgR 233413 / SC, 1ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, Publicado DJ 29.03.2005)

“EMENTA: 1. Análise do recurso extraordinário que envolve interpretação de legislação de direito local (Leis n.ºs 4.819/58 e 200/74, do Estado de São Paulo). Incidência da Súmula STF n.º 280. Precedentes.

2. Agravo regimental improvido”.

(STF, AI n. 419.786-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, 2ª Turma. Publicado DJ 19.11.2004)

Acrescente-se que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afasta o cabimento do recurso extraordinário, igualmente, em hipótese de violação indireta ou reflexa à Constituição, desautorizando a interpretação para concluir pela ofensa aos citados dispositivos constitucionais. *In verbis*:

“E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ALEGADA VIOLAÇÃO A PRECEITO INSCRITO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - AUSÊNCIA DE OFENSA DIRETA À CONSTITUIÇÃO - INVIABILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AGRAVO IMPROVIDO. - A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária”.

(STF, RE-AgR 493769 / SP, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma. Publicado DJ 23.02.2007)

Assim sendo, NEGOU seguimento ao recurso.

Publique-se.

Boa Vista, 28 de novembro de 2007.

Des. Robério Nunes
Presidente

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.06.006827-6 – BOA VISTA/RR
RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. GIERCK GUIMARÃES MEDEIROS
RECORRIDOS: OSÓRIO SOUSA AMARAL E OUTROS
ADVOGADA: DRA. MARIA ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pelo Estado de Roraima, com fulcro no artigo 102, III, alíneas “a” e “d” da Constituição Federal, contra o v. acórdão às fls.166/173, integrado pelo acórdão de fls.233/244.

Alegou o recorrente, em síntese (fls.271/287), que a decisão vergastada afrontou os artigos 165, § 2º e 169, § 1º da Carta Magna.

Contra-razões do recorrido às fls.290/296.

É o relatório, DECIDO.

Ao realizar o juízo de admissibilidade, o Magistrado necessita “tangenciar” o mérito da causa, resguardando, ao máximo, a competência dos Tribunais Superiores. Para isso, faz-se mister verificar, no prévio exame, se atende aos casos onde é possível a interposição do recurso extraordinário. De outro modo, todo e qualquer recurso deveria ser admitido, o que esvaziaria a fase recursal em questão.

Para tal, o juízo de admissibilidade inclui não só a análise preliminar dos *pressupostos extrínsecos* (tempestividade, regularidade formal e preparo) e *intrínsecos* (cabimento, legitimidade recursal, interesse recursal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer) do recurso, mas também a verificação do atendimento à fundamentação possível prevista no art. 102, III, da Constituição Federal.

O recurso interposto não reúne condições de superar o prévio juízo de admissibilidade, uma vez que esbarra na súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, que assim dispõe:

“Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário”.

A convicção da decisão guerreada, no tocante à insurgência do recorrente, fundamenta-se à exaustão nas Leis Estaduais nº 331/02 e 339/02, o que impede a revisão do *decisum* pela via extraordinária.

Nesse sentido, amplos precedentes:

“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. SUPOSTA OFENSA A DIREITO LOCAL. SÚMULA 280. ESTABILIDADE FINANCEIRA. VINCULAÇÃO DE VENCIMENTOS E OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. INOCORRÊNCIA. 1. O entendimento assentado na segunda instância decorre da interpretação do disposto na Lei estadual n. 8.411/91. Para dissentar do aresto impugnado e acolher as razões do agravante, é imprescindível o exame prévio da legislação ordinária aplicável à espécie, o que encontra óbice na Súmula 280 desta Corte. 2. A estabilidade financeira não se confunde com o instituto da agregação. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido da constitucionalidade de leis estaduais instituidoras da estabilidade financeira e não ilide a possibilidade, sem ofensa a direito adquirido, de que o cálculo da vantagem seja desvinculado, para o futuro, dos vencimentos do cargo em comissão outrora ocupado pelo servidor, passando a quantia a ela correspondente a ser reajustada segundo os critérios das revisões gerais de remuneração do funcionalismo. Precedentes. Agravo regimental não provido”.
(STF, RE-AgR 233413 / SC, 1ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, Publicado DJ 29.03.2005)

“EMENTA: 1. Análise do recurso extraordinário que envolve interpretação de legislação de direito local (Leis nºs 4.819/58 e 200/74, do Estado de São Paulo). Incidência da Súmula STF nº 280. Precedentes. 2. Agravo regimental improvido”.
(STF, AI n. 419.786-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, 2ª Turma. Publicado DJ 19.11.2004)

Acrescente-se que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afasta o cabimento do recurso extraordinário, igualmente, em hipótese de violação indireta ou reflexa à Constituição, desautorizando a interpretação para concluir pela ofensa aos citados dispositivos constitucionais. *In verbis*:

“E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ALEGADA VIOLAÇÃO A PRECEITO INSCRITO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - AUSÊNCIA DE OFENSA DIRETA À CONSTITUIÇÃO - INVIABILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AGRAVO IMPROVIDO. - A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária”.
(STF, RE-AgR 493769 / SP, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma. Publicado DJ 23.02.2007)

Assim sendo, NEGÓ seguimento ao recurso.

Publique-se.

Boa Vista, 28 de novembro de 2007.

Des. Robério Nunes
Presidente

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.06.006801-1 – BOA VISTA/RR
RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ENÉIAS DOS SANTOS COELHO
RECORRIDOS: MAELY SUELLEN DE MEDEIROS E OUTROS
ADVOGADA: DRA. MARIA ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pelo Estado de Roraima, com fulcro no artigo 102, III, alíneas “a” e “d” da Constituição Federal, contra o v. acórdão às fls.146/254, integrado pelo acórdão de fls.212/221.

Alegou o recorrente, em síntese (fls.246/263), que a decisão vergastada afrontou os artigos 165, § 2º e 169, § 1º da Carta Magna.

Contra-razões do recorrido às fls.264/270.

É o relatório, DECIDO.

Ao realizar o juízo de admissibilidade, o Magistrado necessita “tangenciar” o mérito da causa, resguardando, ao máximo, a competência dos Tribunais Superiores. Para isso, faz-se mister verificar, no prévio exame, se atende aos casos onde é possível a interposição do recurso extraordinário. De outro modo, todo e qualquer recurso deveria ser admitido, o que esvaziaria a fase recursal em questão.

Para tal, o juízo de admissibilidade inclui não só a análise preliminar dos *pressupostos extrínsecos* (tempestividade, regularidade formal e preparo) e *intrínsecos* (cabimento, legitimidade recursal, interesse recursal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer) do recurso, mas também a verificação do atendimento à fundamentação possível prevista no art. 102, III, da Constituição Federal.

O recurso interposto não reúne condições de superar o prévio juízo de admissibilidade, uma vez que esbarra na súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, que assim dispõe:

“Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário”.

A convicção da decisão guerreada, no tocante à insurgência do recorrente, fundamenta-se à exaustão nas Leis Estaduais nº 331/02 e 339/02, o que impede a revisão do *decisum* pela via extraordinária.

Nesse sentido, amplos precedentes:

“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. SUPOSTA OFENSA A DIREITO LOCAL. SÚMULA 280. ESTABILIDADE FINANCEIRA. VINCULAÇÃO DE VENCIMENTOS E OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. INOCORRÊNCIA. 1. O entendimento assentado na segunda instância decorre da interpretação do disposto na Lei estadual n. 8.411/91. Para dissentar do aresto impugnado e acolher as razões do agravante, é imprescindível o exame prévio da legislação ordinária aplicável à espécie, o que encontra óbice na Súmula 280 desta Corte. 2. A estabilidade financeira não se confunde com o instituto da agregação. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido da constitucionalidade de leis estaduais instituidoras da estabilidade financeira e não ilide a possibilidade, sem ofensa a direito adquirido, de que o cálculo da vantagem seja desvinculado, para o futuro, dos vencimentos do cargo em comissão outrora ocupado pelo servidor, passando a quantia a ela correspondente a ser reajustada segundo os critérios das revisões gerais de

remuneração do funcionalismo. Precedentes. Agravo regimental não provido”.

(STF, RE-AgR 233413 / SC, 1ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, Publicado DJ 29.03.2005)

“EMENTA: 1. Análise do recurso extraordinário que envolve interpretação de legislação de direito local (Leis nºs 4.819/58 e 200/74, do Estado de São Paulo). Incidência da Súmula STF nº 280. Precedentes.

2. Agravo regimental improvido”.

(STF, AI n. 419.786-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, 2ª Turma. Publicado DJ 19.11.2004)

Acrescente-se que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afasta o cabimento do recurso extraordinário, igualmente, em hipótese de violação indireta ou reflexa à Constituição, desautorizando a interpretação para concluir pela ofensa aos citados dispositivos constitucionais. *In verbis*:

“E M E N T A: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ALEGADA VIOLAÇÃO A PRECEITO INSCRITO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - AUSÊNCIA DE OFENSA DIRETA À CONSTITUIÇÃO - INVIABILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AGRADO IMPROVIDO. - A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária”.

(STF, RE-AgR 493769 / SP, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma. Publicado DJ 23.02.2007)

Assim sendo, NEGO seguimento ao recurso.

Publique-se.

Boa Vista, 28 de novembro de 2007.

Des. Robério Nunes
Presidente

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.07.007869-5 – BOA VISTA/RR
RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. MARCUS GIL BARBOSA DIAS
RECORRIDA: REGINA DE BRITO CAVALCANTE DA SILVA
ADVOGADA: DRA. DIRCINHA CARREIRA DUARTE
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DESPACHO

Aguarde-se na Secretaria da Câmara Única o retorno do Agravo de Instrumento interposto perante o Supremo Tribunal Federal.

Publique-se.

Boa Vista, 28 de novembro de 2007.

Des. Robério Nunes
Presidente

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO

RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.05.004765-2 – BOA VISTA/RR
RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ARTHUR CARVALHO
RECORRIDO: CHANDROUTIE KHAN
ADVOGADOS: DR. ALEXANDER LADISLAU MENEZES E OUTRO
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DESPACHO

Intime-se a recorrida para apresentar contra-razões no prazo legal.

Após, conclusos.

Publique-se.

Boa Vista, 28 de novembro de 2007.

Des. Robério Nunes
Presidente

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.06.006864-9 – BOA VISTA/RR
RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. ENÉIAS DOS SANTOS COELHO
RECORRIDOS: JANNE KASTHELINE DE SOUZA FARIAS E OUTROS
ADVOGADA: DRA. MARIA ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pelo Estado de Roraima, com fulcro no artigo 102, III, alíneas “a” e “d” da Constituição Federal, contra o v. acórdão às fls.145/153, integrado pelo acórdão de fls.220/229.

Alegou o recorrente, em síntese (fls.255/272), que a decisão vergastada afrontou os artigos 165, § 2º e 169, § 1º da Carta Magna.

Contra-razões do recorrido às fls.274/279.

É o relatório, DECIDO.

Ao realizar o juízo de admissibilidade, o Magistrado necessita “tangenciar” o mérito da causa, resguardando, ao máximo, a competência dos Tribunais Superiores. Para isso, faz-se mister verificar, no prévio exame, se atende aos casos onde é possível a interposição do recurso extraordinário. De outro modo, todo e qualquer recurso deveria ser admitido, o que esvaziaria a fase recursal em questão.

Para tal, o juízo de admissibilidade inclui não só a análise preliminar dos *pressupostos extrínsecos* (tempestividade, regularidade formal e preparo) e *intrínsecos* (cabimento, legitimidade recursal, interesse recursal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer) do recurso, mas também a verificação do atendimento à fundamentação possível prevista no art. 102, III, da Constituição Federal.

O recurso interposto não reúne condições de superar o prévio juízo de admissibilidade, uma vez que esbarra na súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, que assim dispõe:

“Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário”.

A convicção da decisão guerreada, no tocante à insurgência do recorrente, fundamenta-se à exaustão nas Leis Estaduais nº 331/02 e 339/02, o que impede a revisão do *decisum* pela via extraordinária.

Nesse sentido, amplos precedentes:

“EMENTA: AGRADO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. SUPOSTA OFENSA A DIREITO LOCAL. SÚMULA 280. ESTABILIDADE FINANCEIRA. VINCULAÇÃO DE VENCIMENTOS E OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. INOCORRÊNCIA. 1. O entendimento assentado na segunda instância decorre da interpretação do disposto na Lei estadual n. 8.411/91. Para dissentar do aresto impugnado e acolher as razões do agravante, é imprescindível o exame prévio da legislação ordinária aplicável à espécie, o que encontra óbice na Súmula 280 desta Corte. 2. A estabilidade financeira não se confunde com o instituto da agregação. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido da constitucionalidade de leis estaduais instituidoras da estabilidade financeira e não ilide a possibilidade, sem ofensa a direito adquirido, de que o cálculo da vantagem seja desvinculado, para o futuro, dos vencimentos do cargo em comissão outrora ocupado pelo servidor, passando a quantia a ela correspondente a ser reajustada segundo os critérios das revisões gerais de remuneração do funcionalismo. Precedentes. Agravo regimental não provido”.

(STF, RE-AgR 233413 / SC, 1ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, Publicado DJ 29.03.2005)

“EMENTA: 1. Análise do recurso extraordinário que envolve interpretação de legislação de direito local (Leis n.ºs 4.819/58 e 200/74, do Estado de São Paulo). Incidência da Súmula STF n.º 280. Precedentes.

2. Agravo regimental improvido”.

(STF, AI n. 419.786-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, 2ª Turma. Publicado DJ 19.11.2004)

Acrescente-se que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afasta o cabimento do recurso extraordinário, igualmente, em hipótese de violação indireta ou reflexa à Constituição, desautorizando a interpretação para concluir pela ofensa aos citados dispositivos constitucionais. *In verbis*:

“EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ALEGADA VIOLAÇÃO A PRECEITO INSCRITO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - AUSÊNCIA DE OFENSA DIRETA À CONSTITUIÇÃO - INVIABILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AGRAVO IMPROVIDO. - A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária”.

(STF, RE-AgR 493769 / SP, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma. Publicado DJ 23.02.2007)

Assim sendo, NEGOU seguimento ao recurso.

Publique-se.

Boa Vista, 28 de novembro de 2007.

Des. Robério Nunes
Presidente

PUBLICAÇÃO DE DECISÃO

RECURSO EXTRAORDINÁRIO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0010.06.006786-4 – BOA VISTA/RR
RECORRENTE: O ESTADO DE RORAIMA
PROCURADOR DO ESTADO: DR. GIERCK GUIMARÃES MEDEIROS
RECORRIDOS: OSÓRIO SOUSA AMARAL E OUTROS
ADVOGADA: DRA. MARIA ELIANE MARQUES DE OLIVEIRA
RELATOR: EXMO. SR. DES. ROBÉRIO NUNES

DECISÃO

Trata-se de Recurso Extraordinário interposto pelo Estado de Roraima, com fulcro no artigo 102, III, alíneas “a” e “d” da Constituição Federal, contra o v. acórdão às fls.154/162, integrado pelo acórdão de fls.227/236.

Alegou o recorrente, em síntese (fls.263/280), que a decisão vergastada afrontou os artigos 165, § 2º e 169, § 1º da Carta Magna.

Contra-razões do recorrido às fls.282/287.

É o relatório, DECIDO.

Ao realizar o juízo de admissibilidade, o Magistrado necessita “tangenciar” o mérito da causa, resguardando, ao máximo, a competência dos Tribunais Superiores. Para isso, faz-se mister verificar, no prévio exame, se atende aos casos onde é possível a interposição do recurso extraordinário. De outro modo, todo e qualquer recurso deveria ser admitido, o que esvaziaria a fase recursal em questão.

Para tal, o juízo de admissibilidade inclui não só a análise preliminar dos *pressupostos extrínsecos* (tempestividade, regularidade formal e preparo) e *intrínsecos* (cabimento, legitimidade recursal, interesse recursal e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer) do recurso, mas também a verificação do atendimento à fundamentação possível prevista no art. 102, III, da Constituição Federal.

O recurso interposto não reúne condições de superar o prévio juízo de admissibilidade, uma vez que esbarra na súmula 280 do Supremo Tribunal Federal, que assim dispõe:

“Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário”.

A convicção da decisão guerreada, no tocante à insurgência do recorrente, fundamenta-se à exaustão nas Leis Estaduais nº 331/02 e 339/02, o que impede a revisão do *decisum* pela via extraordinária.

Nesse sentido, amplos precedentes:

“EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. SUPOSTA OFENSA A DIREITO LOCAL. SÚMULA 280. ESTABILIDADE FINANCEIRA. VINCULAÇÃO DE VENCIMENTOS E OFENSA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. INOCORRÊNCIA. 1. O entendimento assentado na segunda instância decorre da interpretação do disposto na Lei estadual n. 8.411/91. Para dissentir do aresto impugnado e acolher as razões do agravante, é imprescindível o exame prévio da legislação ordinária aplicável à espécie, o que encontra óbice na Súmula 280 desta Corte. 2. A estabilidade financeira não se confunde com o instituto da agregação. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é no sentido da constitucionalidade de leis estaduais instituidoras da estabilidade financeira e não ilide a possibilidade, sem ofensa a direito adquirido, de que o cálculo da vantagem seja desvinculado, para o futuro, dos vencimentos do cargo em comissão outrora ocupado pelo servidor, passando a quantia a ela correspondente a ser reajustada segundo os critérios das revisões gerais de remuneração do funcionalismo. Precedentes. Agravo regimental não provido”.

(STF, RE-AgR 233413 / SC, 1ª Turma, Rel. Min. Eros Grau, Publicado DJ 29.03.2005)

“EMENTA: 1. Análise do recurso extraordinário que envolve interpretação de legislação de direito local (Leis n.ºs 4.819/58 e 200/74, do Estado de São Paulo). Incidência da Súmula STF n.º 280. Precedentes.

2. Agravo regimental improvido”.

(STF, AI n. 419.786-AgR, Rel. Min. Ellen Gracie, 2ª Turma. Publicado DJ 19.11.2004)

Acrescente-se que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal afasta o cabimento do recurso extraordinário, igualmente, em hipótese de violação indireta ou reflexa à Constituição, desautorizando a interpretação para concluir pela ofensa aos citados dispositivos constitucionais. *In verbis*:

“EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - ALEGADA VIOLAÇÃO A PRECEITO INSCRITO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - AUSÊNCIA DE OFENSA DIRETA À CONSTITUIÇÃO - INVIABILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO - AGRAVO IMPROVIDO. - A situação de ofensa meramente reflexa ao texto constitucional, quando ocorrente, não basta, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária”.

(STF, RE-AgR 493769 / SP, Rel. Min. Celso de Mello, 2ª Turma. Publicado DJ 23.02.2007)

Assim sendo, NEGOU seguimento ao recurso.

Publique-se.

Boa Vista, 28 de novembro de 2007.

Des. Robério Nunes
Presidente

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

CARTA DO FONACRIAD AO PODER JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO

Brasília, 25 de outubro de 2007.

O FONACRIAD (Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente), reunido em seu XXXVIII Seminário Nacional, nos dias 22 a 25 de outubro de 2007, em Brasília- DF, representado pelos 24 Estados da Federação e o Distrito Federal e seguindo a pauta de implementação do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), em especial a Atenção a Saúde Mental dos Adolescentes no Contexto das Medidas Socioeducativas, vem registrar sua preocupação e posicionamento acerca da garantia de atendimento em saúde mental dos adolescentes;

CONSIDERANDO:

- a necessidade de articulação entre o atendimento socioeducativo e o atendimento de Saúde Mental, demandado tanto pelo órgão executor da medida, quanto pelo Poder Judiciário;

- a brevidade e excepcionalidade da Medida Socioeducativa de Internação, e seu tempo máximo de três anos, improrrogável, conforme estabelecido no ECA;

- que a medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumprir - lá, conforme estabelecido no ECA;

- que os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental, receberão tratamento individual especializado, em local adequado às suas condições, conforme estabelecido no ECA;

- o período em vigência das Portarias (Portaria Interministerial nº. 1.426 e Portaria SAS 240 de 2004) e sua real efetivação em apenas 03 unidades federadas (Piauí, Acre e Distrito Federal);

- o esforço e entraves encontrados pelos gestores do Sistema Socioeducativo Estadual na implementação das Portarias referenciadas.

- o não atendimento da importância de tais portarias para a efetivação do atendimento a saúde dos adolescente em conflito com a lei, por parte dos Gestores de Saúde Estaduais e Municipais.

SOLICITAMOS

• o apoio e o entendimento dos órgãos do Sistema de Justiça da proposta do FONACRIAD de estruturação da rede de atendimento a saúde mental a criança e ao adolescente em todo o território nacional, levando em conta que a política pública de saúde mental dos adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa é de responsabilidade do Ministério da Saúde, das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

Assinam os gestores do Sistema Socioeducativo dos Estados da Federação e do Distrito Federal.

Acre
Alagoas
Amapá
Amazonas
Bahia
Ceará
Distrito Federal
Espírito Santo
Goiás
Maranhão
Mato Grosso
Mato Grosso do Sul
Minas Gerais
Pará
Paraná
Pernambuco
Piauí
São Paulo
Santa Catarina
Sergipe
Roraima
Rio de Janeiro
Rio Grande do Norte
Rio Grande do Sul
Tocantins

CARTA DE BRASÍLIA

O FONACRIAD (Fórum dos Gestores Estaduais do Sistema de Atendimento Socioeducativo), reunido em seu **XXXVIII Seminário Nacional**, nos dias 22 a 25 de outubro de 2007, em Brasília- DF, representado por 24 Estados da Federação e o Distrito Federal e seguindo a pauta de implementação do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), Municipalização das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, Escolarização no Contexto das Unidades de Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Internação, Profissionalização: outras formas de organização do mundo do trabalho, Atenção à Saúde Mental de Adolescentes no Contexto das Medidas Socioeducativas, Atendimento Inicial a

Adolescentes a quem se atribua autoria de ato infracional, vem manifestar seu posicionamento e encaminhamento que seguem:

1) Quanto à Implementação do SINASE:

Que o FONACRIAD seja convidado a participar das reuniões relativas ao processo de implementação do SINASE, na Comissão do CONANDA e Intersetorial, bem como em qualquer Grupo de Trabalho relativo ao tema.

Que o financiamento do SINASE seja organizado com co-financiamento das 3 esferas de governo, com aporte de recursos para atendimento ao adolescente em conflito com a lei, coerente com a lógica de arrecadação tributária das unidades federadas.

Que o FONACRIAD sustente o que está disposto na Constituição Federal e regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e se manifesta publicamente contrário à redução da idade penal e aumento do tempo de internação.

2) Quanto à Municipalização:

Que o FONACRIAD, seguindo a pauta de implementação do SINASE, em especial sua prioridade de fortalecimento dos programas de meio aberto no processo de municipalização, vem registrar seu posicionamento e encaminhar proposições que garantam a gestão orgânica do sistema de atenção ao adolescente em conflito com a lei:

DE IMEDIATO: o redirecionamento para a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) DA Presidência da República, órgão responsável pela Coordenação do SINASE, do montante de recurso hoje orçado no Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), relativos às medidas socioeducativas em meio aberto (L.A e P.S.C), de modo que a SEDH possa gerenciar esses recursos a partir de critérios garantindo a funcionalidade orgânica do SINASE.

A MÉDIO PRAZO: seja elaborada uma proposta de adequação das leis dos Fundos da Infância e Adolescência (FIAs) que permita o repasse continuado e não mais por pontuais projetos, como instituição de política pública permanente.

Que a Coordenação dos Estudos, Grupos de Trabalhos, Normatizações, Diretrizes, Normas Técnicas e implementação do SINASE, junto aos órgãos de Governo seja realizado pela SEDH no Governo Federal pela sua natureza de articulação horizontal e transversal e legitimada pelos Gestores Estaduais.

Que os Gestores Estaduais do Socioeducativo e seu órgão representativo (FONACRIAD) sejam respeitados na condição de protagonistas responsáveis pela Política Estadual de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei, previsto no ECA e reafirmado no SINASE.

3) Quanto à Educação:

Elaboração de Portaria Interministerial entre a SEDH e o Ministério da Educação para implantação de Programa Pedagógico de Escolarização para Adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação.

Que o Ministério da Educação estruture ação de formação continuada com monitoramento e avaliação dos profissionais de educação que atuam no Sistema de Atendimento Socioeducativo.

4) Quanto à profissionalização:

Elaboração de Portaria Interministerial entre a SEDH e Ministério do Trabalho para garantir a formação profissional dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa assegurando-lhes todos os direitos sociais.

5) Quanto à Saúde Mental:

O FONACRIAD, seguindo a pauta de implementação do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), vem registrar sua preocupação e posicionamento acerca da garantia de atendimento em saúde dos adolescentes:

a aceleração da implementação da Portaria Interministerial Nº 1.426 e Portaria SAS 340 de 2004 relativas ao atendimento das saúde nas Unidades de Privação de Liberdade de Adolescentes em Conflito com a Lei.

a definição de ações efetivas tais como: seminários estaduais e municipais, mobilização e sensibilização dos gestores da saúde, presença do Ministério da Saúde nos estados e municípios com

agenda especificada, alinhamento na definição dos critérios citados na Portaria.

O mapeamento e indicação de equipamentos e serviços especializados em saúde mental para crianças e adolescentes, nos Estados e Municípios, bem como sua abrangência e referências, como medida de proteção.

O apoio e entendimento dos órgãos de sistema de justiça da proposta do FONOCRIAD de estruturação da rede de atendimento de saúde mental a criança e ao adolescente no território nacional, levando em conta que o problema de saúde mental dos adolescentes é de responsabilidade do Ministério de Saúde; Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde.

6) Quanto ao Projeto de Lei de Execução das Medidas Socioeducativas:

Que a SEDH, o CONANDA e o FONOCRIAD articulem com o Congresso Nacional visando agilizar a tramitação e aprovação do Projeto de Lei 1627/2007.

Que o FONOCRIAD faça parte das discussões sobre o Projeto de Lei no âmbito do CONANDA, da SEDH E DO Congresso Nacional. Que os Gestores Estaduais do Sistema Socioeducativo e os Conselhos Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente articulem com as bancadas estaduais para a aprovação do Projeto de Lei.

Assinam os gestores dos Sistemas Socioeducativos dos Estados da Federação e do Distrito Federal.

Acre
Alagoas
Amapá
Amazonas
Bahia
Ceará
Distrito Federal
Espírito Santo
Goiás
Maranhão
Mato Grosso
Mato Grosso do Sul
Minas Gerais
Pará
Paraná
Pernambuco
Piauí
São Paulo
Santa Catarina
Sergipe
Roraima
Rio de Janeiro
Rio Grande do Norte
Rio Grande do Sul
Tocantins

Diante do exposto e para garantia que esta manifestação se legitime e seja respeitada enquanto deliberação deste **FONACRIAD**, encaminhamos cópias para as instâncias Federal, Estaduais e do Distrito Federal para execução no que couber.

Boa Vista, 28 de novembro de 2007.

ANALaura MENEZES DE SANTANA
Gestora de Roraima
Presidente FONACRIAD

Gabinete da Presidência
Procedimento Administrativo nº. 3.456/07
Requerente: Amiraldo de Brito Sombra
Assunto: Solicita Prorrogação de Posse

DECISÃO

Acolho o parecer jurídico de fls. 13/14; defiro o pedido.

Autorizo, nos termos do artigo 211, § 6º, da Lei Complementar nº. 02/93, a prorrogação do prazo para o requerente tomar posse no cargo de motorista, por tempo igual ao fixado no § 5º do dispositivo retro mencionado.

Publique-se.

À Diretoria-Geral para tomar conhecimento da decisão.

Em pós, remetam-se os autos ao Departamento de Recursos Humanos para as providências que o caso requer.

Boa Vista, 03 de dezembro de 2007.

Des. Robério Nunes
Presidente

Procedimento Administrativo nº. 3.458/07
Requerente: Anderson Ricardo Souza da Silva
Assunto: Folga Compensatória

DECISÃO

Acolho o parecer jurídico de fl. 14; defiro o pedido, convalidando a folga compensatória já usufruída.
Publique-se.

Remetam-se os autos ao Departamento de Recursos Humanos para as demais providências.

Boa Vista, 03 de dezembro de 2007.

Des. Robério Nunes
Presidente

PRECATÓRIO Nº 020/2007

Requerente: Construtora D. S. S. Ltda
Advogado: Denise Cavalcanti e Silvana Pigari
Requerido: O Município de Alto Alegre
Procurador: Procuradoria do Município
Requisitante: Juízo de Direito da Comarca de Alto Alegre

DECISÃO

Trata-se de Precatário expedido em favor da Construtora D. S. S. Ltda., em Ação de Execução de nº. 005 04 001402-8, movida contra o Município de Alto Alegre.

O ofício requisitório, subscrito pela MM. Juíza de Direito da Comarca de Alto Alegre, veio acompanhado da documentação de folhas 03/22.

A Diretoria-Geral desta corte verificou, à folha 24, a carência dos seguintes documentos: procuração, título executivo e certidão de não oposição ou, opostos embargos, o pronunciamento judicial havido e a certidão do trânsito julgado. Os autos, então, retornaram ao juízo de origem, para complementação da documentação.

As peças faltantes foram juntadas aos autos (fls. 29/65).

A Diretoria-Geral certificou à fl. 66 encontrar-se o feito devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 436 do RITJRR.

O Procurador-Geral de Justiça manifestou-se às fls. 68/69 pelo pagamento da quantia requisitada em favor da empresa beneficiária, observada a ordem de preferência dos créditos de natureza genérica. Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

Estando devidamente instruído o precatório, deverá ser pago de acordo com o seu valor original, atualizado até julho de 2006 (fls. 17/20).

Isto posto, DEFIRO o pagamento da importância de **R\$ 10.594,47 (dez mil, quinhentos e noventa e quatro reais e quarenta e sete centavos)**, em favor da Requerente Construtora D. S. S. Ltda., observada a ordem cronológica de apresentação dos precatórios de natureza genérica, nos termos do artigo 100, § 1º da Constituição Federal.

Oficie-se ao Exmo. Sr. Prefeito do Município de Alto Alegre, requisitando-lhe a inclusão no orçamento de 2009 de verba necessária ao pagamento atualizado do débito.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Após, à Diretoria-Geral, para acompanhamento.

P.R.I.

Boa Vista, 03 de dezembro de 2007.

DES. ROBÉRIO NUNES
Presidente

PRECATÓRIO Nº 031/2006

Requerente: Ministério Público de Roraima
Requerido: O Município do Cantá
Requisitante: Juízo de Direito da 2ª. Vara Cível da Comarca de Boa Vista.

DECISÃO

Trata-se de Precatório expedido em favor do Ministério Público do Estado de Roraima, em Ação de Execução de nº. 0010 06127175-4, movida contra o Município do Cantá.

O ofício requisitório, subscrito pelo MM. Juiz de Direito Substituto da 2ª Vara Cível, veio acompanhado da documentação de folhas 04/21.

A Diretoria-Geral desta corte verificou, à folha 23, encontrar-se o feito devidamente instruído de acordo com o que dispõe o art. 436 do RITJRR.

O Procurador-Geral de Justiça identificou a falta da certidão de não oposição dos embargos, ou que, se opostos, sentença e o acórdão que tenha proferido em grau de recurso, com certidão de trânsito em julgado (fls. 25/26).

Os autos foram remetidos ao Juízo da 8ª Vara Cível, conforme despacho à fl. 30, o qual juntou aos autos os documentos solicitados (fls. 32/34).

O Procurador-Geral de Justiça manifestou-se às fls. 16/17 pelo pagamento da quantia requisitada em favor do beneficiário, observada a ordem de preferência dos créditos de natureza genérica. Vieram-me os autos conclusos.

É o relatório. Decido.

Estando devidamente instruído o precatório, deverá ser pago de acordo com o seu valor original, atualizado até 04 de novembro de 2005 (fl. 02).

Isto posto, DEFIRO o pagamento da importância de **R\$ 276.658,00 (duzentos e setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e oito reais)**, em favor do Requerente **Ministério Público do Estado de Roraima**, observada a ordem cronológica de apresentação dos precatórios de natureza genérica, nos termos do artigo 100, § 1º da Constituição Federal.

Oficie-se ao Exmo. Sr. Prefeito do Município do Cantá, requisitando-lhe a inclusão no orçamento de 2009 de verba necessária ao pagamento atualizado do débito.

Comunique-se ao Juízo da Execução.

Após, à Diretoria-Geral, para acompanhamento. P.R.I.

Boa Vista, 03 de dezembro de 2007.

DES. ROBÉRIO NUNES
Presidente

Ofício nº. 152/07 - GDP

Origem: CÂMARA DOS DEPUTADOS

Assunto: Criação de Câmara Criminal para julgamento de delitos cometidos por Prefeitos Municipais

DECISÃO

Acolho o parecer da Assessoria jurídica desta Presidência; remeta-se o presente Ofício à Seção de Protocolo para que seja registrado e autuado, em pós, com as homenagens de estilo, à Corregedoria-Geral para manifestação.

Boa Vista, 04 de dezembro de 2007.

Des. Robério Nunes
Presidente

**GABINETE DA PRESIDENCIA, BOA VISTA, 04 DE
DEZEMBRO DE 2007.
JULIANA MINOTTO
Chefe de Gabinete**

DIRETORIA GERAL

Procedimento Administrativo nº 3.476/2007

Origem: Comissão Permanente de Sindicância

Assunto: Solicita pagamento de diárias

Despacho: “ (...) Com fulcro no art. 1º, XI, da Portaria GP nº 792/2007, autorizo o pagamento das diárias correspondentes aos servidores: Clóvis Alves Ponte, Kleber Eduardo Raskopf, Glenn Linhares Vasconcelos e Márcio Agra Belota. Boa Vista, 04 de dezembro de 2007” - Augusto Monteiro - Diretor Geral –TJ/RR

Procedimento Administrativo nº 3.493/2007

Origem: Vara da Justiça Itinerante

Assunto: Solicita pagamento de diárias

Despacho: “ (...) Com fulcro no art. 1º, XI, da Portaria GP nº 792/2007, autorizo o pagamento das diárias correspondentes ao servidor: José Fabiano de Lima Gomes. Boa Vista, 04 de dezembro de 2007” - Augusto Monteiro - Diretor Geral –TJ/RR

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO	
Nº DO CONTRATO:	038/2002
ASSUNTO:	Prestação de serviço de ligações interurbanas.
ADITAMENTO:	Quinto Termo Aditivo.
CONTRATADA:	Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL.
OBJETO:	O contrato fica prorrogado pelo prazo de um mês, em caráter excepcional.
DATA:	Boa Vista, 09 de outubro de 2007.

Silvânia Nascimento
Diretora

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIAS DE 04 DE DEZEMBRO DE 2007

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº. 792, de 21 de agosto de 2007,

RESOLVE:

N.º 946 – Alterar as férias, relativas a 3.ª etapa do exercício de 2007, da servidora **ELICIANA CARLA SANTANA MARTINS FERREIRA**, Assessora Jurídica, para serem usufruídas no período 07 a 16.01.2008.

N.º 947 – Alterar as férias da servidora **ELICIANA CARLA SANTANA MARTINS FERREIRA**, Assessora Jurídica, relativas ao exercício de 2008, para serem usufruídas nos períodos 17.01 a 01.02.2008 e de 07 a 20.07.2008.

N.º 948 – Alterar as férias da servidora **KEILA CRISTINA DE ABREU SARQUIS**, Assistente Judiciária, relativas ao exercício de 2007, para serem usufruídas no período de 20.11 a 19.12.2008.

N.º 949 – Alterar as férias, relativas a 2.ª etapa do exercício de 2007, do servidor **MÁRIO MELO MOURA**, Assistente Judiciário, relativas ao exercício de 2007, para serem usufruídas no período 10 a 19.12.2007 e de 07 a 16.01.08.

N.º 950 – Alterar as férias, relativas a 1.ª etapa do exercício de 2007, do servidor **MÁRIO MELO MOURA**, Assistente Judiciário, relativas ao exercício de 2008, para serem usufruídas no período 17 a 26.01.2008.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

HERBERTH WENDEL
Diretor, em exercício

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS DA SEGUNDA INSTÂNCIA**Expediente de 03/12/2007****TRIBUNAL PLENO**

Juiz(iza): Carlos Henriques

AGRAVO REGIMENTAL

00001 - 01007009070-8

Agravante: Câmara Municipal de São João da Baliza, Agravado: Maria Lúcia Cavalcanti Muniz =>Distribuição por Dependência, Adv - Maria Eliane Marques de Oliveira.

TURMA CÍVEL

Juiz(iza): Almiro Padilha

APELAÇÃO CÍVEL

00002 - 01007009072-4

Apelante: Renato Andrade da Silva, Apelado: Sistema Boa Vista de Comunicação Ltda e outros =>Distribuição por Sorteio, Adv - Faic Ibraim Abdel Aziz, Alexander Ladislau Menezes, Pedro de A. D. Cavalcante.

00003 - 01007009074-0

Apelante: Andrade Galvão Engenharia Ltda, Apelado: Hindemburgo Alves de Oliveira Filho =>Distribuição por Sorteio, Adv - Izaías Rodrigues de Souza, Francisco das Chagas Batista, Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho.

Juiz(iza): Carlos Henriques

APELAÇÃO CÍVEL

00004 - 01007009073-2

Apelante: Igo Mayko Evangelista de Lima, Apelado: Sistema Boa Vista de Comunicação Ltda e outros =>Distribuição por Sorteio, Adv - Faic Ibraim Abdel Aziz, Alexander Ladislau Menezes, Pedro de A. D. Cavalcante.

00005 - 01007009076-5

Apelante: César Eduardo de Jesus Pereira, Apelado: Sistema Boa Vista de Comunicação Ltda e outros =>Distribuição por Sorteio, Adv - Faic Ibraim Abdel Aziz, Pedro de A. D. Cavalcante.

Juiz(iza): José Pedro

APELAÇÃO CÍVEL

00006 - 01007009075-7

Apelante: Ally Daphne Freiria de Paula, Apelado: Sistema Boa Vista de Comunicação Ltda e outros =>Distribuição por Sorteio, Adv - Faic Ibraim Abdel Aziz, Pedro de A. D. Cavalcante.

Juiz(iza): Robério Nunes dos Anjos

AGRAVO DE INSTRUMENTO

00007 - 01007009068-2

Agravante: O Estado de Roraima, Agravado: Albertina Moraes Pinheiro =>Distribuição por Sorteio, Adv - Paulo Fernando Soares Pereira, Dircinha Carreira Duarte.

00008 - 01007009069-0

Agravante: O Estado de Roraima, Agravado: Elaine Rosa de Almeida Ribas e outros =>Distribuição por Sorteio, Adv - Paulo Fernando Soares Pereira, Maria Eliane Marques de Oliveira.

TRIBUNAL PLENO

Juiz(iza): Cristovao Suter

AÇÃO PENAL

00009 - 01007009071-6

Autor: Ministério Público de Roraima, Réu: Eugênia Glaucy de Moura Ferreira =>Distribuição por Sorteio, Adv - Não consta registro de advogado.

COMARCA DE BOA VISTA
JUSTIÇA COMUM**ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 03/12/2007**

000336AM-A =>00257

000336AM =>00219

001312AM =>00372

001737AM =>00320

002523AM =>00318

003467AM =>00277

004236AM =>00325

004331AM =>00219

004336AM =>00219

004766AM =>00256

004876AM =>00224, 00315

008652CE =>00321

011317CE =>00275

015080DF =>00311

019113DF =>00007

022602DF =>00372

053109MG =>00319

053111MG =>00319

002680MT =>00283

005717PA =>00322

006861PA =>00322

009346PA =>00276

011491PA =>00093

011502PA =>00301

009425PB =>00338

015293RJ =>00219

015311RJ =>00219

053096RJ =>00219

108813RJ =>00219

133001RJ =>00219

133055RJ =>00219

134074RJ =>00219

002484RO =>00283

003660RO =>00286

000008RR =>00301

000010RR-A =>00308

000042RR-B =>00229, 00301

000042RR =>00080, 00119

000052RR =>00090, 00091, 00092, 00097, 00108, 00109, 00111,

00113, 00120, 00121, 00122, 00123, 00124, 00125, 00126, 00127,

00131, 00132, 00133, 00136, 00137, 00139, 00140, 00141, 00142,

00145, 00146, 00147, 00148, 00149, 00150, 00151, 00152, 00153,

00154, 00155, 00156, 00157, 00158, 00159, 00160, 00161, 00162,

00163, 00167, 00168, 00169, 00170, 00171, 00172, 00173, 00174,

00175, 00176, 00177, 00178, 00179, 00180, 00189, 00190, 00192,

00193, 00195, 00196, 00197, 00200, 00211, 00212, 00213, 00214,

00215, 00216, 00217

000058RR-B =>00057

000060RR =>00057

000061RR-A =>00057

000073RR-B =>00042, 00316

000074RR-B =>00266, 00317

000075RR-E =>00099

000077RR-A =>00036, 00339

000077RR-E =>00247

000078RR-A =>00229, 00269, 00270

000078RR =>00309

000082RR =>00091, 00092, 00097, 00111, 00112, 00113, 00114,

00120, 00121, 00122, 00123, 00125, 00126, 00131, 00132, 00133,

00136, 00137, 00139, 00140, 00141, 00142, 00148, 00149, 00150,

00151, 00152, 00154, 00155, 00156, 00157, 00158, 00159

000083RR-E =>00284

000084RR-A =>00090, 00091, 00097, 00108, 00109, 00111,

00112, 00113, 00114, 00176, 00177, 00179, 00180, 00191, 00194,

00198, 00199, 00200, 00201, 00202, 00204, 00205, 00206, 00208,

00209

000087RR-B =>00004, 00005, 00246, 00273, 00282, 00313, 00321

000087RR-E =>00222, 00229, 00247, 00311

000092RR-B =>00218

000094RR-B =>00288

000094RR-E =>00281, 00302

000095RR-E =>00383

000099RR-E =>00319

000100RR-B =>00089, 00107, 00110
000101RR-B =>00227, 00231, 00232, 00238, 00299, 00300, 00301
000105RR-B =>00267, 00308, 00310
000110RR-B =>00218, 00230, 00307
000110RR-E =>00320
000114RR-A =>00222, 00228, 00229, 00266, 00275, 00311
000117RR-B =>00227, 00239, 00299
000118RR-A =>00057
000118RR =>00218, 00326, 00348
000120RR-B =>00338
000123RR-B =>00219
000125RR-E =>00311
000125RR =>00077, 00372
000126RR-B =>00287
000128RR-B =>00006, 00273
000131RR =>00275, 00328
000132RR-E =>00313
000133RR-E =>00289
000134RR-B =>00230
000136RR-E =>00311
000137RR-A =>00071
000138RR =>00080
000141RR =>00272, 00274
000144RR-A =>00079
000144RR =>00278
000145RR =>00070
000146RR-A =>00110, 00331
000146RR-B =>00074
000147RR-B =>00277
000149RR-A =>00377
000149RR =>00231, 00282
000153RR-B =>00001
000153RR =>00247, 00343, 00382
000154RR-A =>00341
000155RR-B =>00332, 00344, 00372, 00381
000156RR =>00058
000160RR-B =>00003, 00073
000160RR =>00302, 00313, 00318
000162RR-A =>00057
000164RR =>00051, 00052, 00075, 00288, 00292, 00379
000165RR-A =>00234, 00236, 00289
000169RR-B =>00337
000169RR =>00237, 00240
000171RR-B =>00273, 00319
000173RR-A =>00335
000175RR-B =>00222, 00242, 00275, 00311
000176RR-A =>00058
000176RR =>00331
000178RR =>00221, 00244, 00283
000179RR =>00320
000182RR-B =>00345
000184RR-A =>00268
000187RR-B =>00306
000187RR =>00333
000189RR =>00312
000190RR =>00342
000197RR-A =>00334
000199RR-B =>00295, 00311
000201RR-A =>00218, 00374
000203RR =>00058, 00244, 00278, 00308, 00320
000205RR-B =>00243
000206RR =>00219, 00287, 00380
000209RR =>00327
000212RR =>00218, 00351, 00357, 00365, 00367
000214RR-B =>00083
000215RR-B =>00008, 00081, 00082, 00115, 00116, 00118,
00119, 00130, 00134, 00135, 00138, 00143, 00144, 00164, 00165,
00166, 00183
000218RR-B =>00343
000220RR-B =>00085, 00094, 00104, 00105
000222RR =>00072, 00218
000223RR-A =>00218, 00227, 00230, 00237, 00239, 00240,
00299, 00307
000223RR =>00032, 00246, 00326
000226RR-B =>00117, 00181, 00182, 00184, 00185, 00186,
00187, 00188, 00203
000226RR =>00099, 00223, 00225, 00226, 00245, 00250, 00253,
00281, 00296, 00297, 00302
000229RR-A =>00328
000229RR-B =>00223
000231RR =>00239
000233RR-B =>00268
000236RR-B =>00295

000236RR =>00116
000237RR-B =>00288
000247RR-B =>00243, 00291, 00321
000248RR-B =>00348
000254RR-A =>00344, 00356, 00378
000258RR-A =>00229
000258RR =>00291, 00295
000259RR-B =>00138
000260RR-A =>00266, 00317
000262RR =>00219, 00239, 00242
000263RR =>00223, 00225, 00245, 00250, 00251, 00252, 00253,
00254, 00255, 00258, 00260, 00261, 00262, 00263, 00264, 00281,
00285, 00296, 00297, 00298, 00302, 00303, 00304, 00314
000264RR-B =>00009, 00207, 00210
000264RR =>00222, 00229, 00247, 00248, 00265, 00266, 00275,
00305, 00311
000269RR =>00129, 00242, 00243, 00266, 00275, 00280, 00283,
00311
000270RR-B =>00247, 00248, 00275
000275RR =>00352
000278RR =>00275, 00328
000282RR =>00218, 00276
000284RR =>00323, 00324
000285RR =>00383
000288RR-A =>00223
000291RR-A =>00279
000292RR =>00291, 00295
000295RR-A =>00233
000299RR =>00116, 00305
000300RR =>00319
000309RR =>00276
000311RR =>00070, 00076, 00259
000315RR =>00238
000316RR =>00223, 00277, 00302, 00311
000327RR =>00052
000333RR =>00037, 00038, 00039, 00375
000336RR =>00078
000344RR =>00231
000356RR =>00273
000358RR =>00323, 00324
000368RR =>00284
000379RR =>00309
000381RR =>00290
000382RR =>00319
000384RR =>00271
000385RR =>00289, 00312, 00321, 00372
000387RR =>00271
000391RR =>00116
000394RR =>00223, 00245, 00277, 00281, 00296, 00302
000397RR =>00220, 00371
000400RR =>00084
000409RR =>00112, 00122, 00125, 00132, 00133, 00136, 00153,
00155, 00160, 00167, 00176, 00180, 00323, 00324
000410RR =>00308
000413RR =>00266
000420RR =>00223, 00241, 00302
000429RR =>00043, 00049, 00050, 00051
000430RR =>00295
000441RR =>00082
000444RR =>00319
000451RR =>00235, 00373
000468RR =>00222, 00305, 00366
000486RR =>00221
023805RS =>00281
025285RS =>00233
027435RS =>00281
027461RS =>00281
040824RS =>00376
061080RS =>00376
096226SP =>00224
115762SP =>00246
133038SP =>00378
196403SP =>00085, 00086, 00087, 00088, 00089, 00093, 00094,
00095, 00096, 00098, 00099, 00100, 00101, 00102, 00103, 00104,
00105, 00106, 00110
212022SP =>00299
220366SP =>00293

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**IAVARACÍVEL**

Juiz(iza): Luiz Fernando Castanheira Mallet

AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

00040 - 001007177629-7

Requerente: F.L.S.M. e outros => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00041 - 001007177645-3

Requerente: A.F.N.S. e outros => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

DIVÓRCIO LITIGIOSO

00042 - 001007177928-3

Requerente: C.C.G.S.

Requerido: R.B.A.S. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007.

Valor da Causa: R 100,00. Adv - Edir Ribeiro da Costa.

DIVÓRCIO POR CONVERSÃO

00043 - 001007177923-4

Requerente: R.T.B.

Requerido: A.O.S. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Valor da Causa: R 200,00. Adv - Teresinha Lopes da Silva Azevedo.

2A VARACÍVEL

Juiz(iza): Elaine Cristina Bianchi

EXECUÇÃO

00004 - 001007178263-4

Exeqüente: Marlene Pereira Monteiro da Silva

Executado: O Estado de Roraima => Distribuição por Dependência em 03/12/2007. Adv - Maria Emília Brito Silva Leite.

00005 - 001007178264-2

Exeqüente: Doroteia Bentes de Queiroz

Executado: O Estado de Roraima => Distribuição por Dependência em 03/12/2007. Adv - Maria Emília Brito Silva Leite.

MANDADO DE SEGURANÇA

00006 - 001007178293-1

Impetrante: Hamilton Pereira da Silva Junior e outros

Autor. Coatora: Presidente da Comissão de Sindicância Sefaz Nº 483/2007 => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Valor da Causa: R 1.000,00. Adv - José Demontiê Soares Leite.

Juiz(iza): Jésus Rodrigues do Nascimento

EMBARGOS DEVEDOR

00007 - 001007178297-2

Embargante: O Estado de Roraima

Embargado: Luis Cláudio de Jesus Silva => Distribuição por Dependência em 03/12/2007. Valor da Causa: R 117.491,81. Adv - Gierck Guimaraes Medeiros.

5A VARACÍVEL

Juiz(iza): Mozarildo Monteiro Cavalcanti

EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA

00003 - 001007178548-8

Excipiente: Francisco Fagundes de Oliveira Filho

Excepto: Pedro Braga => Distribuição por Dependência em 03/12/2007. Adv - Christianne Conzaes Leite.

7A VARACÍVEL

Juiz(iza): Paulo César Dias Menezes

AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

00044 - 001007177625-5

Requerente: T.R.S. e outros => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00045 - 001007177632-1

Requerente: D.F.C. e outros => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00046 - 001007177642-0

Requerente: J.C.B. e outros => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00047 - 001007177735-2

Requerente: J.R.S. e outros => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00048 - 001007177789-9

Requerente: F.F.L. e outros => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

DIVÓRCIO LITIGIOSO

00049 - 001007177918-4

Requerente: M.S.S.S.

Requerido: G.R.S. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Valor da Causa: R 200,00. Adv - Teresinha Lopes da Silva Azevedo.

GUARDA - MODIFICAÇÃO

00050 - 001007177924-2

Requerente: M.R.C.

Requerido: E.S.N. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Valor da Causa: R 200,00. Adv - Teresinha Lopes da Silva Azevedo.

8A VARACÍVEL

Juiz(iza): Cesar Henrique Alves

EXECUÇÃO FISCAL

00008 - 001006128618-2

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Helvecio Deeke e outros => Transferência Realizada em 03/12/2007. Valor da Causa: R 5.448,26. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00009 - 001007164648-2

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: M de L Bonfim Epp e outros => Transferência Realizada em 03/12/2007. Valor da Causa: R 2.721,33. Adv - Marcelo Tadano.

1A VARACRIMINAL

Juiz(iza): Lana Leitão Martins

CRIME C/ PESSOA - JÚRI

00034 - 001007177912-7

Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRISÃO PREVENTIVA

00035 - 001007178351-7

Autor: Eduardo Daniel Lazarte Morón - Delegado de Polícia => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

REVOGAÇÃO PRISÃO PREVENT.

00036 - 001007178501-7

Requerente: Julio Ferreira de Nogueira => Distribuição por Dependência em 03/12/2007. Adv - Roberto Guedes Amorim.

2A VARACRIMINAL

Juiz(iza): Jarbas Lacerda de Miranda

CRIME C/ COSTUMES

00020 - 001007174072-3

Réu: Vezanildon Oliveira da Silva => Transferência Realizada em 03/12/2007. **AVERBADO** Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME DE TÓXICOS

00021 - 001007178291-5

Indiciado: D.A.C. => Distribuição por Dependência em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00022 - 001007178311-1

Indiciado: D.L.L. e outros => Distribuição por Dependência em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

00023 - 001007177883-0

Indiciado: C.S.A. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00024 - 001007177884-8

Indiciado: E.P.N. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00025 - 001007177885-5

Indiciado: C.F.R. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00026 - 001007177888-9

Indiciado: A.S. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00027 - 001007177889-7

Indiciado: A.F.S. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00028 - 001007177892-1

Indiciado: J.G.S. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00029 - 001007177899-6

Indiciado: O.S.O. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00030 - 001007177902-8

Indiciado: A.S.M. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRISÃO EM FLAGRANTE

00031 - 001007178259-2

Autuado: Jander Rodrigues de Almeida => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

RESTITUIÇÃO COISA APREEND

00032 - 001007177763-4

Autor: Hidelbrando José de Souza => Distribuição por Dependência em 03/12/2007. Adv - Jaeder Natal Ribeiro.

Juiz(iza): Parima Dias Veras

CRIME VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

00033 - 001007177898-8

Indiciado: A.M.P. => Distribuição por Dependência em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

3A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Euclides Calil Filho

SOLICITAÇÃO - CRIMINAL

00037 - 001007177662-8

Réu: Geybson Hoffmann Batista => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Lenir Rodrigues Santos Veras.

00038 - 001007177779-0

Réu: Clóvis Barbosa de Castro => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Lenir Rodrigues Santos Veras.

00039 - 001007177782-4

Réu: Antônio Álvaro da Silva Lima => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Lenir Rodrigues Santos Veras.

4A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Jésus Rodrigues do Nascimento

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00010 - 001007178260-0

Indiciado: B.C.S.P. e outros => Distribuição por Dependência em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRISÃO EM FLAGRANTE

00011 - 001007178541-3

Autuado: Tiago Borges da Silva => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

5A VARA CRIMINAL

Juiz(iza): Leonardo Pache de Faria Cupello

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00012 - 001007178281-6

Indiciado: T.X.S. => Distribuição por Dependência em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00013 - 001007178301-2

Indiciado: A.M.S. => Distribuição por Dependência em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00014 - 001007177915-0

Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

00015 - 001007178261-8

Indiciado: E.S. => Distribuição por Dependência em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00016 - 001007178271-7

Indiciado: R.S.S. => Distribuição por Dependência em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00017 - 001007178321-0

Indiciado: M.F.L. => Distribuição por Dependência em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRISÃO EM FLAGRANTE

00018 - 001007178331-9

Autuado: Kleber Silva Lins => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00019 - 001007178341-8

Autuado: Luis Henrique Alves de Sena => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**1A VARA CÍVEL****Expediente de 03/12/2007****JUIZ(A) TITULAR:****Luiz Fernando Castanheira Mallet****PROMOTOR(A):****Valdir Aparecido de Oliveira****ESCRIVÃO(A):****Liduína Ricarte Beserra Amâncio****ALIMENTOS - PEDIDO**

00051 - 001005124551-1

Requerente: K.S.L. e outros

Requerido: H.C.L. => Aguarda Preparo do Cartório: manter apensos. Despacho: Mantenham-se apensos. Boa Vista/RR, 21/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Teresinha Lopes da Silva Azevedo, Mário Junior Tavares da Silva.

00052 - 001006147739-3

Requerente: S.S.T.

Requerido: J.R.S.T. => Aguarda Preparo do Cartório: cumprir despacho. Despacho: Defiro o pedido de fls. 68/69. Isento o requerido do pagamento das custas finais, tendo em vista os comprovantes e declarações acostados. Boa Vista/RR, 22/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Mário Junior Tavares da Silva, Lúcio Mauro Tonelli Pereira.

ALVARÁ JUDICIAL

00053 - 001007174625-8

Requerente: K.M.S. => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, com base no art. 1526 do Código Civil, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair nupcias. Sem custas, de acordo com a portaria 080/05 da CGJ. P.R.I.A. Boa Vista/RR, 28/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00054 - 001007177472-2

Requerente: F.C.E.S.S. => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, com base no art. 1526 do Código Civil, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair nupcias. Sem custas, de acordo com a portaria 080/05 da CGJ. P.R.I.A. Boa Vista/RR, 28/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00055 - 001007177479-7

Requerente: R.S.S. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, com base no art. 1526 do Código Civil, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair nupcias. Sem custas, de acordo com a portaria 080/05 da CGJ. P.R.I.A. Boa Vista/RR, 28/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00056 - 001007177482-1

Requerente: G.F.A. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, com base no art. 1526 do Código Civil, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair nupcias. Sem custas, de acordo com a portaria 080/05 da CGJ. P.R.I.A. Boa Vista/RR, 28/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

ARROLAMENTO/INVENTÁRIO

00057 - 001002029137-2

Inventariante: Raimundo Nonato de Lima e outros

Inventariado: Espólio de João Ribeiro de Lima => Aguarda Preparo do Cartório: ag. manif. partes. Despacho: Manifeste-se a douta causídica de fls. 3253, pelo prazo legal. Boa Vista/RR, 21/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. **AVERBADO** Adv - Alceu da Silva, José Luiz Antônio de Camargo, Geraldo João da Silva, Hindenburgo Alves de O. Filho, Aurideth Salustiano do Nascimento.

00058 - 001003064156-6

Inventariante: João Siebeter Pereira da Costa e outros

Inventariado: Antônio Vassilak Pereira da Costa e outros => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) inventariante. Despacho: Diga o inventariante acerca das fls. 150 em 10 dias. Boa Vista/RR, 21/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - João Siebeter P. da Costa, Azilmar Paraguassu Chaves, Francisco Alves Noronha.

AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

00059 - 001007174619-1

Requerente: F.A.R. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, com base no art. 1526 do Código Civil, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair nupcias. Sem custas, de acordo com a portaria 080/05 da CGJ. P.R.I.A. Boa Vista/RR, 28/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00060 - 001007174629-0

Requerente: P.L.A.L. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, com base no art. 1526 do Código Civil, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair nupcias. Sem custas, de acordo com a portaria 080/05 da CGJ. P.R.I.A. Boa Vista/RR, 28/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00061 - 001007177555-4

Requerente: G.C.A.S. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, com base no art. 1526 do Código Civil, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair nupcias. Sem custas, de acordo com a portaria 080/05 da CGJ. P.R.I.A. Boa Vista/RR, 28/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00062 - 001007177618-0

Requerente: J.S.S. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, com base no art. 1526 do Código Civil, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair nupcias. Sem custas, de acordo com a portaria 080/05 da CGJ. P.R.I.A. Boa Vista/RR, 28/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00063 - 001007177768-3

Requerente: W.B.A. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, com base no art. 1526 do Código Civil, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair nupcias. Sem custas, de acordo com a portaria 080/05 da CGJ. P.R.I.A. Boa Vista/RR, 28/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00064 - 001007177773-3

Requerente: A.M.S. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, com base no art. 1526 do Código Civil, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair nupcias. Sem custas, de acordo com a portaria 080/05 da CGJ. P.R.I.A. Boa Vista/RR, 28/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00065 - 001007177774-1

Requerente: A.D.N.S. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, com base no art. 1526 do Código Civil, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair nupcias. Sem custas, de acordo com a portaria 080/05 da CGJ. P.R.I.A. Boa Vista/RR, 28/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00066 - 001007177784-0

Requerente: L.A.C.C. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, com base no art. 1526 do Código Civil, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair nupcias. Sem custas, de acordo com a portaria 080/05 da CGJ. P.R.I.A. Boa Vista/RR, 28/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00067 - 001007177788-1

Requerente: J.A.M. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, com base no art. 1526 do Código Civil, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair núpcias. Sem custas, de acordo com a portaria 080/05 da CGJ. P.R.I.A. Boa Vista/RR, 28/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00068 - 001007177793-1

Requerente: E.G.L. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, com base no art. 1526 do Código Civil, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair núpcias. Sem custas, de acordo com a portaria 080/05 da CGJ. P.R.I.A. Boa Vista/RR, 28/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00069 - 001007177804-6

Requerente: S.B.S. e outros => SENTENÇA: Pedido julgado procedente. SENTENÇA: Vistos etc. Final da sentença... Dessa forma, com base no art. 1526 do Código Civil, HOMOLOGO o procedimento, dando os requerentes como habilitados a contrair núpcias. Sem custas, de acordo com a portaria 080/05 da CGJ. P.R.I.A. Boa Vista/RR, 28/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

DECLARATÓRIA

00070 - 001004085172-6

Autor: N.M.N.
Réu: R.S.A. => Aguarda Preparo do Cartório: oficial corregedoria. Despacho: Em face da certidão de fls. 93vº, oficie-se via Corregedoria. Boa Vista/RR, 20/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Emira Latife Lago Salomão, Josenildo Ferreira Barbosa.

EXECUÇÃO

00071 - 001002035905-4

Exeqüente: D.P.Q.
Executado: A.C.M.S. => Aguarda Preparo do Cartório: expedir ofício. Despacho: Defiro o pedido de fls. 108vº. Boa Vista/RR, 21/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Rosangela Pereira de Araújo.

00072 - 001004096395-0

Exeqüente: G.R.R.
Executado: H.R.S. => Intimação ordenado(a). Despacho: Defiro o pedido de fls. 91. Boa Vista/RR, 22/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Oleno Inácio de Matos.

00073 - 001005114111-6

Exeqüente: R.R.R.F.
Executado: R.R.S.F. => Citação ordenado(a). Despacho: Defiro o pedido de fls. 73vº. Boa Vista/RR, 21/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Christianne Conzaes Leite.

00074 - 001006136518-4

Exeqüente: E.B.P.
Executado: E.P.G. => Intimação ordenado(a). Despacho: Defiro o pedido de fls. 44. Boa Vista/RR, 22/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Carlos Fabrício Ortmeier Ratcheski.

00075 - 001007174345-3

Exeqüente: K.S.L. e outros
Executado: H.C.L. => Citação ordenado(a). Despacho: 01 - Segredo de justiça
02 - Justiça gratuita
03 - Cite-se, no que se refere às três últimas parcelas executadas sob o art. 733 do CPC. 04 - Quanto aos outros meses, intime-se nos termos do art. 475-I, do CPC. Boa Vista/RR, 21/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Mário Junior Tavares da Silva.

INVEST.PATERN / ALIMENTOS

00076 - 001006150412-1

Requerente: V.P.M.
Requerido: R.L.C. => Manifeste(m)-se a(s) parte(s) requerido. Despacho: Diga o requerido acerca do pedido de desistência em 10 dias, sob pena de aceitação tácita. Boa Vista/RR, 21/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Emira Latife Lago Salomão.

SEPARAÇÃO CONSENSUAL

00077 - 001006127127-5

Requerente: P.L.V.M. e outros => Intimação ordenado(a). Despacho: Intime-se por edital. Boa Vista/RR, 21/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Pedro de A. D. Cavalcante.

SEPARAÇÃO LITIGIOSA

00078 - 001007174046-7

Requerente: S.M.W.
Requerido: S.W.B. => R.H. Torno sem efeito o item 03 do despacho de fls. 256. Deixo de apreciar o pedido de alimentos por entender haver incompatibilidade de ritos. Venha em termos próprios. Com prioridade, desgino o dia 11/12/2007 às 10:35 horas para audiência. Cite-se e intime-se, com urgência. Boa Vista-RR, 3 de 12 de 2007. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. Adv - Marize de Freitas Araújo Moraes.

TUTELA

00079 - 001001019825-6

Tutelante: E.M.S. => Aguarda Preparo do Cartório: cumprir despacho. Despacho: Defiro o pedido de fls. 83. Boa Vista/RR, 22/11/07. Luiz Fernando Castanheira Mallet, Juiz de Direito Titular da 1A Vara Cível. **AVERBADO** Adv - Antônio Agamenon de Almeida.

2AVARA CÍVEL

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) TITULAR:

Elaine Cristina Bianchi

PROMOTOR(A):

Luiz Antonio Araújo de Souza

ESCRIVÃO(A):

Alexandre Martins Ferreira

EXECUÇÃO FISCAL

00081 - 001001003499-8

Exeqüente: O Estado de Roraima
Executado: Importadora e Exportadora Pacaraima Ltda e outros =>
I. Apense-se a presente decisão aos autos
II. Expeça-se ofício ao Cartório de Registro de Imóveis determinando a liberação da restrição dos bens da Importadora e Expostadora Pacaraima Ltda, bem como de ricardo Faria Rodrigues e Arlete Faria Rodrigues
III. Int. Boa Vista - RR, 03/12/2007. (a) Elaine Cristina Bianchi - Juíza de Direito. Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00082 - 001004094824-1

Exeqüente: O Estado de Roraima
Executado: Pierre da Costa Viana => Despachi: I. Manifeste-se o Exequente
II. Int. Boa Vista, 29/11/2007. Elaine Cristina Bianchi. Juíza de Direito. **AVERBADO** Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra, Lizandro Icassatti Mendes.

INDENIZAÇÃO

00083 - 001006139013-3

Autor: O Estado de Roraima
Réu: João Batista Araujo Silva => I. Tendo em vista a realização de Sessão na Câmara Unica no dia 04/12/2007. designe-se nova data para a realização da audiência
II. Int. Boa Vista - RR, 03/12/2007. (a) Elaine Cristina Bianchi - Juíza de Direito. Adv - Antônio Pereira da Costa.

MANDADO DE SEGURANÇA

00084 - 001007166360-2

Impetrante: e Paganoti dos Santos Epp

Autor: Coatora: Fund Est do Meio Ambiente Ciencia e Tecnologia de Roraima => Final de decisão: Conclui-se dessa forma, pelo não cabimento da liminar em face da ausência dos requisitos legais ensejadores da medida. Em face do exposto, indefiro a liminar pleiteada. Tendo em vista que as informações já foram prestadas, vista ao Ministério Público. Intime-se o Estado de Roraima, pessoalmente, acerca da presente decisão. Publique-se. Intime-se. Boa Vista - RR, 03 de dezembro de 2007. (a) Elaine Cristina Bianchi - Juíza de Direito. Adv - Wisley Alberes Babora.

3AVARACÍVEL

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) TITULAR:

Jefferson Fernandes da Silva

PROMOTOR(A):

Janaína Carneiro Costa Menezes

Zedequias de Oliveira Junior

ESCRIVÃO(A):

Josefa Cavalcante de Abreu

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00218 - 001003068846-8

Exequente: Emerson de Araujo Moraes

Executado: Gleidson Alves Mourão e outros => DESPACHO: Junte-se, com a petição anexa. Diga o exequente. Boa Vista/RR, 30/11/2007, Dr. Jefferson Fernandes da Silva, Juiz de Direito. Adv - Valter Mariano de Moura, Stélio Dener de Souza Cruz, Milton César Pereira Batista, Mamede Abrão Netto, Marcos Antonio Jóffily, Oleno Inácio de Matos, Luiz Eduardo Silva de Castilho, José Fábio Martins da Silva.

00219 - 001005118612-9

Exequente: Vanubia Garcia de Medeiros

Executado: Federação Nacional das Empresas de Seguros e Capitalização => DESPACHO: Expeça-se alvará, como pedido, independentemente de prévia publicação. Boa Vista/RR, 27/11/2007, Dr. Jefferson Fernandes da Silva, Juiz de Direito. Adv - Sebastião Ernesto Santos dos Anjos, Helaine Maise de Moraes França, Daniel José Santos dos Anjos, Carlos Maximiano Mafra Laet, Francisco de Assis Belgo, Adam Miranda Sá Stehling, Helio Parente de Vasconcelos Filho, Patrícia de Lima Guimarães Coelho, José Ricardo Martins dos Anjos, Jorge Hilário Gouvêa Vieira, Ney Bastos Soares Júnior, Fábio Nunes Bandeira de Melo, Daniel Fábio Jacob Nogueira.

REINTEGRAÇÃO DE POSSE

00220 - 001007174414-7

Autor: Izaildo Queiroz de Lucena

Réu: Zacarias Assunção Reibeiro de Araújo => FINAL DE DECISÃO: Compulsando os autos, verifica-se permanecer a situação de insuficiência na demonstração da alegada posse, não sendo os documentos apresentados pelo autor suficientes à sua comprovação, para a concessão da liminar de reintegração pedida. Entretanto, à vista da alegada situação emergencial, modifico a decisão inicial e determino a realização de audiência de justificação, a ser designada pelo cartório para data breve, na qual audi-ência serão ouvidos o requerente e as testemunhas que forem apresentadas. Cite-se e intime-se o réu identificado, e os demais (réus) acusados de invasão, cujas identificações não foram fornecidas, mas que deverão ser pelo oficial obtidas, quando da citação, e certificadas, para contestar o feito no prazo de 15 dias, com as advertências de que o prazo para contestação se iniciará da intimação do despacho que conceder ou não a medida liminar pedida (art. 930, do CPC). Recolha-se o mandado de citação antes expedido, independentemente de cumprimento. Cumpra-se, imediatamente, independentemente de prévia publicação. Boa Vista/RR, 30/11/2007, Dr. Jefferson Fernandes da Silva, Juiz de Direito. Adv - Jeová Leopoldo Feitosa.

00221 - 001007177440-9

Autor: Neudo Campos Empreendimentos Imobiliários Ltda

Réu: Raimundo Ribeiro da Rocha => DECISÃO: Não se tratando no caso presente de litígio possessório sobre imóvel rural, a configurar existência de questão agrária ou fundiária para os fins do estabelecimento de competência desta 3ª Vara Cível, na forma do art. 36, I, "d", COGER, deverá ser o feito processado e julgado por

uma das Varas Genéricas Cíveis desta Comarca, na forma do art. 37, IV, mesma Lei Estadual, para onde determino sejam os autos remetidos, via Cartório Distribuidor, com as nossas homenagens. Intime-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 30/11/2007, Dr. Jefferson Fernandes da Silva, Juiz de Direito. Adv - Bernardino Dias de S. C. Neto, Tatiana Medeiros da Costa de Oliveira.

4AVARACÍVEL

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) TITULAR:

Cristovão José Suter Correia da Silva

JUIZ(A) SUBSTITUTO C/SORTEIO:

Délcio Dias Feu

PROMOTOR(A):

Zedequias de Oliveira Junior

ESCRIVÃO(A):

Andrea Ribeiro do Amaral Noronha

AÇÃO DE COBRANÇA

00222 - 001005114847-5

Autor: Boa Vista Energia S/A

Réu: Jesse Antonio da Silva => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Publicar edital. Port. 02/99. Adv - Márcio Wagner Maurício, Francisco das Chagas Batista, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho.

AÇÃO RESCISÓRIA

00223 - 001007152693-2

Autor: Odashiro Construções Ltda

Réu: Cataratas Poços Artesianos Ltda => ATO ORDINATÓRIO: Às partes: manifestação da perita. Port. 02/99. Adv - Warner Velasque Ribeiro, João Fernandes de Carvalho, Alexander Ladislau Menezes, Rárisson Tataira da Silva, Luciana Rosa da Silva, Conceição Rodrigues Batista, Marcos Guimarães Dualibi.

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00224 - 001007161976-0

Autor: Yamaha Administradora de Consorcios Ltda

Réu: Riane de Deus Lima => FINAL DE SENTENÇA: (...) Ao satisfazer o pagamento da dívida, o requerido reconheceu expressamente o direito pleiteado neste feito, ensejando assim, a extinção do processo, com resolução do mérito, na forma do art.269, II, do Estatuto Processual Civil. Condene, outrossim, o réu a pagar as custas processuais e honorários advocatícios, estes no valor de R 300,00 (trezentos reais). P.R.I., e certificado o trânsito em julgado, archive-se, observadas as formalidades legais. Boa Vista/RR, 14.11.2007. Parima Dias Veras. Juiz Substituto. FINAL DE DECISÃO: (...) Em sendo assim, presentes os requisitos legais, defiro a concessão da medida liminar, a fim de que reste concretizada a busca e apreensão do bem descrito na exordial. Cumprida a medida, e somente após esta, cite-se o requerido para pagar a integralidade da dívida pendente, no prazo de 05 (cinco) dias, ou apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme art.56, Lei 10931/04. Intime-se. Boa Vista/RR, 24/05/2007. Délcio Dias Feu. Juiz Substituto. Adv - Maria da Graças R. de Melo, Alessandra Costa Pacheco.

DEPÓSITO

00225 - 001007168619-9

Autor: Lira & Cia Ltda - Casa Lira

Réu: Marlex dos Santos Gomes => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Port. 02/99. Adv - Alexander Ladislau Menezes, Rárisson Tataira da Silva.

00226 - 001007171152-6

Autor: Lira & Cia Ltda - Casa Lira

Réu: Sabrina dos Santos Petzold => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Port. 02/99. Adv - Alexander Ladislau Menezes.

DEPÓSITO POR CONVERSÃO

00227 - 001004076304-6

Autor: Consorcio Nacional Embrakon S/c Ltda

Réu: Robson de Araujo Melo => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Port. 02/99. Adv - Sivirino Pauli, Mamede Abrão Netto, Gerson da Costa Moreno Júnior.

DESPEJO FALTA PAGAMENTO

00228 - 001007171402-5

Requerente: Braga & Cia Ltda

Requerido: Toniolli Construções Ltda e outros => ATO

ORDINATÓRIO: Ao autor. Port. 02/99. Adv - Francisco das Chagas Batista.

EXECUÇÃO

00229 - 001001005186-9

Exeqüente: Banco Bradesco S/A

Executado: Imobiliária Potiguar Ltda e outros => ATO

ORDINATÓRIO: Ao autor: bem removido. Port. 02/99. Adv - Helder Figueiredo Pereira, José Jerônimo Figueiredo da Silva, Gerógida Fabiana Moreira de Alencar, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Francisco das Chagas Batista, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho.

00230 - 001001020585-3

Exeqüente: Escola de 1º e 2º Graus Colmeia Ltda

Executado: Cesar José Farias => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: documentos desentranhados. Port. 02/99. Adv - José Vilsemar da Silva, Mamede Abrão Netto, Milton César Pereira Batista.

00231 - 001004083754-3

Exeqüente: Ana Maria da Silva

Executado: Jose Vilar da Silva => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: autos desarquivados. Port. 02/99. **AVERBADO** Adv - Marcos Antônio C de Souza, Sivorino Pauli, Milson Douglas Araújo Alves.

00232 - 001005124171-8

Exeqüente: Izabel Aragão de Souza

Executado: Joana Vissoto da Silva => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Port. 02/99. Adv - Sivorino Pauli.

00233 - 001005124695-6

Exeqüente: Luiz Valdemar Albrecht

Executado: Eli Antonio Brizola => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Port. 02/99. Adv - Jucelaine Cerbatto Schmitt-prym, Jucelaine Cerbatto Schmitt Prym.

00234 - 001007168086-1

Exeqüente: Paulo Afonso Santana de Andrade

Executado: Carlos Rages Arebe => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Port. 02/99. Adv - Paulo Afonso de S. Andrade.

00235 - 001007169246-0

Exeqüente: Pré-escolar Reizinho

Executado: Olivia Maria Menezes da Silva => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Port. 02/99. Adv - Roberto Guedes de Amorim Filho.

00236 - 001007170688-0

Exeqüente: Luiz Albuquerque Filho

Executado: São Raimundo Esporte Clube e outros => ATO

ORDINATÓRIO: Ao requerido. Port. 02/99. Adv - Paulo Afonso de S. Andrade.

EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS

00237 - 001006142612-7

Exequente: Mamede Abrão Netto

Executado: Brasil Norte => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Port. 02/99. Adv - Mamede Abrão Netto, José Aparecido Correia.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00238 - 001001005216-4

Exeqüente: Gonçalo Jacó Alves e outros

Executado: Ouro Minas DtvM Ltda => DESPACHO: Efetuar o desbloqueio como requerido na fl.514. Mozarildo Monteiro Cavalcanti. Juiz de Direito. ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Valores desbloqueados. Port. 02/99. Adv - Sivorino Pauli, Jean Pierre Michetti.

00239 - 001002053679-2

Exeqüente: Antônio Alberto de Medeiros Ferreira

Executado: Paulo Vitor Schenato => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: certidão de fl.209. Port. 02/99. Adv - Angela Di Manso,

Helaine Maise de Moraes França, Mamede Abrão Netto, Gerson da Costa Moreno Júnior.

INDENIZAÇÃO

00240 - 001003063432-2

Autor: Mamede Abrão Netto

Réu: Jornal Brasil Norte => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Port. 02/99. Adv - José Aparecido Correia, Mamede Abrão Netto.

00241 - 001006142107-8

Autor: Levindo Alves de Oliveira e outros

Réu: Concretex - Concreto Usinado => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Publicar edital. Port. 02/99. Adv - Marcos Guimarães Dualibi.

00242 - 001007156999-9

Autor: Eunice Machado Moreira

Réu: Lirauto Lira Automóveis Ltda e outros => DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA: Intimação das partes para comparecerem a Audiência de Conciliação, dia 13/03/2008, às 11 horas. Adv - Helaine Maise de Moraes França, Márcio Wagner Mauricio, Rodolpho César Maia de Moraes.

00243 - 001007164944-5

Autor: Castelo Construções Ltda

Réu: Tim Celular S/A => FINAL DE DECISÃO: (...) Por esta razão, antecipo parcialmente os efeitos da tutela pretendida para determinar a substituição dos aparelhos celulares defeituosos por aparelhos aptos para serem utilizados do mesmo modelo ou de modelo equivalente ou, não havendo nenhum dos dois, por aparelho de melhor qualidade. Trata-se de relação de consumo e está presente o requisito da hipossuficiência do consumidor, por esta razão, inverte o ônus da prova, na forma do art.6º, VIII do CDC. Especifiquem as provas que pretendem produzir indicando se pretendem participar da tentativa de conciliação (Código de Processo Civil, art.331 - § 3º). Em caso de positivo, designe-se audiência preliminar. Caso as partes não se manifestem quanto à possibilidade de conciliação, proceda-se à conclusão dos autos para os fins do disposto no art.331 - § 2º do Código de Processo Civil. Intime-se a parte ré para cumprimento da decisão no prazo de 05 dias, sob pena de multa diária de R 500,00 (quinhentos reais). Boa Vista /RR, 29.11.2007. Mozarildo Monteiro Cavalcanti. Juiz de Direito. Adv - Rodolpho César Maia de Moraes, Marco Antônio Salviato Fernandes Neves, Alexander Sena de Oliveira.

MONITÓRIA

00244 - 001006133384-4

Autor: Lojas Perin Ltda

Réu: Função Engenharia Ltda => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor. Port. 02/99. Adv - Bernardino Dias de S. C. Neto, Francisco Alves Noronha.

USUCAPIÃO

00245 - 001007168548-0

Autor: Rogerio Luiz Caleffi e outros

Réu: Cléa de Melo Cavalcanti => ATO ORDINATÓRIO: Ao autor: certidão de fl.39 (v). Port. 02/99. Adv - Alexander Ladislau Menezes, Rárisson Tataira da Silva, Luciana Rosa da Silva.

SAVARACÍVEL**Expediente de 03/12/2007****JUIZ(A) TITULAR:****Mozarildo Monteiro Cavalcanti****PROMOTOR(A):****Jeanne Christhine Fonseca Sampaio****Zedequias de Oliveira Junior****ESCRIVÃO(A):****Tyanne Messias de Aquino****AÇÃO DE COBRANÇA**

00246 - 001005106422-7

Autor: Amanda Coelho Nascimento

Réu: Bradesco Previdência e Seguros S/A => Despacho: Tendo em vista a inércia do Gerente da Caixa Econômica Federal em responder o ofício expedido na fl. 167, determino a expedição de mandado de intimação para que preste as informações solicitadas, no prazo de 03 dias, sob pena de desobediência. Boa Vista, 03/12/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Jaeder

Natal Ribeiro, Maria Emília Brito Silva Leite, Renato Tadeu Rondina Mandaliti.

00247 - 001005106798-0

Autor: Boa Vista Energia S/A

Réu: Ja Pedrosa => Intimação da parte AUTORA para manifestar-se sobre o(s) documento(s) fls. 131, no prazo de 05(cinco) dias. (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Vinícius Aurélio Oliveira de Araújo, Nilter da Silva Pinho, Henrique Edurado Ferreira Figueredo.

00248 - 001005106816-0

Autor: Boa Vista Energia S/A

Réu: Lúcia Aparecida Fontana => Intimação da parte AUTORA para manifestar-se sobre o(s) documento(s) fls. 57/60, no prazo de 05(cinco) dias. (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) **AVERBADO** Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Henrique Edurado Ferreira Figueredo.

ALVARÁ JUDICIAL

00249 - 001006143838-7

Requerente: Hananda Almeida Pereira => Intimação da parte EXEQUENTE, para receber em cartório Alvará de Levantamento, no prazo de 05(cinco) dias. (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

BUSCA E APREENSÃO

00250 - 001007174516-9

Requerente: Lira e Cia Ltda

Requerido: Karlene Pinho Dias => Decisão: (...) Por esta razão, defiro liminarmente o pedido de busca e apreensão dos bens descritos na petição inicial. Intime-se e cite-se. Boa Vista, 29/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rárisson Tataira da Silva, Alexander Ladislau Menezes .

00251 - 001007174517-7

Requerente: Lira e Cia Ltda

Requerido: Afonso dos Santos => Decisão: (...) Por esta razão, defiro liminarmente o pedido de busca e apreensão dos bens descritos na petição inicial. Intime-se e cite-se. Boa Vista, 29/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rárisson Tataira da Silva.

00252 - 001007174527-6

Requerente: Lira e Cia Ltda

Requerido: Altair Silva Sampaio => Decisão: (...) Por esta razão, defiro liminarmente o pedido de busca e apreensão dos bens descritos na petição inicial. Intime-se e cite-se. Boa Vista, 29/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rárisson Tataira da Silva.

00253 - 001007177396-3

Requerente: Lira e Cia Ltda

Requerido: Antônio José de Sá => Decisão: (...) Por esta razão, defiro liminarmente o pedido de busca e apreensão dos bens descritos na petição inicial. Intime-se e cite-se. Boa Vista, 29/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rárisson Tataira da Silva, Alexander Ladislau Menezes .

00254 - 001007177510-9

Requerente: Lira e Cia Ltda

Requerido: Maria Valdenora de Souza Holanda => Decisão: (...) Por esta razão, defiro liminarmente o pedido de busca e apreensão dos bens descritos na petição inicial. Intime-se e cite-se. Boa Vista, 29/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rárisson Tataira da Silva.

00255 - 001007177513-3

Requerente: Lira e Cia Ltda

Requerido: Rita Rodrigues de Oliveira => Decisão: (...) Por esta razão, defiro liminarmente o pedido de busca e apreensão dos bens descritos na petição inicial. Intime-se e cite-se. Boa Vista, 29/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rárisson Tataira da Silva.

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00256 - 001007161828-3

Autor: Banco Finasa S/A

Réu: Geraldo Gomes da Silva Filho => Despacho: Defiro o pedido de fl. 21. Boa Vista, 27/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Aldenora de Arruda Pinheiro.

00257 - 001007173189-6

Autor: Banco Finasa S/A

Réu: Josiel da Silva Pereira => Sentença: (...) Por esta razão, julgo extinto o processo com resolução de mérito, com fundamento no art. 269, II do Código de Processo Civil. Condene o réu ao pagamento das custas finais e de honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa. Após o trânsito e o pagamento das custas ou a comunicação do não pagamento ao setor competente do TJRR, archive-se. P.R.I. Boa Vista, 03/12/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Elaine Bonfim de Oliveira.

00258 - 001007174520-1

Autor: Lira e Cia Ltda

Réu: Maria Galties de Souza => Decisão: (...) Por esta razão, defiro liminarmente o pedido de busca e apreensão dos bens descritos na petição inicial. Intime-se e cite-se. Boa Vista, 29/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rárisson Tataira da Silva.

DECLARATÓRIA

00259 - 001004083001-9

Autor: Valdefrancy da Silva Almeida

Réu: Espólio de Charles Américo Mota => Intimação da parte AUTORA para manifestar-se sobre o(s) documento(s) fls. 63, no prazo de 05(cinco) dias. (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Emira Latife Lago Salomão.

DEPÓSITO

00260 - 001007174305-7

Autor: Lira & Cia Ltda - Casa Lira

Réu: Janaina Monteiro de Souza => Decisão: (...) Por esta razão, defiro liminarmente o pedido de busca e apreensão dos bens descritos na petição inicial. Intime-se e cite-se. Corrigir a autuação da classe. Boa Vista, 29/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rárisson Tataira da Silva.

00261 - 001007174512-8

Autor: Lira & Cia Ltda - Casa Lira

Réu: Amaury Martins de Oliveira => Decisão: (...) Por esta razão, defiro liminarmente o pedido de busca e apreensão dos bens descritos na petição inicial. Intime-se e cite-se. Boa Vista, 29/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rárisson Tataira da Silva.

00262 - 001007174525-0

Autor: Lira & Cia Ltda - Casa Lira

Réu: Maria Pimentel de Bonfim => Decisão: (...) Por esta razão, defiro liminarmente o pedido de busca e apreensão dos bens descritos na petição inicial. Intime-se e cite-se. Boa Vista, 29/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rárisson Tataira da Silva.

00263 - 001007177515-8

Autor: Lira & Cia Ltda - Casa Lira

Réu: Socorro de Souza Bonete => Decisão: (...) Por esta razão, defiro liminarmente o pedido de busca e apreensão dos bens descritos na petição inicial. Intime-se e cite-se. Boa Vista, 29/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rárisson Tataira da Silva.

EMBARGOS DE TERCEIROS

00264 - 001007174453-5

Embargante: Marcelo Barauna Bento

Embargado: Fergel Industria de Ferro e Aço Ltda => Despacho: Apensar ao processo principal. Após, venham os autos conclusos. Boa Vista, 27/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rárisson Tataira da Silva.

EMBARGOS DEVEDOR

00265 - 001007177498-7

Embargante: Nelson Arinos Curado Cesar

Embargado: Banco da Amazônia S/A => Despacho: Apensar ao processo principal. Após, venham os autos conclusos. Boa Vista, 27/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro.

EXECUÇÃO

00266 - 001002052972-2

Exequente: Cerâmica Logus Industria Comercio Imp. e Exp. Ltda
 Executado: Concrex Industria e Comercio de Pre Moldados de Concreto => Despacho: Torno sem efeito o despacho de fl. 213, posto que a penhora do crédito já foi feita (fs. 156 e 204). Intime-se novamente para que informe a fase do pagamento no prazo de 05 dias. Boa Vista, 29/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante, Francisco das Chagas Batista, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Rodolpho César Maia de Moraes, Silas Cabral de Araújo Franco, Humberto Lanot Holsbach.

00267 - 001003063004-9

Exequente: Banco do Brasil S/A
 Executado: Raimundo Ferreira da Silva => Intimação da parte EXEQUENTE para manifestar-se sobre o(s) documento(s) fls. 75/78, no prazo de 05(cinco) dias. (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Johnson Araújo Pereira.

00268 - 001006150177-0

Exequente: M e Nolasco Ferreira
 Executado: João Nunes de Araújo => Intimação da parte EXEQUENTE para manifestar-se sobre o(s) documento(s) fls. 47, no prazo de 05(cinco) dias. (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Leandro Leitão Lima, Domingos Sávio Moura Rebelo.

00269 - 001007174596-1

Exequente: Banco Bradesco S/A
 Executado: Vangelci Batista Alves => Despacho: 1. Cite-se. 2. Fixo provisoriamente os honorários advocatícios em 10% do valor da causa. Boa Vista, 27/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Helder Figueiredo Pereira.

00270 - 001007174610-0

Exequente: Banco Bradesco S/A
 Executado: A Fernandes Sales-me => Despacho: 1. Cite-se. 2. Fixo provisoriamente os honorários advocatícios em 10% do valor da causa. Boa Vista, 27/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Helder Figueiredo Pereira.

00271 - 001007177576-0

Exequente: Tinrol Tintas Roraima Ltda
 Executado: Construtora Pavão Ltda => Despacho: 1. Cite-se. 2. Fixo provisoriamente os honorários advocatícios em 10% do valor da causa. Boa Vista, 27/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Jaqueline Magri dos Santos, Cleia Furquim Godinho.

EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS

00272 - 001003060791-4

Exequente: Jardelina Macedo da Luz e Silva
 Executado: Josiel Vanderley da Silva => Despacho: Expeça-se mandado de penhora dos veículos descritos nas fls. 85/86. Defiro o pedido de expedição de certidão nos termos do art. 615-A, do CPC. Boa Vista, 28/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Jardelina Macedo da L. e Silva.

00273 - 001005122450-8

Exequente: Alberto Jorge da Silva
 Executado: Sos Total Aliança do Brasil - Companhia de Seguros => Decisão: A decisão de fls. 65/67 foi publicada no dia 06/11/2007, tendo sido remetida para a Contadoria no dia 08/11/2007. Tal fato demonstra que não foi aguardado o prazo para a interposição do recurso cabível, porém transcorreu somente dois dias entre a publicação da decisão e o envio à Contadoria e a publicação dos cálculos (fl. 71). Assim, restituo o prazo de oito dias para a parte executada, a qual poderá interpor o recurso que entender cabível. Boa Vista, 03/12/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Alberto Jorge da Silva, Denise Abreu Cavalcanti, José Demontiê Soares Leite, Maria Emília Brito Silva Leite.

00274 - 001007171070-0

Exequente: Jardelina Macedo da Luz e Silva
 Executado: Josiel Vanderley da Silva => Despacho: Acostar aos autos a sentença proferida nas fls. 36/37 do processo de nº. 69199-2. Após, intimar o executado nos termos dos arts. 475-J e seguintes do CPC. Boa Vista, 28/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Jardelina Macedo da L. e Silva.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00275 - 001003069143-9

Exequente: Boa Vista Energia S/A
 Executado: Antônio Feitosa da Silva => Intimação da parte AUTORA para manifestar-se sobre o(s) documento(s) fls. 218/220, no prazo de 05(cinco) dias. (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) **AVERBADO** Adv - Randerson Melo de Aguiar, Ronaldo Mauro Costa Paiva, Paulo Augusto do Carmo Gondim, Márcio Wagner Maurício, Francisco das Chagas Batista, Rodolpho César Maia de Moraes, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Henrique Edurado Ferreira Figueiredo.

00276 - 001003071527-9

Exequente: Antonio Elisvaldo Martins Santana
 Executado: American Express do Brasil Tempo e Cia => Despacho: Efetuar a transferência via on line dos valores bloqueados até o limite da dívida. Reduza-se a termo a penhora. Intime-se a parte executada para apresentar impugnação. Boa Vista, 28/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Valter Mariano de Moura, José Edival Vale Braga, Vitor Manoel Silva de Magalhães.

00277 - 001005111982-3

Exequente: Helio Jorge Ramos da Silva
 Executado: Quatro Mares Distribuidora de Alimentos Ltda => Intimação da parte AUTORA para manifestar-se sobre o(s) documento(s) fls. 170/171, no prazo de 05(cinco) dias. (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Carina Nóbrega Fey Souza, Keyth Yara Pontes Pina, Conceição Rodrigues Batista, Luciana Rosa da Silva.

00278 - 001005114589-3

Exequente: Edmilson Macedo Sousa
 Executado: Varig S/A Viação Aérea Rio-grandense => Despacho: Tendo em vista a inércia da parte executada, aplico a multa de 10% do valor da causa. Indefero o pedido de fl. 132, uma vez que não há valores depositados. A Contadoria para atualização da dívida. Após, analisarei o segundo pedido de fl. 132. Boa Vista, 30/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Edmilson Macedo Souza, Francisco Alves Noronha.

00279 - 001007164756-3

Exequente: W.B.S.
 Executado: M.A.S.N. => Intimação da parte AUTOR para manifestar-se sobre o(s) certidão(ões) fls. 42v, no prazo de 05(cinco) dias. (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Jaques Sonntag.

IMPUGNAÇÃO VALOR DA CAUSA

00280 - 001007174579-7

Impugnante: Walter Camargo Brotas => Despacho: 1. Apense-se ao processo principal. 2. Manifeste-se o réu, em 05 (cinco) dias, sobre a impugnação ao valor da causa. Boa Vista, 27/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rodolpho César Maia de Moraes.

INDENIZAÇÃO

00281 - 001006135280-2

Autor: Lira e Cia Ltda
 Réu: Prospect Fomento Mercantil, Factoring e Serviços Ltda e outros => Decisão: 1. São pontos controvertidos o ato ilícito, a culpa, o dano e o nexo de causalidade entre o ato ilícito e dano. 2. A preliminar de ilegitimidade passiva será analisada na sentença. 3. Defiro os requerimentos de produção de prova testemunhal e depoimento pessoal do autor. 4. Indefero o pedido de fl. 66, uma vez que compete a parte provar que enviou o ofício ao Banco do Brasil. 5. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 20/02/08, às 09:30. Intimem-se as partes para que depositem em cartório o rol de testemunhas com dez dias de antecedência. Int. as testemunhas arroladas tempestivamente, caso as partes não se comprometam a trazê-las sem intimação. O cartório deve observar que foram arroladas testemunhas nas petições de fls. 153 e 156. 6. Int. na forma do art. 343 - § 1º do CPC. Boa Vista, 29/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Alexander Ladislau Menezes, Jonh Pablo Souto Silva, Luciana Rosa da Silva, Rárisson Tataira da Silva, Silvana Miriam Giacomini Werner, Luiz Carlos Kringer, James H. Bertolucci.

00282 - 001007159837-8

Autor: Valdelírio Felix Correa

Réu: Bradesco Seguros => Decisão: 1. A contestação (fls. 62/105) foi apresentada por Bradesco Vida e Previdência S/A na qual justifica a sua legitimidade alegando que o negócio jurídico foi celebrado entre ela e a parte autora, solicitando a sua inclusão no pólo passivo da relação processual. Diante deste fato, a parte autora requer a sua inclusão na relação jurídica. Assim, defiro o pedido de fl. 152. Anote-se. As empresas Bradesco Seguros e Bradesco Vida e Previdência S/A fazem parte do mesmo grupo e uma delas se apresentou espontaneamente, assumindo a responsabilidade pelo contrato. Assim, não há qualquer utilidade na permanência de Bradesco Seguros no pólo passivo. Por isso, determino sua exclusão da relação processual. 2. A relação estabelecida entre as partes é de consumo e está presente o requisito da verossimilhança das alegações do autor e da hipossuficiência do consumidor para a produção de provas técnicas. Por esta razão, determino a inversão do ônus da prova com fundamento no art. 6º - VIII do Cód. do Código de Defesa do Consumidor. 3. É ponto controvertido o direito ao pagamento do seguro. 4. A preliminar de prescrição será analisada na sentença. 5. Defiro os requerimentos de produção de prova testemunhal, depoimento pessoal das partes e pericial. 6. Nomeio perito o Sr. Ruy Guilherme Silveira de Souza (fl. 30), fixando-lhe o prazo de 20 dias para apresentação do laudo. Arbitro provisoriamente os honorários periciais em R 1.500,00 (mil e quinhentos reais). O réu deve depositar os honorários periciais em Juízo no prazo de 10 dias. Feito o depósito, int. o perito para assumir o encargo. 7. As partes devem formular quesitos e indicar assistentes técnicos no prazo de 05 dias. Após a apresentação do laudo, int. as partes para que se manifestem, podendo seus assistentes oferecer pareceres no prazo comum de dez dias. 8. Tendo em vista a inversão do ônus da prova, reabro o prazo de 05 dias para que o réu indique se pretende produzir novas provas. Boa Vista, 29/11/2007. Dr. Mozarildo Mo. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Marcos Antônio C de Souza, Maria Emília Brito Silva Leite.

00283 - 001007165183-9

Autor: Daria Neide de Freitas

Réu: Hdi Seguros S/A => Decisão: 1. São pontos controvertidos o ato ilícito, a culpa, o dano e o nexo de causalidade entre o ato ilícito e dano. 2. Não há questões processuais pendentes. 3. Defiro o requerimento de depoimento pessoal da autora. 4. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 20/02/08, às 10:30. 5. Int. na forma do art. 343 - § 1º do CPC. Boa Vista, 29/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Bernardino Dias de S. C. Neto, Joaquim Fábio Mielli Camargo, Juliano Domingues de Oliveira, Rodolpho César Maia de Moraes.

00284 - 001007174556-5

Autor: Ruth Santiago Melo

Réu: Álvaro Vital Cabral da Silva => Decisão: (...) Por esta razão, declaro-me incompetente para o processamento e julgamento desta demanda e declino da competência em favor do Juízo da 3ª Vara Cível. Alterar no Siscom e remeter os autos. Boa Vista, 26/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - José Gervásio da Cunha, Winston Regis Valois Júnior.

00285 - 001007174587-0

Autor: Bopel Comércio de Petróleo Ltda

Réu: Industria Químicas Benzeno Ltda => Decisão: (...) Face ao exposto, concedo parcialmente a medida requerida para determinar o cancelamento do protesto e a retirada do nome da autora dos órgãos de proteção ao crédito. Expeçam-se os ofícios. Cite-se. Boa Vista, 28/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Rárisson Tataira da Silva.

MONITÓRIA

00286 - 001007172098-0

Autor: Matias Alves Cuba

Réu: R de Sa Lima => Intimação da parte AUTORA para manifestar-se sobre o(s) documento(s) fls. 28, no prazo de 05(cinco) dias. (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Éder Junior Matt.

ORDINÁRIA

00287 - 001005112044-1

Requerente: e Dutra de Freitas

Requerido: Duplic Com de Máquinas e Materiais Gráficos Ltda e outros => Intimação da parte AUTORA para manifestar-se sobre o(s) documento(s) fls. 95 e 97v, no prazo de 05(cinco) dias. (Port.

nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Denise Silva Gomes, Daniel José Santos dos Anjos.

00288 - 001006136880-8

Requerente: Manoel Nereu da Silva e outros

Requerido: Raimunda Edna Santos Brito => Decisão: Não estão presentes os requisitos para a antecipação dos efeitos da tutela. Um dos requisitos para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela é a verossimilhança das alegações. Neste momento, o pedido de antecipação de tutela não se reveste da verossimilhança das alegações contidas na petição inicial, uma vez que os documentos acostados aos autos não comprovam de forma clara a possibilidade da imissão de posse no imóvel descrito na exordial. Além disso, a ré pleiteia no processo apenas o reconhecimento da usucapião. Assim, indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. São pontos controvertidos a posse, o ato ilícito, a culpa, o dano e o nexo de causalidade entre o ato ilícito e dano. As preliminares de ilegitimidade ativa e litigância de má-fé serão analisadas na sentença. Defiro os requerimentos de produção de prova testemunhal, depoimento pessoal das partes e pericial. Oficie-se para o CREA para que indiquem profissionais habilitados para realizar perícia, perícia topográfica. Boa Vista, 29/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Luiz Fernando Menegais, Eduardo Silva Medeiros, Mário Junior Tavares da Silva.

00289 - 001006137302-2

Requerente: Ana Luzia Cordeiro de Lima

Requerido: Ana Martins Prado => DESIGNAÇÃO = Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 14/02/2008 às 11:30 horas. (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) - Intimação das partes, para depositarem, em cartório, o rol de testemunhas com 10 dias de antecedência, (Port. nº 005/99/GAB/5A V. Cível) Adv - Paulo Afonso de S. Andrade, Almir Rocha de Castro Júnior, Anne Prado da Costa.

00290 - 001007174395-8

Requerente: Oscar Maggi

Requerido: Jacy Ferreira de Mendonça => Despacho: Cite-se. O pedido de antecipação de tutela será apreciado após a resposta. Boa Vista, 28/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Paulo Cezar Pereira Camilo.

REIVINDICATÓRIA

00291 - 001005108735-0

Autor: Alceu Vicente Lucena de Souza

Réu: Dimas José Raimundo de Almeida e outros => Despacho: Manifeste-se a parte autora sobre a certidão de fl. 128v. Boa Vista, 28/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Andréia Margarida André, Públio Rêgo Imbiriba Filho, Alexander Sena de Oliveira.

USUCAPIÃO

00292 - 001006130619-6

Autor: Raimunda Edna Santos de Brito

Réu: Enci - Enci Engenharia Ltda => Decisão: 1. Defiro o requerimento de produção de prova testemunhal. 2. Indefiro o pedido de depoimento pessoal do réu, uma vez que a própria citação por edital inviabiliza tal modalidade de prova. 3. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 20/02/08, às 11:30. Intimem-se as partes para que depositem em cartório o rol de testemunhas com dez dias de antecedência. Int. as testemunhas arroladas tempestivamente, caso as partes não se comprometam a trazê-las sem intimação. 4. Int. na forma do art. 343 - § 1º do CPC. 5. Os confinantes Alberto Ferreira e Maria Rejane Gomes de Souza foram regularmente citados tendo permanecido inertes. Por esta razão, decreto suas revelias. 6. Int. o Ministério Público. Boa Vista, 29/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Mário Junior Tavares da Silva.

00293 - 001006132513-9

Autor: Roseny Candeira Antony Lima

Réu: Consorcio Nacional Ford Ltda e outros => Despacho: A ré Roseab Antony Linhares foi citada por hora certa, conforme certidão de fl. 63v. Porém, constata-se que não foram observados os requisitos dos arts 227/229 do CPC. Por se tratar de nulidade absoluta, manifeste-se a parte autora sobre tal vício. Boa Vista, 26/11/2007. Dr. Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Juiz de Direito. Adv - Alex dos Santos Ponte.

6AVARACÍVEL**Expediente de 03/12/2007**

JUIZ(A) TITULAR:
Alcir Gursen de Miranda
JUIZ(A) SUBSTITUTO C/SORTEIO:
Angelo Augusto Graça Mendes
PROMOTOR(A):
Zedequias de Oliveira Junior

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

00294 - 001007177603-2

Requerente: O Ministerio Publico do Estado de Roraima
 Requerido: Carlos Eduardo Levischi e outros => Despacho: Remeta-se o presente feito, com as devidas baixas, a uma das varas de Fazenda Pública desta Comarca, via Cartório Distribuidor. Boa Vista, 30 de novembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

AÇÃO DE COBRANÇA

00295 - 001006134535-0

Autor: Francisco Pereira da Silva
 Réu: Vera Cruz Seguradora S/A => Despacho: DR(diga o réu). Boa Vista, 03 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. **AVERBADO** Adv - Marcelo Machado de Figueiredo, Fernando O'grady Cabral Júnior, Públio Rêgo Imbiriba Filho, Andréia Margarida André, Débora Mara de Almeida.

BUSCA E APREENSÃO

00296 - 001007157085-6

Requerente: Lira e Cia Ltda
 Requerido: Edney Ribeiro Veras => Despacho: Expeça-se novo mandado (fl.53) atentando-se o Cartório para o endereço constante à fl.02.Diligências necessárias. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Rárisson Tataira da Silva, Alexander Ladislau Menezes, Luciana Rosa da Silva.

00297 - 001007164946-0

Requerente: Lira e Cia Ltda
 Requerido: Bernardo da Silva => Despacho: Defiro requerimento de fls.54/55.Diligências necessárias. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Rárisson Tataira da Silva, Alexander Ladislau Menezes.

00298 - 001007174306-5

Requerente: Lira e Cia Ltda
 Requerido: Clarice de Jesus Oliveira => Despacho: Diga a parte autora. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Rárisson Tataira da Silva.

BUSCA/APREENSÃO DEC.911

00299 - 001003072809-0

Autor: Consorcio Nacional Embracoin S/c Ltda
 Réu: Rodrigo de Melo Pinto => Despacho: Diga a parte autora. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Leila Solera dos Santos, Svirino Pauli, Mamede Abrão Netto, Gerson da Costa Moreno Júnior.

00300 - 001004085637-8

Autor: Banco Honda S/A
 Réu: Celia Maria de Souza => Ato Ordinatório: Conforme Portaria Cartório nº 02/01, remeto a publicação a intimação da parte ré, para pagamento das custas finais no valor de R\$25,00(vinte e cinco reais). Boa Vista, 03 de dezembro de 2007.(a) Hudson Luis Viana Bezerra. Escrivão Judicial. Adv - Svirino Pauli.

DECLARATÓRIA

00301 - 001007154960-3

Autor: Armando Freire Ladeira
 Réu: Banco da Amazônia S/A => Despacho: Diga o agravado. Boa Vista, 03 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - José Jerônimo Figueiredo da Silva, Leandro Nascimento Rodrigues, Maria Dizanete de S Matias, Svirino Pauli.

DEPÓSITO

00302 - 001006127468-3

Autor: Lira e Cia Ltda
 Réu: Francisco Vieira Sampaio => Despacho: Defiro requerimento de fl.141/142.Diligências necessárias. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Rárisson Tataira da Silva, Alexander Ladislau Menezes, Rommel Luiz Paracat Lucena, Luciana Rosa da Silva, Conceição Rodrigues Batista, Marcos Guimarães Dualibi, Jonh Pablo Souto Silva.

00303 - 001007159689-3

Autor: Lira & Cia Ltda - Casa Lira
 Réu: Denilson Jose Martins de Oliveira => Despacho: Promova-se a consulta nos termos da Portaria do TJ/RR nº 65/2003. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Rárisson Tataira da Silva.

00304 - 001007165592-1

Autor: Lira & Cia Ltda - Casa Lira
 Réu: Lucélia Matias dos Santos => Despacho: Defiro requerimento de fls.57/58.Diligências necessárias. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Rárisson Tataira da Silva.

EMBARGOS DE TERCEIROS

00305 - 001006150005-3

Embargante: Clementina Brandalise Reinher
 Embargado: Laudeni Striicher e outros => Despacho: Recebo a apelação interposta no seu duplo efeito. Intime-se a parte apelada para, querendo, apresentar suas contra-razões no prazo legal de 15(quinze) dias. Desetranhe-se peças de fls.195/210 juntando-a aos autos nº10 0610004-6. Diligências necessárias. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Marco Antônio da Silva Pinheiro, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho.

EMBARGOS DEVEDOR

00306 - 001007166525-0

Embargante: Unimed de Boa Vista Cooperativa de Trabalho Medico
 Embargado: O Ministerio Publico do Estado de Roraima => Despacho: Esclareça o Cartório o teor da certidão de fl.302. Boa Vista, 03 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Gutemberg Dantas Licarião.

EXECUÇÃO

00307 - 001001007033-1

Exeqüente: José Antônio Hirt Moreira
 Executado: Jorge Rudney Atalla => Despacho: Defiro requerimento de fl.470.Diligências necessárias. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Milton César Pereira Batista, Mamede Abrão Netto.

00308 - 001001007554-6

Exeqüente: Banco do Brasil S/A
 Executado: Percy Valentim Kumer => Despacho: Defiro requerimento de fl.440.Diligências necessárias. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Sileno Kleber da Silva Guedes, Francisco Alves Noronha, Johnson Araújo Pereira, Gil Vianna Simões Batista.

00309 - 001001007584-3

Exeqüente: Aferr Agência de Fomento do Estado de Roraima S/A
 Executado: Terplan Terraplangem Ltda e outros => Despacho: Intime-se, pessoalmente, a parte autora, para manifestar interesse no feito no prazo de 48(quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Jorge da Silva Fraxe, Mivanildo da Silva Matos.

00310 - 001003063005-6

Exeqüente: Banco do Brasil S/A
 Executado: Jose Ramos da Silva => Despacho: Reitere-se ofício de fl.198 solicitando resposta, no prazo de 72(setenta e duas) horas, sob pena de configuração de crime de prevaricação, bem como ato atentatório à dignidade da jurisdição, podendo neste caso, ser aplicada multa de até 20%(Vinte por cento) sobre o valor da causa ao responsável, na forma do § único, do artigo 14, do Código de

Processo. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Johnson Araújo Pereira.

00311 - 001004093154-4

Exeqüente: Boa Vista Energia S/A

Executado: Aki Tem Atacado Comércio e Serviços Tecnológicos Ltda => Ato Ordinatório: Conforme despacho de fl.305, remeto a publicação via DPJ a intimação dos patronos da parte executada para, querendo, apresentarem embargos à penhora no prazo legal. Boa Vista, 03 de dezembro de 2007.(a) Hudson Luis Viana Bezerra. Escrivão Judicial. Adv - Márcio Wagner Maurício, Francisco das Chagas Batista, Rodolpho César Maia de Moraes, Alexandre Cesar Dantas Socorro, Gisele Tie Uemura, Conceição Rodrigues Batista, Allan Kardec Lopes Mendonça Filho, Fernando O'grady Cabral Júnior, Camila Araújo Guerra, Tatiany Cardoso Ribeiro.

00312 - 001004093301-1

Exeqüente: Ceterr Centro de Educação Técnica e Especializada de Roraima

Executado: Elemar da Silva Carvalho => Despacho: Aguarde-se pelo transcurso do prazo previsto no inciso III, do artigo 267, do Código de Processo Civil. Boa Vista, 03 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Lenon Geyson Rodrigues Lira, Almir Rocha de Castro Júnior.

00313 - 001005102408-0

Exeqüente: Unicred Cooperativa de Economia e Credito Mutuo dos Medicos

Executado: Marcio de Freitas Bergara e outros => Despacho: Defiro requerimento de fl.196.Diligências necessárias. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Rommel Luiz Paracat Lucena, Maria Emília Brito Silva Leite, Daniel Araújo Oliveira.

00314 - 001006147572-8

Exeqüente: Lira e Cia Ltda

Executado: Data Plus Comercio e Seerviço Ltda-me => Despacho: Diga a parte autora. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Rárisson Tataira da Silva.

00315 - 001007164504-7

Exeqüente: Banco Bradesco S/A

Executado: Irineu Pereira Torreia => Despacho: Aguarde-se pelo transcurso do prazo previsto no inciso III, do artigo 267, do Código de Processo Civil. Boa Vista, 03 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Alessandra Costa Pacheco.

EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS

00316 - 001004087399-3

Exequente: Edir Ribeiro da Costa

Executado: Sulivan Medeiros Sarmento => Despacho: Defiro requerimento de fls.221/223.Diligências necessárias. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Edir Ribeiro da Costa.

00317 - 001007161393-8

Exequente: José Carlos Barbosa Cavalcante e outros

Executado: João Nunes de Araújo => Despacho: Diga a parte autora. Boa Vista, 03 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante, Humberto Lanot Holsbach.

INDENIZAÇÃO

00318 - 001001007155-2

Autor: Unimed de Boa Vista Cooperativa de Trabalho Medico

Réu: Cosfarma Produtos Cosméticos e Farmacêuticos Ltda => Despacho: Diga a parte autora. Boa Vista, 03 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Rommel Luiz Paracat Lucena, Cláudia Moraes Nadaf de Lima.

00319 - 001003060385-5

Autor: Eriveuton da Silva Menezes

Réu: Industria de Fogos Saturno Ltda => Despacho: Aguarde-se realização de perícia.Diligências necessárias. Boa Vista, 30 de

dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Denise Abreu Cavalcanti, Wilian Arnaldo de Melo Franco, Wagner de Melo Franco, Maria do Rosário Alves Coelho, Helder Gonçalves de Almeida, Adriana Paola Mendivil Vega, Carlos Philippe Sousa Gomes da Silva.

00320 - 001005115186-7

Autor: Audari Matos Lopes

Réu: Sinter Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Roraima => Despacho: Defiro requerimento de fl.236.Diligências necessárias. Boa Vista, 03 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - José Ribamar Abreu dos Santos, José de Oliveira Barroncas, Francisco Alves Noronha, Ana Paula Se Souza Cruz Silva.

00321 - 001007160458-0

Autor: R da Silva Lopes

Réu: Banco Itaú S/A => DESPACHO: Aguarde-se pela realização da audiência designada. Boa Vista, 03 de dezembro de 2007. (a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Almir Rocha de Castro Júnior, Francisco Claudio A. Ribeiro, Alexander Sena de Oliveira, Maria Emília Brito Silva Leite.

MONITÓRIA

00322 - 001002051870-9

Autor: Itautinga Agro Industrial S/A

Réu: Gr Eletroconstruções Ltda => Despacho: À Contadoria para atualização do débito. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Antonio Carlos Bernardes Filho, Francisco Edson Lopes da Rocha Junior.

00323 - 001007173463-5

Autor: Gomes e Gontijo Ltda

Réu: Renato dos Reis Feliciano => Despacho: Diga a parte autora. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Liliana Regina Alves, Tarciano Ferreira de Souza, Faic Ibraim Abdel Aziz.

00324 - 001007173474-2

Autor: Gomes e Gontijo Ltda

Réu: Leônidas Severino da Silva => Despacho: Diga a parte autora. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Liliana Regina Alves, Tarciano Ferreira de Souza, Faic Ibraim Abdel Aziz.

NOTIFICAÇÃO/INTERPELAÇÃO

00325 - 001007171420-7

Requerente: Banco Itaú S/A

Requerido: Carlos Murilo de Sa Liborio => Despacho: Cumpra-se corretamente com o despacho de fl.13. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Fabiôla Vasconcelos Mitoso.

ORDINÁRIA

00326 - 001007172163-2

Requerente: Jose Reinaldo Nascimento da Silva

Requerido: Inovacard Administradora de Cartões de Crédito Ltda => Despacho: Diga a parte autora. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - José Fábio Martins da Silva, Jaeder Natal Ribeiro.

00327 - 001007177718-8

Requerente: Luiz Saraiva Botelho

Requerido: Banco Ibi S/A Banco Mutiplo => Final de decisão: Sendo assim, pelo aspecto fático e dos fundamentos jurídicos expostos, antecipo os efeitos da tutela, inaudita altera pars, na forma do artigo 273, do Código de Processo Civil, para determinar que a parte ré proceda com a exclusão imediata do nome ou número de inscrição no C.P.F. do autor do cadastro de quaisquer dos órgãos de proteção ao crédito, até o julgamento final da lide ou ulterior manifestação deste juízo. Fixo, ainda, na forma do parágrafo 3º do artigo 273 c/c parágrafo 5º do artigo 5º do artigo 461, multa no valor de R100,00(cem reais), ao dia, pelo descumprimento desta decisão. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se. Boa Vista, 03 de dezembro de

2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto.
Adv - Samuel Weber Braz.

RECLAMATÓRIA TRABALHISTA

00328 - 001004091408-6

Reclamante: Orete Oliveira Rodrigues

Reclamado: Construtora Planeta Comercio e Serviços Ltda =>

Despacho: D.A (diga a parte autora). Boa Vista, 03 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto.
AVERBADO Adv - Telma Maria de Souza Costa, Ronaldo Mauro Costa Paiva, Randerson Melo de Aguiar.

REINTEGRAÇÃO DE POSSE

00329 - 001006149683-1

Autor: Raimundo Pinheiro Cardoso

Réu: Josiane da Silva de Oliveira => Final de Sentença: Sendo assim, pelos fatos e dos fundamentos expostos, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, na forma do inciso VIII, do artigo 267, do Código de Processo Civil, condenando, ainda, a parte autora ao pagamento das custas processuais. Sem honorários advocatícios. P.R.I. Transitada esta decisão em julgado, certifique-se. Após, remeta-se à Contadoria para calculo das custas finais e intime-se para pagamento. Pagas as custas, com as baixas devidas, arquive-se. Caso não ocorra, extraia-se Certidão da Dívida Ativa e a encaminhe ao Departamento de Planejamento e Finanças - Seção de Arrecadação FUNDEJURR do Egrégio Tribunal de Justiça. Boa Vista, 30 de novembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

USUCAPIÃO

00330 - 001006149648-4

Autor: Nelson de Souza Vasconcelos

Réu: Evandro Fernandes Soares => Despacho: Cumpra-se com a r. decisão de fls.65/67. Boa Vista, 30 de dezembro de 2007.(a) Angelo Augusto Graça Mendes. Juiz de Direito Substituto. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

7AVARACÍVEL

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) TITULAR:
Paulo César Dias Menezes
PROMOTOR(A):

Ademar Loiola Mota

ESCRIVÃO(A):

Maria das Graças Barroso de Souza

EMBARGOS DE TERCEIROS

00080 - 001005116254-2

Embargante: Marina Madureira Silva de Deus e outros

Embargado: Vilma Gurgel da Silva e outros => INTIMAÇÃO da parte sobre certidão de fls.76v. (Port. 02/03/Gb/7A V. Cível). Adv - James Pinheiro Machado, Suely Almeida.

8AVARACÍVEL

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) TITULAR:
Cesar Henrique Alves
ESCRIVÃO(A):

Eliana Palermo Guerra

Francivaldo Galvão Soares

EXECUÇÃO FISCAL

00085 - 001001009133-7

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Transportadora Equador Ltda e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Alexandre Machado de Oliveira, Alexandre Machado de Oliveira.

00086 - 001001009173-3

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Araújo & Carneiro Ltda e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00087 - 001001009185-7

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Rolamazon Comércio e Manutenção Ltda => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00088 - 001001009280-6

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Rt de Medeiros e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00089 - 001001009289-7

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Vlc Souza e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque, Alexandre Machado de Oliveira.

00090 - 001001009301-0

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Agrária Engenharia e Consultoria Ltda => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Severino do Ramo Benício.

00091 - 001001009343-2

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Maria da Conceição de Souza Vieira => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Severino do Ramo Benício, Ana Luciola Vieira Franco.

00092 - 001001009367-1

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Diocione Vasconcelos Silva => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00093 - 001001009449-7

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Toyapel Auto Peças Ltda e outros => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Alexandre Machado de Oliveira, João Paulino Furtado Sobrinho.

00094 - 001001009577-5

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Toyapel Auto Peças Ltda e outros => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Alexandre Machado de Oliveira, Alexandre Machado de Oliveira.

00095 - 001001009578-3

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Valmir Gomes da Silva e outros => Aguarda expedição de email. Reitere e-mail. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00096 - 001001009599-9

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: A da Silva Cavalcante e outros => Suspensão deferido(a).

1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00097 - 001001009608-8

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Leidemar Silva => Aguarda expedição de mandado.

Expeça-se mandado de penhora e avaliação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício, Ana Luciola Vieira Franco, Lúcia Pinto Pereira.

00098 - 001001009661-7

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Eurico Raimundo da Conceição e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00099 - 001001009677-3

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Jm Costa e Cia Ltda e outros => Aguarda Preparo do Cartório: cartório. Defiro a reunião dos processos. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Luciana Rosa da Silva, Alexandre Machado de Oliveira, Alexander Ladislau Menezes .

00100 - 001001009683-1

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Luciano C A Rodrigues e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00101 - 001001009685-6

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Araújo & Carneiro Ltda e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00102 - 001001009716-9

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Ra de Sousa e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00103 - 001001009757-3

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: L Teixeira da Silva e outros => Aguarda remessa de exequite para exequite. Manifeste-se o exeqüente. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00104 - 001001009807-6

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Emprec Empreendimentos Construções e Comercio Ltda => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Alexandre Machado de Oliveira, Alexandre Machado de Oliveira.

00105 - 001001009870-4

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Mc Pereira e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 28 de

novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Alexandre Machado de Oliveira, Alexandre Machado de Oliveira.

00106 - 001001009900-9

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Marlene Alves dos Santos e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Alexandre Machado de Oliveira.

00107 - 001001015656-9

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Mercadiesel Comércio de Peças Autos Ltda => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque.

00108 - 001001015754-2

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Waymintur Waymiri Turismo Ltda => Aguarda expedição de email. Reitere e-mail. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício, Lúcia Pinto Pereira.

00109 - 001001015909-2

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Ieda Monteiro Cortez => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício, Lúcia Pinto Pereira.

00110 - 001001019087-3

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Urbano Ramos de Brito e outros => Aguarda remessa de exequite para exequite. Manifeste-se o exeqüente. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Paulo Marcelo A. Albuquerque, Geralda Cardoso de Assunção , Alexandre Machado de Oliveira.

00111 - 001002046196-7

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Waldecir da Silva Mangabeira => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício, Ana Luciola Vieira Franco, Lúcia Pinto Pereira.

00112 - 001002046204-9

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Flavio Rabelo => Aguarda expedição de mandado. Expeça-se novo mandado de citação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício, Ana Luciola Vieira Franco, Tarciano Ferreira de Souza.

00113 - 001002051764-4

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Adevane R Barbosa e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício, Ana Luciola Vieira Franco, Lúcia Pinto Pereira.

00114 - 001002051769-3

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Anauá Corretora de Seguros de Vida Ltda e outros => Aguarda remessa de contador para contador. Remetam-se os autos ao contador para atualização do débito. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício, Ana Luciola Vieira Franco.

00115 - 001004091815-2

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: D de Souza Oliveira e outros => Aguarda Preparo do Cartório: cartório. Defiro a reunião dos processos. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00116 - 001004093339-1

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Rotauto Roraima Automóveis Ltda e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra, Gleydson Alves Pontes, Marco Antônio da Silva Pinheiro, Josué dos Santos Filho.

00117 - 001004093343-3

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Lucia e Lucinda Ltda e outros => Aguarda Preparo do Cartório: cartório. Defiro a reunião dos processos. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Vanessa Alves Freitas.

00118 - 001004094310-1

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Nelson Santana Guimarães => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00119 - 001005100057-7

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Lima e Santos Ltda e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra, Suely Almeida.

00120 - 001005100436-3

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: José Esteves Franco de Souza => Aguarda expedição de email. Tendo em vista o entendimento do Tribunal de Justiça, que em atenção à celeridade acolho, defiro a consulta de endereço. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00121 - 001005100828-1

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Constutora Plantan Ltda => Aguarda expedição de email. Tendo em vista o entendimento do Tribunal de Justiça, que em atenção à celeridade acolho, defiro a consulta de endereço. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00122 - 001005100883-6

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Maristela Silva Sousa => Aguarda expedição de email. Tendo em vista o entendimento do Tribunal de Justiça, que em atenção à celeridade acolho, defiro a consulta de endereço. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco, Tarciano Ferreira de Souza.

00123 - 001005101186-3

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Carlos Alberto Alves de Souza => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exeqüente. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00124 - 001005101207-7

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: José Porto de Albuquerque => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exeqüente. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00125 - 001005101398-4

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Maria Quota dos Santos => Aguarda remessa de contador para contador. Remetam-se os autos ao contador para atualização do débito. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco, Tarciano Ferreira de Souza.

00126 - 001005101405-7

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Maria Gilnete Ferreira Mendes => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exeqüente. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00127 - 001005101416-4

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Marcos Rolin da Silva => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00128 - 001005101520-3

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Luiz Gonzaga dos Santos Filho => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exeqüente. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00129 - 001005101561-7

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Petrobrás Distribuidora S/A e outros => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exeqüente. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Rodolpho César Maia de Moraes.

00130 - 001005101817-3

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Comercial Pinheiro Ltda e outros => Aguarda Preparo do Cartório: cartório. Defiro a reunião dos processos. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00131 - 001005101850-4

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Manoel Eduardo Matias da Silva => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exeqüente. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00132 - 001005101922-1

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Fátima Mary Rodrigues da Silva => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco, Tarciano Ferreira de Souza.

00133 - 001005102332-2

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Givaldo Joaquim dos Santos => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco, Tarciano Ferreira de Souza.

00134 - 001005102812-3

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: R L Prado e outros => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exeqüente. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00135 - 001005102945-1

Exeqüente: O Estado de Roraima

Executado: Pedro Rodrigues dos Santos => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00136 - 001005104900-4

Exeqüente: O Município de Boa Vista

Executado: Erasmo Sabino de Oliveira => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exeqüente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco, Tarciano Ferreira de Souza.

00137 - 001005104907-9

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Otto Matsdorff Junior => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00138 - 001005107371-5

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Vicente Elias Macedo e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra, Carlos Antônio Sobreira Lopes.

00139 - 001005107410-1

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Sá Engenharia Ltda => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00140 - 001005107574-4

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Celso Angelo de Castro Lima e outros => Aguarda remessa de contador para contador. Remetam-se os autos ao contador para atualização do débito. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00141 - 001005107619-7

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Raimunda Américo Mota => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00142 - 001005107724-5

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Ivaizo Queiroz de Lucena => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00143 - 001005112030-0

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: A Santos de Lucena e outros => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00144 - 001005112033-4

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Maria Terezinha Faust e outros => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00145 - 001005114745-1

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Agência de Fomento do Estado de Roraima S.a Aferr => Aguarda expedição de email. Tendo em vista o entendimento do Tribunal de Justiça, que em atenção à celeridade acolho, defiro a consulta de endereço. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00146 - 001005115390-5

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Jair Lourenço da Silva => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00147 - 001005115525-6

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Fátima Cristina Santana de Souza => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00148 - 001005116180-9

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: L B de M Veras => Aguarda expedição de email. Tendo em vista o entendimento do Tribunal de Justiça, que em atenção à celeridade acolho, defiro a consulta de endereço. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00149 - 001005116516-4

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Onesimo de Souza Cruz Netto => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00150 - 001005116778-0

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: J Edmundo Lima => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00151 - 001005116900-0

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Jean Filbert Pinheiro Dias => Aguarda expedição de email. Tendo em vista o entendimento do Tribunal de Justiça, que em atenção à celeridade acolho, defiro a consulta de endereço. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00152 - 001005117145-1

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Jose Jeronimo Figueiredo da Silva => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00153 - 001005118635-0

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Izaías Sales de Sousa => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Tarciano Ferreira de Souza.

00154 - 001005118662-4

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Carlos Vital da Cunha Neto => Aguarda expedição de email. Tendo em vista o entendimento do Tribunal de Justiça, que em atenção à celeridade acolho, defiro a consulta de endereço. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00155 - 001005119078-2

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Maria de Lourdes Raiol => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco, Tarciano Ferreira de Souza.

00156 - 001005119106-1

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Jacira do Nascimento Amaral => Aguarda expedição de email. Tendo em vista o entendimento do Tribunal de Justiça, que em atenção à celeridade acolho, defiro a consulta de endereço. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00157 - 001005119152-5

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Maria das Graças Rodrigues Viana => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00158 - 001005119204-4

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Eneiro da Costa Braga => Aguarda expedição de mandado. Expeça-se mandado de penhora e avaliação. Boa Vista, 28

de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00159 - 001005120130-8

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Steven Anthony Robinson => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Ana Luciola Vieira Franco.

00160 - 001005120495-5

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Raquel dos Santos Brito => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Tarciano Ferreira de Souza.

00161 - 001005122145-4

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Fernando Fernandes de Sousa => Aguarda expedição de email. Tendo em vista o entendimento do Tribunal de Justiça, que em atenção à celeridade acolho, defiro a consulta de endereço. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00162 - 001005122263-5

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Argemiro Francisco dos Santos => Aguarda expedição de email. Tendo em vista o entendimento do Tribunal de Justiça, que em atenção à celeridade acolho, defiro a consulta de endereço. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00163 - 001005122460-7

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Maria M Level da Cunha => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00164 - 001006127493-1

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Mb Sales e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00165 - 001006127520-1

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Ariana Costa Martins e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00166 - 001006127523-5

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Ef Neto e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00167 - 001006127529-2

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Antonio Silva de Souza => Aguarda expedição de email. Tendo em vista o entendimento do Tribunal de Justiça, que em atenção à celeridade acolho, defiro a consulta de endereço. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira, Tarciano Ferreira de Souza.

00168 - 001006128628-1

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Nizete Melo Horta => Aguarda remessa de contador para contador. Remetam-se os autos ao contador para atualização do débito. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00169 - 001006128684-4

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Maria Bezerra Oliveira => Aguarda remessa de contador para contador. Remetam-se os autos ao contador para atualização do débito. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00170 - 001006128901-2

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Maria do Perpetuo Socorro Silva Pinheiro => Aguarda expedição de email. Tendo em vista o entendimento do Tribunal de Justiça, que em atenção à celeridade acolho, defiro a consulta de endereço. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00171 - 001006129208-1

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Artemizia Francisca Marques => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00172 - 001006129249-5

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Elena Freitas de Souza => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00173 - 001006129378-2

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Globaltech Comercio Serviços e Representações Ltda => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00174 - 001006130120-5

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Cleyde P de Magalhães => Aguarda expedição de mandado. Expeça-se novo mandado de citação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00175 - 001006130279-9

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Augusto Pereira => Aguarda remessa de contador para contador. Remetam-se os autos ao contador para atualização do débito. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00176 - 001006130594-1

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Maria Francisca Brito Sena => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício, Tarciano Ferreira de Souza, Lúcia Pinto Pereira.

00177 - 001006130767-3

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Raimundo Sebastião Pinto de Souza => Aguarda remessa de exequente para exequente. Manifeste-se o exequente. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício, Lúcia Pinto Pereira.

00178 - 001006130789-7

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Maria do Carmo Santos de Souza => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00179 - 001006130794-7

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Paulo Roberto Neves da Silva => Aguarda expedição de email. Reitere e-mail. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício, Lúcia Pinto Pereira.

00180 - 001006131161-8

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Sergio Dantas da Silva => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF.

Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício, Tarciano Ferreira de Souza, Lúcia Pinto Pereira.

00181 - 001006132767-1

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Ej Comercio e Representação Ltda e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspensa-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Vanessa Alves Freitas.

00182 - 001006138720-4

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Lucia e Lucinda Ltda e outros => Aguarda Preparo do Cartório: cartório. Defiro a reunião dos processos. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Vanessa Alves Freitas.

00183 - 001006141829-8

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Débora Patricia da Silva => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Daniella Torres de Melo Bezerra.

00184 - 001006142034-4

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: O de Brito Bezerra e outros => Aguarda Preparo do Cartório: cartório. Defiro a reunião dos processos. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Vanessa Alves Freitas.

00185 - 001006144166-2

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Almeida & Carvalho Ltda e outros => Aguarda Preparo do Cartório: cartório. Defiro a reunião dos processos. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Vanessa Alves Freitas.

00186 - 001006144174-6

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Lira e Melo Ltda e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspensa-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Vanessa Alves Freitas.

00187 - 001007152835-9

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Lima e Trevisan Ltda e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspensa-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Vanessa Alves Freitas.

00188 - 001007152844-1

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: A Silva de Moraes e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspensa-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Vanessa Alves Freitas.

00189 - 001007157217-5

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: A. Lima da Silva-me => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00190 - 001007157354-6

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: A C B de Moraes Me => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00191 - 001007157464-3

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Aguiar e Aguiar Ltda => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF.

Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício.

00192 - 001007157785-1

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Djalma Aniceto e Silva - Me => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00193 - 001007157808-1

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Drogaria Universal Ltda => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00194 - 001007157972-5

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Free Shopping Ltda - Me => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício.

00195 - 001007157984-0

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Construtora Bela Vista Ltda => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00196 - 001007157992-3

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Correia e Villar Ltda - Me => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00197 - 001007158087-1

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Felisbero Ruiz Carvalho - Me => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00198 - 001007158172-1

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Centro Comunitario D Darcy Vargas => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício.

00199 - 001007158175-4

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Cecilia Luwerman Fernandes => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício.

00200 - 001007158243-0

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Francisco Nonato da Silva => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício, Lúcia Pinto Pereira.

00201 - 001007158278-6

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: Francisco das Chagas Chaves => Aguarda expedição de email. Reitere e-mail. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício.

00202 - 001007158283-6

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: F Silva Feitosa => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício.

00203 - 001007158294-3

Exequente: O Estado de Roraima

Executado: Francisco Soares Lima e outros => Aguarda Preparo do Cartório: cartório. Defiro a reunião dos processos. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Vanessa Alves Freitas.

00204 - 001007158377-6

Exequente: O Município de Boa Vista
Executado: Geovania da C. Santos-me => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício.

00205 - 001007159598-6

Exequente: O Município de Boa Vista
Executado: Jc Filho => Aguarda expedição de email. Tendo em vista o entendimento do Tribunal de Justiça, que em atenção à celeridade acolho, defiro a consulta de endereço. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício.

00206 - 001007159666-1

Exequente: O Município de Boa Vista
Executado: Nivaldo Alves da Silva => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício.

00207 - 001007159914-5

Exequente: O Estado de Roraima
Executado: Data Plus Comercio e Serviço Ltda e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Marcelo Tadano.

00208 - 001007159987-1

Exequente: O Município de Boa Vista
Executado: Espaço das Artes Ltda => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício.

00209 - 001007160247-7

Exequente: O Município de Boa Vista
Executado: Maria das Graças T Rodrigues => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Severino do Ramo Benício.

00210 - 001007160455-6

Exequente: O Estado de Roraima
Executado: Khatab e Azulay Ltda Me e outros => Suspensão deferido(a). 1- Suspenda-se o processo pelo prazo requerido. 02- Após o término do prazo, ao exequente para manifestação. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Marcelo Tadano.

00211 - 001007160688-2

Exequente: O Município de Boa Vista
Executado: Manoel Souza Oliveira => Aguarda expedição de email. Tendo em vista o entendimento do Tribunal de Justiça, que em atenção à celeridade acolho, defiro a consulta de endereço. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00212 - 001007161176-7

Exequente: O Município de Boa Vista
Executado: Muiler e Magalhães Ltda => Aguarda expedição de mandado. Expeça-se mandado de penhora e avaliação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00213 - 001007161209-6

Exequente: O Município de Boa Vista
Executado: M P de Melo - Me => Aguarda expedição de mandado. Expeça-se mandado de penhora e avaliação. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00214 - 001007161308-6

Exequente: O Município de Boa Vista

Executado: M A G Pereira - Me => Aguarda expedição de citação por edital. Cite-se, por edital, de acordo com o art. 8º, IV da LEF. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00215 - 001007161365-6

Exequente: O Município de Boa Vista
Executado: M F Rosas de Oliveira-me => Aguarda expedição de email. Tendo em vista o entendimento do Tribunal de Justiça, que em atenção à celeridade acolho, defiro a consulta de endereço. Boa Vista, 27 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00216 - 001007161766-5

Exequente: O Município de Boa Vista
Executado: Roseli Maia da Costa => Aguarda expedição de email. Tendo em vista o entendimento do Tribunal de Justiça, que em atenção à celeridade acolho, defiro a consulta de endereço. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

00217 - 001007163848-9

Executado: Silva & Leite Ltda-me => Aguarda expedição de email. Tendo em vista o entendimento do Tribunal de Justiça, que em atenção à celeridade acolho, defiro a consulta de endereço. Boa Vista, 28 de novembro de 2007. César Henrique Alves - Juiz de Direito Adv - Lúcia Pinto Pereira.

1A VARACRIMINAL

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) TITULAR:

Lana Leitão Martins

PROMOTOR(A):

Ademir Teles Menezes

Carlos Paixão de Oliveira

ESCRIVÃO(A):

Shyrley Ferraz Meira

CRIME C/ PESSOA - JÚRI

00331 - 001001010558-2

Réu: Zenara Mota Gentil => Sessão de júri ADIADA para o dia 07/08/2008 às 08:00 horas. Adv - Geralda Cardoso de Assunção, Ellen Euridice C. de Araújo.

00332 - 001001010700-0

Réu: Euzimar Pereira de Melo Lima => Audiência de para oitiva de Testemunha de Acusação prevista para o dia 28/07/2008 às 11:00 horas. Adv - Ednaldo Gomes Vidal.

00333 - 001001010812-3

Réu: Edilson Lopes da Silva => Audiência para oitiva das testemunhas de defesa prevista para o dia 01/08/2008 às 10:30 horas. Adv - José Milton Freitas.

00334 - 001001010868-5

Réu: José de Souza Ramos => Sessão de júri ADIADA para o dia 10/04/2008 às 08:00 horas. Adv - Ednaldo Gomes Vidal.

00335 - 001002026147-4

Réu: Glaiconey da Silva Souza => Audiência de para oitiva de Testemunha de Acusação prevista para o dia 04/08/2008 às 08:30 horas. Adv - Francisco de Assis G. Almeida.

00336 - 001002026255-5

Réu: Jádriel Ferreira Conceição => Sessão de júri ADIADA para o dia 08/08/2008 às 08:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00337 - 001002036916-0

Réu: Jaciel de Jesus Mineiro Silva => Sessão de júri DESIGNADA para o dia 21/02/2008 às 08:00 horas. Adv - José Rogério de Sales.

00338 - 001002055121-3

Réu: Francisco Lindomar Alexandre => Audiência para oitiva das testemunhas de defesa prevista para o dia 28/07/2008 às 08:30 horas. Adv - José Rogério de Sales, Orlando Guedes Rodrigues.

00339 - 001003059903-8

Réu: Elimar da Silva => Sessão de júri ADIADA para o dia 17/04/2008 às 08:00 horas. Adv - Roberto Guedes Amorim.

00340 - 001003063911-5

Réu: Stenio José da Silva => Audiência de para oitiva de Testemunha de Acusação prevista para o dia 11/07/2008 às 11:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00341 - 001003068671-0

Réu: Deolindo Luiz da Silva e outros => Sessão de júri ADIADA para o dia 04/08/2008 às 08:00 horas. Adv - Wagner Nazareth de Albuquerque.

00342 - 001003074041-8

Réu: Hamilton Pereira da Silva Junior => Audiência de para oitiva de Testemunha de Acusação prevista para o dia 01/08/2008 às 11:00 horas. Adv - Moacir José Bezerra Mota.

00343 - 001004093705-3

Réu: Raimundo Teixeira => Sessão de júri DESIGNADA para o dia 19/02/2008 às 08:00 horas. Adv - Gerson Coelho Guimarães, Nilter da Silva Pinho.

00344 - 001005103828-8

Réu: Jessé Ribeiro Barbosa => Sessão de júri DESIGNADA para o dia 22/02/2008 às 08:00 horas. Adv - Ednaldo Gomes Vidal, Elias Bezerra da Silva.

00345 - 001005106845-9

Réu: Nilsomar Sousa Pereira => Audiência para oitiva das testemunhas de defesa prevista para o dia 25/07/2008 às 08:30 horas. Adv - Geralda Cardoso de Assunção.

00346 - 001005121358-4

Réu: Maycon de Carvalho Barbosa => Sessão de júri DESIGNADA para o dia 25/02/2008 às 08:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00347 - 001006133198-8

Réu: Carlos Alberto Termineli Lima => Sessão de júri DESIGNADA para o dia 28/02/2008 às 08:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00348 - 001006147937-3

Réu: José Carlos Soares de Oliveira e outros => Audiência de para oitiva de Testemunha de Acusação prevista para o dia 11/07/2008 às 10:30 horas. Adv - Francisco José Pinto de Mécêdo, José Fábio Martins da Silva.

00349 - 001006150601-9

Réu: Stenio da Silva Santos => Sessão de júri DESIGNADA para o dia 29/02/2008 às 08:00 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

2A VARA CRIMINAL**Expediente de 03/12/2007**

JUIZ(A) TITULAR:
Jarbas Lacerda de Miranda
PROMOTOR(A) :
Ilaine Aparecida Pagliarini
José Rocha Neto
ESCRIVÃO(A) :
Djacir Raimundo de Sousa

CRIME C/ COSTUMES

00350 - 001002023237-6

Réu: José Alexandre Lopes => DESPACHO: 1) Deixo por hora de apreciar a douda cota ministerial de fls. 81-verso
2) Aguarde-se realização de audiência de oitiva de testemunha de acusação
3) Cumpra-se. Boa Vista/RR, 30 de novembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00351 - 001002032801-8

Réu: Benedito da Silva => DESPACHO: 1) expeçam-se ofícios à CGJ-TJ/RR e Secretaria da Receita Federal, requisitando informações quanto aos possíveis endereços do réu BENEDITO DA SILVA

2) Cumpra-se. Boa Vista/RR, 30 de novembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. Adv - Stélio Dener de Souza Cruz.

00352 - 001006146490-4

Réu: Sandra Alves Carreiro => Processo Suspenso. Adv - Jackeline de F.cassemiro de Lima.

00353 - 001007155300-1

Indiciado: R.A. => DECISÃO: (...) Com razão a ilustre Promotora de Justiça ao pedir o arquivamento do presente inquérito policial por não vislumbrar qualquer materialidade delitiva, que comungo plenamente com seu judicioso parecer, que considero de redigido de forma irretocável. Assim, sem mais delongas, acolho o parecer Ministerial para determinar o arquivamento do inquérito policial n.º 010.07.155300-1, reconhecendo nos fatos em apuração a inexistência de qualquer conduta criminal por parte do indiciado R.A., nos termos do inciso I do artigo 43 do Código de Processo Penal, de aplicação subsidiária à fase inquiritorial. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 30 de novembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00354 - 001007174371-9

Réu: Vezanildon Oliveira da Silva => DECISÃO: 1) A denúncia contém a descrição do(s) fato(s) criminoso(s), com as suas circunstâncias, a qualificação do(s) acusado(s), sua(s) conduta(s), a classificação do crime, além de indícios da autoria e da materialidade, satisfazendo os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal, assim hei por bem receber a denúncia em desfavor do(s) acusado(s)
2) Cite(m)-se o(s) acusado(s) para se ver(em) processar até final decisão
3) Ao cartório para designar audiência, para interrogatório, na sala de Audiências desta Vara Criminal, devendo o(s) denunciado(s) ser(em) notificado(s)/citado(s) para este ato processual, ficando ciente(s) que terá(ão) o direito de fazer(em)-se acompanhar de advogado(s) - nos termos do artigo 5º, inciso LXIII da CF/88
4) No tocante aos itens 02 e 03, deverão ser observados os novos requisitos dos artigos 185 e seguintes do Código de Processo Penal (com a nova redação determinada pela Lei n.º 10.792/2003); 5) Requisite(m)-se os antecedentes criminais do(s) acusado(s) à Secretaria de Segurança Pública Estadual, Departamento de Polícia Federal e Justiça Federal - Seção Judiciária de Roraima (via internet, se possível), Justiça Estadual e Tribunal Regional Eleitoral
6) Expeça-se ofício ao Instituto Médico Legal do Estado de Roraima, requisitando o encaminhamento do(s) laudo(s) de exame de corpo de delito da(s) vítima(s), conforme requisição expedida pela Autoridade Policial às fls. 15
7) Expeça-se ainda ofício ao Instituto de Criminalística do Estado de Roraima, requisitando o encaminhamento do(s) laudo(s) de exame pericial, conforme requisição expedida pela Autoridade Policial às fls. 19
8) Expedientes necessários
9) Cientifique-se o(a) digno(a) Representante do Ministério Público com assento nesta Vara Especializada, do teor desta decisão, assim como da data do interrogatório
10) Notifique-se o honrado Defensor Público com assento nesta Vara Especializada
Cumpra-se. Boa Vista/RR, 30 de novembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - M M. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. Audiência de INTERROGATÓRIO designada para o dia 20/12/2007 às 15:30 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00355 - 001007177916-8

Indiciado: J.P.A.B. => DESPACHO: (...) Vista ao(à) ilustre representante do Ministério Público com assento nesta Vara Especializada
2) Cumpra-se. Boa Vista/RR, 30 de novembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME DE TÓXICOS

00356 - 001007160081-0

Réu: Idison Alves da Costa => SENTENÇA: (...) Em face do exposto, por tudo que dos autos constam, em harmonia com os memoriais apresentados pelo representante do Ministério Público Estadual, JULGO PROCEDENTE a denúncia de fls. 02/04, para condenar o réu ÍDISON ALVES DA COSTA, qualificado nos autos, como incurso nas penas do Artigo 33 "caput" da Lei Federal n.º 11.343/2006, para na sequência passar a dosimetria da pena, nos

termos do artigo 42 do mesmo Diploma Legal e ainda do artigo 59 do Código Penal Brasileiro.
(...) Não há causa especial de aumento de pena incidível in casu, contudo reconheço causa especial para sua diminuição, qual seja, aquela prevista no § 4º do artigo 33 da Lei Federal nº 11.343/2006 de 23 de agosto de 2006, razão pela qual diminuo em 1/6 (um sexto) a pena do réu, TORNANDO A PENA EM DEFINITIVO EM 05 (CINCO) ANOS RECLUSÃO E AINDA EM 500 (QUINHENTOS) DIAS-MULTA, no valor acima referido.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Boa Vista-RR, 30 de novembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal. Adv - Elias Bezerra da Silva.

00357 - 001007172224-2

Réu: Maria Rita de Assis de Paula => Decisão: 1) Conforme se vê da Ata de Deliberação de fls. 63 o representante do Ministério Público apresentou aditamento à denúncia em relação à ré MARIA RITA DE ASSIS DE PAULA imputando-lhe ainda a conduta criminosa prevista no artigo 35 "caput" (Crime de Associação para o Tráfico de Drogas) da Lei Federal nº 11.343/2006
2) No mesmo sentido, também ofereceu denúncia em desfavor do réu LUIZ SANTOS DA CRUZ imputando-lhe a prática dos crimes previstos nos artigos 33 "caput" (Crime de Tráfico de Drogas) e 35 "caput" (Crime de Associação para o Tráfico de Drogas), ambos da Lei Federal nº 11.343/2006
3) É o sintético relato. Passo a decidir. 4) A douda manifestação do Promotor de Justiça conduz a possibilidade de nova definição jurídica dos fatos, não contida na denúncia explícita ou implicitamente. 5) Com efeito, pelos elementos constantes do inquérito policial a peça acusatória inicial demonstrou à época o enquadramento fático preciso e correto, todavia ao passo que as provas foram sendo produzidas no processo, agora o entendimento do membro do Ministério Público aponta, em tese, para outras figuras penais, quais sejam, também o crime de Associação para o Tráfico de Drogas em relação à ré MARIA RITA DE ASSIS DE PAULA e ainda os crimes de Tráfico de Drogas e Associação para o Tráfico de Drogas para o réu LUIZ SANTOS DA CRUZ. 6) Dessa maneira, reconhecendo, em consequência da prova contida nos autos, que existem possibilidades de nova definição jurídica que importe aplicação de pena mais grave, em vista dos fatos narrados anteriormente na denúncia, não contida, explicitamente ou implicitamente na peça exordial, assim, nos termos do Parágrafo Único do artigo 384 do Código de Processo Penal, recebo o aditamento à denúncia em relação à ré MARIA RITA DE ASSIS DE PAULA, conforme fls. 63. 7) Em seguida, abra-se vista ao i. Defensor Público da ré MARIA RITA, pelo prazo de 03 (três) dias, quando poderão oferecer novas provas, arrolando até três testemunhas. 8) Esclareço que persistem as demais capitulações narradas na denúncia inicial em relação à ré MARIA RITA DE ASSIS DE PAULA. 9) Por outro lado, Recebo a Denúncia ofertada em desfavor de LUIZ SANTOS DA CRUZ. Assim, notifique(m)-se o(s) acusado(s), para oferecer(em) defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 10) Na resposta, consistente em defesa(s) preliminar(es) e exceções, o(s) acusado(s) poderá(ão) arguir preliminares e invocar todas as razões da(s) defesa(s), oferecer(em) documentos e justificações, especificar as provas que pretende(m) produzir e arrolar testemunhas até o máximo 05 (cinco). 11) Se a resposta não for apresentada no prazo, dê-se vista à Defensoria Pública para oferecê-la em 10(dez) dias. 12) Requiram-se os antecedentes criminais do(s) acusado(s) Luiz Santos da Cruz, à Secretaria Estadual de Segurança Pública, Departamento de Polícia Federal, Justiça Estadual, Justiça Federal - Seção Judiciária de Roraima (via internet, possível) e Tribunal Regional Eleitoral. 13)- Por último, determino o registro junto ao SISCOM com relação ao réu LUIZ SANTOS DA CRUZ. 14) Publique-se. Intimem-se as partes (Ministério Público e Defensor). Cumpra-se. Boa Vista/RR, 03 de dezembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal. Adv - Stélio Dener de Souza Cruz.

00358 - 001007173471-8

Indiciado: L.R.J.N. e outros => Intimação ordenado(a). do I. Advogado do teor do despacho de fls. 101. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00359 - 001007177747-7

Indiciado: J.S.L. e outros => DESPACHO: 1) Notifique(m)-se o(s) acusado(s) JOSÉ SOUZA DA LUZ e VANDERLEY JOSÉ DA SILVA, para oferecerem defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias
2) Na resposta, consistente em defesa preliminar e exceções, os acusados poderão arguir preliminares e invocar todas as razões da defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas

que pretende produzir e arrolar testemunhas até o máximo 05 (cinco). 3) Se a resposta não for apresentada, dê-se vista à Defensoria Pública para oferecê-la em 10 (dez) dias
4) Requiram-se, os antecedentes criminais do acusado à Secretaria de Segurança Pública Estadual, Departamento de Polícia Federal, Justiça Estadual, Justiça Federal - Seção Judiciária de Roraima (via internet, se possível) e Tribunal Regional Eleitoral
5) Oficiar ao Instituto de Criminalística do Estado de Roraima, requisitando o encaminhamento do Laudo de Exame Definitivo em Substância, conforme requisição da Autoridade Policial de fls. 25. 6) Cumpra-se COM URGÊNCIA. Boa Vista/RR, 30 de novembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00360 - 001007177752-7

Indiciado: I.S. e outros => DESPACHO: 1) Notifique(m)-se o(s) acusado(s) IRAN DE SOUSA e SÔNJILA SOARES DE LIMA, para oferecerem defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias
2) Na resposta, consistente em defesa preliminar e exceções, os acusados poderão arguir preliminares e invocar todas as razões da defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas até o máximo 05 (cinco). 3) Se a resposta não for apresentada, dê-se vista à Defensoria Pública para oferecê-la em 10 (dez) dias
4) Requiram-se, os antecedentes criminais do acusado à Secretaria de Segurança Pública Estadual, Departamento de Polícia Federal, Justiça Estadual, Justiça Federal - Seção Judiciária de Roraima (via internet, se possível) e Tribunal Regional Eleitoral
5) Oficiar ao Instituto de Criminalística do Estado de Roraima, requisitando o encaminhamento do Laudo de Exame Definitivo em Substância, conforme requisição da Autoridade Policial de fls. 24. 6) Cumpra-se COM URGÊNCIA. Boa Vista/RR, 30 de novembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

00361 - 001007170711-0

Réu: Amilton da Silva Mendes => DESPACHO: 1) Intime-se a requerente MARIA DO MONTE SERRADO DA SILVA ALVES, através de sua Defensora Pública, Dra. Neusa Silva Oliveira, conforme fls. 27 (intimação pessoal), para se manifestar sobre a petição de fls. 20/21 e documentos 23/48, no prazo de 05 (cinco) dias
2) Após, retornem os autos conclusos
3) Cumpra-se. Boa Vista/RR, 30 de novembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00362 - 001007170772-2

Indiciado: R.V.B. => DESPACHO: 1) Apense-se o processo aos autos de nº 010.07.157186-2
2) Deixo por ora de deferir a douda cota Ministerial de fls. 27-verso, pois o réu já se encontra em liberdade
3) Deixo, por ora, de receber a denúncia do Ministério Público Estadual
4) Ao cartório para designar audiência preliminar, nos termos do artigo 16 da Lei Federal nº 11.340/06, (Lei Maria da Penha)
3) Intimem-se a vítima, o acusado (pessoalmente), seu Defensor Público e o Representante de Ministério Público
5) Cumpra-se. Boa Vista/RR, 30 de novembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00363 - 001007172184-8

Indiciado: V.P.F. => DESPACHO: 1) Considerando o teor do ofício de fls. 54, determino expedição de ofício à Secretária Municipal de Desenvolvimento Social de Boa Vista, no sentido de inclusão do acusado e da vítima em programa de orientação familiar, devendo o Cartório encaminhar com o referido ofício fotocópia da decisão de fls. 45
2) Cumpra-se. Boa Vista/RR, 30 de novembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00364 - 001007177917-6

Indiciado: A.G.P.B. => DESPACHO: (...) Vista ao(à) ilustre representante do Ministério Público com assento nesta Vara Especializada
2) Cumpra-se. Boa Vista/RR, 30 de novembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIMES C/ CRIA/ADOL/IDOSO

00365 - 001007167981-4

Réu: João de Araújo Padilha Filho => DECISÃO: (...) Forte nos fundamentos supra, nos quais também adoto como razão de decidir, INDEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA de fls. 92/95 para, via consequência, mantenho a prisão preventiva do acusado JOÃO DE ARAÚJO PADILHA FILHO, filho de Maria Nazaré Lima, nascido no dia 19/10/19877, natural de Boa Vista/RR, para assegurar a aplicação da lei penal, por conveniência da instrução criminal, bem como por garantia da ordem pública, com fincas no art. 312, do Código de Processo Penal, mantendo-o custodiado até ulterior deliberação deste juízo. Expeçam-se as comunicações necessárias. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 29 de novembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. Adv - Stélio Dener de Souza Cruz.

00366 - 001007171391-0

Réu: Raimundo Nonato Fernandes Moreira => DESPACHO: 1) Vista ao(à) ilustre representante do Ministério Público, com URGÊNCIA. 2) Cumpra-se. Boa Vista/RR, 03 de dezembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. Adv - Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho.

INCIDENTE PROCESSUAL

00367 - 001007174568-0

Réu: João de Araújo Padilha Filho => DECISÃO: (...) Desta forma, em face ao exposto, com fundamento no § 2º, artigo 149, do Código de Processo Penal, DEFIRO o pedido formulado, determinando a instauração do incidente de Insanidade Mental de JOÃO DE ARAÚJO PADILHA FILHO. Nomeio curador ao réu na pessoa do Defensor Público - Dr. Stélio Dener de Souza Cruz. Intimem-se as partes para apresentação dos quesitos, primeiramente o Defensor Público do acusado, pelo prazo de 05 (cinco) dias, após o membro do Ministério Público, pelo prazo de 05 (cinco) dias. Por oportuno, determino a suspensão da Ação Penal n.º 010.07.176981-4, nos termos do § 2º do artigo 149 do Código de Processo Penal. Publique-se. Registre-se Intimem-se (Ministério Público e Defensor Público). Cumpra-se. Boa Vista/RR, 01 de dezembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. Adv - Stélio Dener de Souza Cruz.

PRISÃO EM FLAGRANTE

00368 - 001007177761-8

Autuado: Danubio Lima Lira => DECISÃO: (...) Em vista disso, a prisão foi efetuada legalmente nos termos do inciso I do artigo 302 do Código de Processo Penal. Por fim, a priori não existem vícios formais ou materiais que venham macular a peça, razão pela qual HOMOLOGO O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO e mantenho a(s) prisão(ões) do(s) flagranteado(s): DANÚBIO LIMA LIRA e JOH CAETANO DOS SANTOS. Dar ciência ao ilustre representante do Ministério Público (artigo 50 da Lei Federal n.º 11.343/06), bem como ao ilustre membro da Defensoria Pública (artigo 306, § 1º do Código de Processo Penal, com redação determinada pela Lei Federal n.º 11.449/07). Aguardar em cartório o encaminhamento dos autos principais, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme previsto no artigo 51 da Lei Federal n.º 11.343/07. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Boa Vista/RR, 27 de novembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

SOLICITAÇÃO - CRIMINAL

00369 - 001006127721-5

Autor: Alexandre Henrique de Matos Lima => DECISÃO: (...) Desta forma, pelo exposto, com fundamento no § 1º, do artigo 62, da Lei Federal nº 11.343/2006, julgo PROCEDENTE o presente pedido, para que de consequência passe a constar, o Sr. MICHEL ANGELO FEITOSA DA FONSECA, Agente de Polícia Civil, lotado no Departamento de Operações Especiais, como Fiel depositário do bem supra-mencionado. Ademais, deve o cartório atentar-se que a lavratura do competente termo de Autorização e Responsabilidade. Intime-se o fiel depositário, com a finalidade de comparecer em cartório para prestar compromisso do encargo. Após, determino a expedição de ofício ao Detran/RR, requisitando a expedição de certificado provisório de registro e licenciamento, em favor do fiel depositário (artigo 61, parágrafo único da Lei Federal nº 11.343/06). Providências de praxe.

Dar ciência ao representante do Ministério Público. Boa Vista/RR, 03 de dezembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00370 - 001007171972-7

Autor: Volmir Hoffmann de Vargas Delegado de Polícia Civil => DECISÃO: (...) Desta forma, pelo exposto, com fundamento no § 1º, do artigo 62, da Lei Federal nº 11.343/2006, julgo PROCEDENTE o presente pedido de uso de veículo apreendido, relacionados às fls. 03, referente aos autos das ações penais nº 0010.07.174251-3, via de consequência determino que seja lavrado o competente Termo de Cautela, em favor do fiel depositário do bem apreendido. Por oportuno, determino a intimação do DD. Delegado de Polícia, ora requerente, no sentido de apresentar no prazo de 10 (dez) dias o Laudo de Exame Pericial do referido bem apreendido, conforme requisição de fls. 08, bem com os dados cadastrais do veículo, no que pertine a IPVA e Multas de Trânsito. Ademais, deve o cartório atentar-se que a lavratura do competente termo de Autorização e Responsabilidade, será procedida após o integral cumprimento do item anterior. Após, cumprida integralmente as exigências desta Decisão, determino a expedição de ofício ao Detran/RR, requisitando a expedição de certificado pro visório de registro e licenciamento, em favor da Autoridade Policial (artigo 61, parágrafo único da Lei Federal nº 11.343/06). Nomeio fiel depositário dos bens, o DD. Delegado de Polícia Civil, Dr. Volmir Hoffmann de Vargas. Providências de praxe. Dar ciência ao representante do Ministério Público. Boa Vista/RR, 03 de dezembro de 2007. Jarbas Lacerda de Miranda - MM. Juiz de Direito Titular da 2A Vara Criminal. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

3A VARA CRIMINAL

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) TITULAR:

Euclides Calil Filho

PROMOTOR(A):

Ricardo Fontanella

ESCRIVÃO(A):

Frederico Bastos Linhares

EXECUÇÃO JUIZADO ESPECIAL

00371 - 001006126779-4

Indiciado: I. => Intimação do advogado, inscrito na OAB sob número 000397RR, Dr(a). JEOVÁ LEOPOLDO FEITOSA para devolução dos autos ao Cartório no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão e de ser oficiado à OAB/RR. Adv - Jeová Leopoldo Feitoso.

EXECUÇÃO PENAL

00372 - 001003070090-9

Sentenciado: Eduardo Franklin Bruces Braid => Intimar o advogado para comparecer em cartório e se manifestar nos autos em epígrafe. Adv - Ednaldo Gomes Vidal, Pedro de A. D. Cavalcante, Caroline Pinheiro de Moraes Guterres, Almir Rocha de Castro Júnior, Juzelter Ferro de Souza.

00373 - 001004083842-6

Sentenciado: Francisco das Chagas da Silva => Intimação do advogado, inscrito na OAB sob número 000451RR, Dr(a). ROBERTO GUEDES DE AMORIM FILHO para devolução dos autos ao Cartório no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão e de ser oficiado à OAB/RR. Adv - Roberto Guedes de Amorim Filho.

00374 - 001005100161-7

Sentenciado: Domingos Paiva Costa => Intimação do advogado, inscrito na OAB sob número 000201RRA, Dr(a). Luiz Eduardo Silva de Castilho para devolução dos autos ao Cartório no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão e de ser oficiado à OAB/RR. Adv - Luiz Eduardo Silva de Castilho.

00375 - 001005108581-8

Sentenciado: Patrick Pontes da Silva => "...PELO EXPOSTO, julgo PROCEDENTE o pedido de SAÍDA TEMPORÁRIA, requerida para o período de 01/11/2007 a 07/11/2007. § ...Certifique-se o trânsito em julgado. § Publique-se. § Registre-se. § Intimem-se. Boa Vista/RR, 31/10/07 (a) EUCLYDES CALIL FILHO, Juiz de Direito Titular da 3A V. Cr./RR." Adv - Lenir Rodrigues Santos Veras.

PRECATORIA CRIME

00376 - 001006148187-4

Réu: Flavio Andre Mendes Ferraz => Audiência de para oitiva de Testemunha de Acusação prevista para o dia 05/08/2008 às 09:55 horas. Adv - Fábio Boeira da Costa, Ismar Schein.

00377 - 001007162949-6

Réu: Francisco Reginaldo de Oliveira => Audiência de INTERROGATÓRIO designada para o dia 29/07/2008 às 09:50 horas. Adv - Maria Eliane Marques de Oliveira.

4A VARA CRIMINAL**Expediente de 03/12/2007**

JUIZ(A) TITULAR:
Jésus Rodrigues do Nascimento
PROMOTOR(A):
Adriano Ávila Pereira
Carla Cristiane Pipa
ESCRIVÃO(A):
Rozeneide Oliveira dos Santos

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00378 - 001001013364-2

Réu: Elzon de Sousa Dourado => Intimação ordenado(a). Audiência para o rol de acusação designada para o dia 07/01/08 às 09:30 hs. Adv - Elias Bezerra da Silva, Elias Bezerra da Silva.

00379 - 001004093710-3

Réu: Elivandro Batista Ferreira e outros => Intimação ordenado(a). Audiência para o rol de acusação designada para o dia 07/01/08 às 11:40 hs. Adv - Mário Junior Tavares da Silva.

CRIME C/ PESSOA

00380 - 001002023224-4

Réu: Lenine Durand Hirtz => Intimação ordenado(a). Audiência para o rol de acusação designada para o dia 07/01/08 às 10:00 hs. Adv - Daniel José Santos dos Anjos.

CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00381 - 001004081672-9

Réu: Genivaldo Coelho de Barros => Intimação ordenado(a). Audiência para oitiva do rol de acusação designada para 11/01/08 às 09:30 hs Adv - Ednaldo Gomes Vidal.

5A VARA CRIMINAL**Expediente de 03/12/2007**

JUIZ(A) TITULAR:
Leonardo Pache de Faria Cupello
PROMOTOR(A):
Cláudia Parente Cavalcanti
ESCRIVÃO(A):
Ronaldo Barroso Nogueira

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00382 - 001002025473-5

Réu: João Pereira da Silva => DESPACHO: "Cumpra-se como requerido pelo MP, fl. 161. (...) requeira seja o patrono - devidamente constituído a fls. 86 - intimado para apresentar em juízo seu cliente, a fim de que querendo o mesmo possa ser agraciado com o benefício contido do art. 89 da Lei nº 9.099) Boa Vista/RR, 29 de novembro de 2007. Lana Leitão Martins - Juíza de Direito. Adv - Nílter da Silva Pinho.

QUEIXA CRIME

00383 - 001006144465-8

Querelante: ROMERO JUCÁ FILHO e outros

Indiciado: E.M.L. => DESPACHO: "Cumpra-se como requerido pelo MP, fls. 87v. (Pela intimação do querelante para que se manifeste sobre a petição de fls. 71/85.) Boa Vista/RR, 29 de novembro de 2007. Lana Leitão Martins - Juíza de Direito. Adv - Emerson Luis Delgado Gomes, Camila Arza Garcia.

INFÂNCIA E JUVENTUDE**Expediente de 03/12/2007**

JUIZ(A) TITULAR:
Graciete Sotto Mayor Ribeiro
PROMOTOR(A):
Jeanne Christhine Fonseca Sampaio
Luiz Carlos Leitão Lima
Márcio Rosa da Silva
ESCRIVÃO(A):
Gianfranco Leskewsz Nunes de Castro

EXECUÇÃO DE MEDIDA

00001 - 001006149242-6

S.educando: R.L.B.S. => ISTO POSTO, decido decretar em caráter sancionatório, a Medida de Internação Sem Possibilidades de Atividades Externas ao adolescente R. L. B. da S., pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, consoante o art. 122, III, do ECA. Expeça-se Mandado de Busca e Apreensão. A presente decisão serve como Guia de Internação sem possibilidades de atividades externas ao CSE. Oficie-se à SMDS comunicando a decisão. Comunique-se o MP e DPE. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpras-se. Boa Vista/RR, 30 de novembro de 2007. Graciete Sotto Mayor Ribeiro - Juíza de Direito Titular do Juizado da Infância e da Juventude Adv - Ernesto Halt.

RELATÓRIO ATO INFRACIONAL

00002 - 001006149140-2

Educando: A.A. e outros => Audiência de REMISSÃO c/c APLICAÇÃO DE MEDIDA designada para o dia 04/03/2008 às 09:15 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE BOA VISTA

JUIZADOS ESPECIAIS

ÍNDICE POR ADVOGADOS**Expediente de 03/12/2007**

000074RR-B =>00024
 000105RR-B =>00018
 000114RR-A =>00019
 000117RR-B =>00014
 000125RR-E =>00024
 000131RR =>00020
 000133RR =>00020
 000136RR-E =>00024
 000155RR-B =>00015
 000172RR-B =>00022
 000185RR-A =>00020
 000201RR-A =>00016
 000223RR-A =>00014, 00023
 000231RR =>00023
 000233RR-B =>00024
 000236RR =>00016, 00033
 000247RR-B =>00018
 000258RR =>00017
 000260RR-A =>00024
 000264RR =>00019
 000270RR-B =>00024
 000276RR-A =>00017
 000281RR =>00023
 000289RR-A =>00021
 000291RR-A =>00021
 000355RR =>00016
 000413RR =>00016
 000431RR =>00018
 000468RR =>00024
 016173RS =>00023
 046428SP =>00016

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**2º JUIZADO CÍVEL**

Juiz(iza): Erick Cavalcanti Linhares Lima

EMBARGOS DE TERCEIROS

00001 - 001007178003-4

Embargante: Celso Rodrigues

Embargado: Raimundo Campelo Neto e outros => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Distribuição por Dependência em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

1º JUIZADO CRIMINAL

Juiz(iza): Alexandre Magno Magalhaes Vieira

CRIME C/ MEIO AMBIENTE

00002 - 001007178005-9

Indiciado: A.O.S. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PESSOA

00003 - 001007177988-7

Indiciado: M.S.S.S. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 001007177990-3

Indiciado: M.G. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME DE TÓXICOS

00005 - 001007177989-5

Indiciado: L.F.B. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00006 - 001007177993-7

Indiciado: J.N.A. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

2º JUIZADO CRIMINAL

Juiz(iza): Erick Cavalcanti Linhares Lima

CRIME C/ MEIO AMBIENTE

00007 - 001007178006-7

Indiciado: N.A.A.S. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00008 - 001007177991-1

Indiciado: A.P.S. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

3º JUIZADO CRIMINAL

Juiz(iza): Rodrigo Cardoso Furlan

CRIME C/ MEIO AMBIENTE

00009 - 001007178004-2

Indiciado: R.B.L. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00010 - 001007178007-5

Indiciado: E.F.S. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00011 - 001007177994-5

Indiciado: A.B.S.F. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

4º JUIZADO CRIMINAL

Juiz(iza): Antônio Augusto Martins Neto

CRIME DE TÓXICOS

00012 - 001007177995-2

Indiciado: J.A.S. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00013 - 001007177992-9

Indiciado: C.S.S. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**1º JUIZADO CÍVEL****Expediente de 03/12/2007****JUIZ(A) PRESIDENTE(A):****Alexandre Magno Magalhaes Vieira****PROMOTOR(A) :****Stella Maris Kawano Dávila****Zedequias de Oliveira Junior****ESCRIVÃO(Ã) :****Antônio Alexandre Frota Albuquerque****EXECUÇÃO**

00014 - 001006144676-0

Exeqüente: Josenias Lima do Nascimento

Executado: Aurelio de Figueiredo e Carvalho => DESPACHO: Vista à parte autora. Boa Vista, 26 de novembro de 2007. (a) Alexandre Magno Magalhães Vieira - Juiz de Direito Adv - Mamede Abrão Netto, Gerson da Costa Moreno Júnior.

00015 - 001007153244-3

Exeqüente: Ednaldo Gomes Vidal

Executado: Francioga Campos dos Santos => DESPACHO:

Requeira a parte autora o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, pena de extinção. Boa Vista, 26 de novembro de 2007. (a) Alexandre Magno Magalhães Vieira - Juiz de Direito Adv - Ednaldo Gomes Vidal.

EXECUÇÃO DE SENTENÇA

00016 - 001005098717-0

Exeqüente: Fergel Industria de Ferro e Aço Ltda

Executado: Rosa Maria Marinho Soares => DESPACHO: Digam as partes sobre a promoção do oficial contador às fls. 107. Após, conclusos. Boa Vista, 26 de novembro de 2007. (a) Alexandre Magno Magalhães Vieira - Juiz de Direito Adv - Josué dos Santos Filho, Luiz Eduardo Silva de Castilho, Ruy Miraglia da Silveira, Silas Cabral de Araújo Franco, Marlene Moreira Elias.

00017 - 001006137668-6

Exeqüente: Andre Luis Villoria Brandão

Executado: Getúlio Wilson Gomes de Melo => DESPACHO:

Apresente o executado nos autos, provas que demonstrem que o valor de R 2.687,47, constante no extrato de fls. 77, é correspondente à verbas concernentes aos seus vencimentos, vez que nos documentos de fls. 74/76 constam valores distintos do depósito acima referido. Após, conclusos. Boa Vista, 26 de novembro de 2007. (a) Alexandre Magno Magalhães Vieira - Juiz de Direito Adv - André Luiz Vilória, Públio Rêgo Imbiriba Filho.

INDENIZAÇÃO

00018 - 001006136742-0

Autor: Welinton Pedrosa Pinto

Réu: Cia Itauleasing de Arrendamento Mercantil => DESPACHO:

Diga a parte autora sobre o valor depositado pela parte ré diretamente na conta do seu patrono (fls. 47). Após, conclusos incontinenti. Boa Vista, 26 de novembro de 2007. (a) Alexandre

Magno Magalhães Vieira - Juiz de Direito Adv - Johnson Araújo Pereira, Glener dos Santos Oliva, Alexander Sena de Oliveira.

00019 - 001006144204-1

Autor: Rozania Miranda dos Santos

Réu: Tam Linhas Aereas => DESPACHO: Defiro o pedido fls. 49. Abra-se vista, pelo prazo de 10 (dez) dias. Após, aqive-se. Boa Vista, 26 de novembro de 2007. (a) Alexandre Magno Magalhães Vieira - Juiz de Direito **AVERBADO** Adv - Alexandre Cesar Dantas Socorro, Francisco das Chagas Batista.

00020 - 001006148563-6

Autor: Delcy Francisco da Rocha

Réu: Raimundo Pereira de Souza => DESPACHO: Intimem-se as partes para requererem o que entender de direito no presente feito. Boa Vista, 26 de novembro de 2007. (a) Alexandre Magno Magalhães Vieira - Juiz de Direito Adv - Agenor Veloso Borges, Sheila Alves Ferreira, Ronaldo Mauro Costa Paiva.

MONITÓRIA

00021 - 001007153332-6

Autor: Almeida de Sousa e Rodrigues Ltda

Réu: Fanir Rodrigues de Carvalho => DESPACHO: Vista à exequente sobre a certidão de fls. 45. Cumpra-se. Boa Vista, 26 de novembro de 2007. (a) Alexandre Magno Magalhães Vieira - Juiz de Direito Adv - Paula Cristiane Araldi, Jaques Sonntag.

2º JUIZADO CÍVEL

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Erick Cavalcanti Linhares Lima
PROMOTOR(A) :
Cláudia Parente Cavalcanti
Elba Crhistine Amarante de Moraes
Ilaine Aparecida Pagliarini
Jeanne Christhine Fonseca Sampaio
Luiz Carlos Leitão Lima
Stella Maris Kawano Dávila
Ulisses Moroni Junior
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(A) :
Luciana Silva Callegário

EXECUÇÃO

00022 - 001006148514-9

Exeqüente: Herbert Santos da Silva

Executado: Maria de Lourdes Salustiano de Castro => DESPACHO: Desentranhe-se a certidão de crédito (fl. 06), restando cópia nos autos. Certifique o cartório o trânsito em julgado da r. sentença. Após, arquivem-se com as cautelas de estilo. Anotações necessárias. Em, 30/11/07 (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Margarida Beatriz Oruê Arza.

3º JUIZADO CÍVEL

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Rodrigo Cardoso Furlan
PROMOTOR(A) :
Cláudia Parente Cavalcanti
Elba Crhistine Amarante de Moraes
Janaína Carneiro Costa Menezes
Ricardo Fontanella
Stella Maris Kawano Dávila
Ulisses Moroni Junior
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(A) :
Eliane de Albuquerque Cavalcanti Oliveira
Marley da Silva Ferreira

MONITÓRIA

00023 - 001004077387-0

Autor: Rui Aparecido Ventura

Réu: Evaristo Cardoso => DESPACHO: 1. Diante da certidão de fls.97, torno sem efeito a sentença de fls.95
 2. Oficie-se ao Banco do Estado do Rio grande do Sul (fls.73), para em cinco dias efetuar a transferência dos valores para conta judicial na agência 0250-x, do Banco do Brasil, em nome do autor, sob pena de desobediência. BV/RR, 30/11/2007 - Rodrigo Cardoso Furlan - Juiz de Direito. Adv - Miriam Di Manso, Mamede Abrão Netto, Angela Di Manso, Dilnei Gomes de Almeida.

4º JUIZADO CÍVEL

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Antônio Augusto Martins Neto
PROMOTOR(A) :
Elba Crhistine Amarante de Moraes
Jeanne Christhine Fonseca Sampaio
Stella Maris Kawano Dávila
Ulisses Moroni Junior
Valdir Aparecido de Oliveira
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(A) :
Walter Menezes

INDENIZAÇÃO/CAUTELAR

00024 - 001006126142-5

Requerente: Nubia Katia Araujo Ribeiro

Requerido: Lira e Cia Ltda => Aguarda Preparo do Cartório: jesp civil. I. Segue solicitação de bloqueio junto ao BACEN II. Aguarde-se por 10 dias. Boa Vista, 30/11/07. Antônio Augusto Martins Neto. Juiz de Direito Adv - José Carlos Barbosa Cavalcante, Humberto Lanot Holsbach, Leandro Leitão Lima, Henrique Durado Ferreira Figueredo, Camila Araújo Guerra, Allan Kerdec Lopes Mendonça Filho, Tatiany Cardoso Ribeiro.

2º JUIZADO CRIMINAL

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Erick Cavalcanti Linhares Lima
PROMOTOR(A) :
Cláudia Parente Cavalcanti
Elba Crhistine Amarante de Moraes
Ilaine Aparecida Pagliarini
Jeanne Christhine Fonseca Sampaio
Luiz Carlos Leitão Lima
Stella Maris Kawano Dávila
Ulisses Moroni Junior
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(A) :
Luciana Silva Callegário

CONTRAVENÇÃO PENAL

00025 - 001006148656-8

Indiciado: R.S.A. => FINAL DE SENTENÇA: Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do fato, pela prescrição da pretensão punitiva estatal, com fundamento no artigo 107, IV, 109, VI e 115, todos, do Código Penal. P.R.I. Em, 27/11/07 - Rodrigo Cardoso Furlan - Juiz de Direito respondendo pelo 2º Juizado Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00026 - 001007163508-9

Indiciado: A.V.C. => FINAL DE SENTENÇA: Nesse contexto, adoto o parecer do Ministério Público Estadual como razão de decidir e determino o arquivamento deste Termo Circunstanciado. Isto posto, arquivem-se obedecendo as formalidades legais. P.R.I. Em, 30/11/07 ç Rodrigo Cardoso Furlan ç Juiz de Direito respondendo pelo 2º Juizado. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA

00027 - 001006139293-1

Indiciado: A.B.S. => FINAL DE DECISÃO: Procedam-se as necessárias anotações e baixas. Após, remetam-se os autos ao Juízo Competente, com as nossas homenagens. P.R. Intimem-se. Em, 29/11/07 (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ MEIO AMBIENTE

00028 - 001007163646-7

Indiciado: M.A.S. => FINAL DE SENTENÇA: Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do fato, pela prescrição da pretensão punitiva estatal, com fundamento no artigo 107, IV, do Código Penal. P.R.I. Em, 27/11/07 Rodrigo Cardoso Furlan, Juiz de Direito respondendo pelo 2º Juizado. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00029 - 001007169971-3

Indiciado: R.M.C. => SENTENÇA: Vistos, Em razão da aceitação da transação, homologo, por sentença, o acordo firmado, para que produza seus efeitos legais. Após, o cumprimento da transação penal (fl. 30), arquivem-se os autos. Em, 30/11/07 (a) Erick Linhares, Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PATRIMÔNIO

00030 - 001006141084-0

Indiciado: A.S.A. => FINAL DE DECISÃO: Procedam-se as necessárias anotações e baixas. Após, remetam-se os autos ao Juízo Competente, com as nossas homenagens. Cumpra-se com a máxima urgência. P.R. Intimem-se. Em, 29/11/07 (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ PESSOA

00031 - 001007156675-5

Indiciado: C.V.S. => FINAL DE SENTENÇA: Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do fato, pela decadência, com base no artigo 107, IV, segunda figura, do Código Penal. P.R.I. Em, 26/11/07 Rodrigo Cardoso Furlan, Juiz de Direito respondendo pelo 2º Juizado. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00032 - 001007156707-6

Indiciado: J.O.A.N.F. => FINAL DE SENTENÇA: Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do fato, pela decadência, com base no artigo 107, IV, segunda figura, do Código Penal. P.R.I. Em, 26/11/07 Rodrigo Cardoso Furlan, Juiz de Direito respondendo pelo 2º Juizado. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00033 - 001007156731-6

Indiciado: M.C.M. e outros => FINAL DE SENTENÇA: Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do fato, pela decadência, com base no artigo 107, IV, segunda figura, do Código Penal. P.R.I. Em, 26/11/07 Rodrigo Cardoso Furlan, Juiz de Direito respondendo pelo 2º Juizado. Adv - Josué dos Santos Filho.

00034 - 001007156765-4

Indiciado: C.S.X. => FINAL DE SENTENÇA: Desta feita, por acolher a bem lançada fundamentação do Ministério Público, declaro extinta a punibilidade do autor do fato, em razão da renúncia da vítima ao direito de representação. P.R.I. Em, 30/11/07 (a) Erick Linhares, Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00035 - 001007169793-1

Indiciado: E.J.S.S. => FINAL DE SENTENÇA: Desta feita, por acolher a bem lançada fundamentação do Ministério Público, declaro extinta a punibilidade do autor do fato, em razão da renúncia da vítima ao direito de representação. P.R.I. Em, 26/11/07, Rodrigo Cardoso Furlan, Juiz de Direito respondendo pelo 2º Juizado. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME DE TRÂNSITO - CTB

00036 - 001003063892-7

FINAL DE SENTENÇA: Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do fato, pela prescrição da pretensão punitiva estatal, com fundamento no artigo 107, IV, do Código Penal. P.R.I. Em, 29/11/07 Rodrigo Cardoso Furlan, Juiz de Direito respondendo pelo 2º Juizado. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

00037 - 001007163543-6

Indiciado: R.B.S. => FINAL DE SENTENÇA: Nesse contexto, adoto o parecer do Ministério Público Estadual como razão de

decidir e determino o arquivamento deste Termo Circunstanciado. Isto posto, arquivem-se obedecendo as formalidades legais. P.R.I. Em, 26/11/07, Rodrigo Cardoso Furlan, Juiz de Direito respondendo pelo 2º Juizado. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME RELAÇÃO CONSUMO

00038 - 001007163529-5

Indiciado: M.R.G. => FINAL DE SENTENÇA: Isto posto, arquivem-se obedecendo as formalidades legais. P.R.I. Em, 30/11/07 (a) Erick Linhares - Juiz de Direito. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE BOA VISTA
TURMA RECURSAL

ÍNDICE POR ADVOGADOS**Expediente de 03/12/2007**

004231AM =>00001
005732AM =>00001
000074RR-B =>00005
000078RR-A =>00002
000120RR-B =>00004
000171RR-B =>00003
000203RR =>00001
000206RR =>00002
000209RR =>00004
000231RR =>00006
000247RR-B =>00001
000272RR-B =>00001
000291RR-A =>00001
000300RR-A =>00003
000352RR =>00006
000413RR =>00005
000439RR =>00002

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

TURMA RECURSAL

Relator(a): Elaine Cristina Bianchi

APELAÇÃO CÍVEL

00001 - 001007160958-9

Apelante: Cimex - Comercio de Máquinas Ltda e outros
Apelado: Waldirene de Sousa Carvalho => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Francisco Alves Noronha, Rosa Oliveira Pontes, Rachel Nascimento Câmara de Castro, Alexander Sena de Oliveira, Wellington Sena de Oliveira, Jaques Sonntag.

00002 - 001007160961-3

Apelante: Abn Unicard Unibanco - União de Bancos Brasileiros S/A e outros
Apelado: Alberto Correia de Oliveira Filho - Delegado de Policia => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Daniel José Santos dos Anjos, Helder Figueiredo Pereira, Daniel Lobato Borges.

00003 - 001007160962-1

Apelante: Odete Teresinha Hirt
Apelado: Telemar Norte Leste S/A => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Denise Abreu Cavalcanti, Rodrigo Guarienti Rorato.

00004 - 001007160963-9

Apelante: Banco Itaú S/A
Apelado: Evandro dos Santos Figueira => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Orlando Guedes Rodrigues, Samuel Weber Braz.

Relator(a): Tânia Maria Vasconcelos De Souza Cruz

00005 - 001007160959-7

Apelante: Maria Lucia Luiz
Apelado: Editora Globo Ltda => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Silas Cabral de Araújo Franco, José Carlos Barbosa Cavalcante.

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

TURMA RECURSAL**Expediente de 03/12/2007**

JUIZ(A) MEMBRO:
Cristovão José Suter Correia da Silva
Elaine Cristina Bianchi
Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz
JUIZ(A) SUPLENTE:

Alexandre Magno Magalhaes Vieira
Antônio Augusto Martins Neto
Erick Cavalcanti Linhares Lima
PROMOTOR(A) :
Ulisses Moroni Junior
Zedequias de Oliveira Junior
ESCRIVÃO(Ã) :
Antônio Alexandre Frota Albuquerque

APELAÇÃO CÍVEL

00006 - 001007160912-6

Apelante: Gol Transportes Aereos S/A
Apelado: Kleber Antonio Pinho Pinto => DESPACHO: Devolva-se ao Juízo de origem, com as nossas homenagens. BV. 28/11/2007 - Elaine Cristina Bianchi - Presidente da Turma Recursal. Adv - Angela Di Manso, Stélio Baré de Souza Cruz.

COMARCA DE BOA VISTA
JUSTIÇA ITINERANTE

ÍNDICE POR ADVOGADOS**Expediente de 03/12/2007**

Não existem advogados para compor o índice.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

VARA ITINERANTE

Juiz(iza): Tânia Maria Vasconcelos D de Souza Cruz

DISPENSA DE PROCLAMA

00001 - 001007170152-7

Requerente: E.T.S. e outros => Distribuição em Emergência.
Distribuição Manual em 22/10/2007. Valor da Causa: R 380,00.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00002 - 001007170153-5

Requerente: T.C.R.M. e outros => Distribuição em Emergência.
Distribuição Manual em 22/10/2007. Valor da Causa: R 380,00.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00003 - 001007170157-6

Requerente: F.S.P. e outros => Distribuição em Emergência.
Distribuição Manual em 22/10/2007. Valor da Causa: R 380,00.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 001007170166-7

Requerente: J.A.F.S. e outros => Distribuição em Emergência.
Distribuição Manual em 24/10/2007. Valor da Causa: R 380,00.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00005 - 001007170440-6

Requerente: G.M.S. e outros => Distribuição em Emergência.
Distribuição Manual em 25/10/2007. Valor da Causa: R 380,00.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00006 - 001007176348-5

Requerente: C.C.J.S. e outros => Distribuição em Emergência.
Distribuição Manual em 25/10/2007. Valor da Causa: R 380,00.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

DISSOLUÇÃO SOCIEDADE

00007 - 001007170573-4

Autor: G.S.S. e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 08/11/2007. Valor da Causa: R 7.600,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

DIVÓRCIO CONSENSUAL

00008 - 001007170589-0

Requerente: I.S.C. e outros => Distribuição em Emergência.
Distribuição Manual em 28/11/2007. Valor da Causa: R 380,00.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00009 - 001007176220-6

Requerente: F.S.S. e outros => Distribuição em Emergência.
Distribuição Manual em 26/11/2007. Valor da Causa: R 380,00.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

GUARDA DE MENOR

00010 - 001007170178-2

Requerente: A.S.C. e outros => Distribuição em Emergência.
Distribuição Manual em 19/10/2007. Valor da Causa: R 380,00.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00011 - 001007170557-7

Requerente: S.O.F. e outros => Distribuição em Emergência.
Distribuição Manual em 08/11/2007. Valor da Causa: R 380,00.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00012 - 001007170559-3

Requerente: M.C.P. e outros => Distribuição em Emergência.
Distribuição Manual em 08/11/2007. Valor da Causa: R 380,00.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00013 - 001007170560-1

Requerente: F.L.F. e outros => Distribuição em Emergência.
Distribuição Manual em 08/11/2007. Valor da Causa: R 380,00.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00014 - 001007170561-9

Requerente: M.C.R.S. e outros => Distribuição em Emergência.
Distribuição Manual em 08/11/2007. Valor da Causa: R 380,00.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00015 - 001007170594-0

Requerente: E.D.S.M. e outros => Distribuição em Emergência.
Distribuição Manual em 08/11/2007. Valor da Causa: R 380,00.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00016 - 001007170598-1

Requerente: K.R.A.B. e outros => Distribuição em Emergência.
Distribuição Manual em 08/11/2007. Valor da Causa: R 380,00.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00017 - 001007170599-9

Requerente: K.R.A.B. e outros => Distribuição em Emergência.
Distribuição Manual em 08/11/2007. Valor da Causa: R 380,00.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00018 - 001007170600-5

Requerente: K.R.A.B. e outros => Distribuição em Emergência.
Distribuição Manual em 08/11/2007. Valor da Causa: R 380,00.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00019 - 001007170602-1

Requerente: M.L.C.S. e outros => Distribuição em Emergência.
Distribuição Manual em 08/11/2007. Valor da Causa: R 380,00.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00020 - 001007170603-9

Requerente: N.S.P. e outros => Distribuição em Emergência.
Distribuição Manual em 08/11/2007. Valor da Causa: R 380,00.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00021 - 001007170605-4

Requerente: R.F.M.S. e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 08/11/2007. Valor da Causa: R 380,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00022 - 001007170607-0

Requerente: A.P.O.A. e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 08/11/2007. Valor da Causa: R 380,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

RECONHECIMENT PATERNIDADE

00023 - 001007170501-5

Autor: G.L.F. e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 31/10/2007. Valor da Causa: R 380,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00024 - 001007170502-3

Autor: G.L.F. e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 31/10/2007. Valor da Causa: R 380,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00025 - 001007176187-7

Autor: C.F.S. e outros => Distribuição em Emergência. Distribuição Manual em 20/11/2007. Valor da Causa: R 380,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE CARACARAÍ JUSTIÇA COMUM

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 30/11/2007

116011RJ =>00004
000193RR-B =>00003, 00004
000300RR =>00003
000333RR =>00003
000463RR =>00003
028870SP =>00001

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

VARACÍVEL

Juiz(iza): Marcelo Mazur

PRECATÓRIA CÍVEL

00001 - 002007011538-9

Requerente: Izadora Cristina de Souza Silva e outros
Requerido: Almir Ribeiro da Silva => Distribuição por Sorteio em 30/11/2007. Valor da Causa: R 959,12. Adv - Alberto de Camargo Taveira.

00002 - 002007011539-7

Requerente: S.S.C.L. e outros
Requerido: U.M. => Distribuição por Sorteio em 30/11/2007. Valor da Causa: R 3.000,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

VARACÍVEL

Expediente de 30/11/2007

JUIZ(A) TITULAR:
Marcelo Mazur
PROMOTOR(A):
Adriano ávila Pereira
Anedilson Nunes Moreira
Henrique Lacerda de Vasconcelos
José Rocha Neto
Madson Welligton Batista Carvalho
ESCRIVÃO(Ã):
Denilson da Nóbrega Silveira

INVEST.PATERN / ALIMENTOS

00003 - 002005007643-7

Requerente: J.V.M.P. e outros

Requerido: F.R.S.M. => DESPACHO: (...) II - Oficie-se, digo, à autora para informar os ascendentes paternos, com vistas a averbação. III - Reputo desnecessária a realização de audiência de instrução, eis que o ponto controvertido fixado em fls. 27 se refere aos gastos do réu, prova documental. IV - Após cumprida a ordem do item II, às partes para alegações finais, inicialmente pela autora. V - Publique-se via DPJ. 05/10/2007. Juiz MARCELO MAZUR. Adv - Lenir Rodrigues Santos Veras, Ivone Márcia da Silva Magalhães, Marcos Pereira da Silva, Maria do Rosário Alves Coelho.

TUTELA

00004 - 002003003110-6

Tutelante: L.S.B.

Tutelado: H.D.S.B. => Defiro fls. 64. Exp. de praxe. Após, arquivem-se. CCI, 20/07/2007. Juiz Breno Coutinho. Adv - Ivone Marcia da Silva Magalhães, Ivone Márcia da Silva Magalhães.

COMARCA DE CARACARAÍ JUIZADO ESPECIAL

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 30/11/2007

Não existem advogados para compor o índice.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

JUIZADO CÍVEL

Juiz(iza): Marcelo Mazur

AÇÃO DE COBRANÇA

00001 - 002007011537-1

Autor: Valmir Silva de Oliveira
Réu: Marly Dias da Silva => Distribuição por Sorteio em 30/11/2007. Valor da Causa: R 1.403,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRECATÓRIA CÍVEL

00002 - 002007011572-8

Requerente: Tecla de Oliveira Reolon
Requerido: Ana Rita da Silva Palmeira => Distribuição por Sorteio em 30/11/2007. Valor da Causa: R 250,70. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE CARACARAÍ JUSTIÇA COMUM

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 03/12/2007

000169RR-B =>00001

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

VARACÍVEL

Juiz(iza): Marcelo Mazur

AGRAVO

00001 - 002007011540-5

Agravante: Jose Alves de Liro
Denunciado: Prefeitura municipal de Caroebe => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - José Rogério de Sales.

EXECUÇÃO

00002 - 002007011542-1

Exeqüente: M.B.A. e outros

Executado: E.D.A. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007.
Valor da Causa: R 380,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRECATORIA CÍVEL

00003 - 002007011541-3

Requerente: Companhia de Aguas e Esgotos de Roraima

Requerido: Antonio Alves Maciel => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Valor da Causa: R 2.352,77. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE CARACARAÍ JUIZADO ESPECIAL

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 03/12/2007

Não existem advogados para compor o índice.

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

JUIZADO CÍVEL

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):

Marcelo Mazur

PROMOTOR(A) :

Adriano ávila Pereira

Anedilson Nunes Moreira

Henrique Lacerda de Vasconcelos

José Rocha Neto

Madson Welligton Batista Carvalho

ESCRIVÃO(Ã) :

Denilson da Nóbrega Silveira

AÇÃO DE COBRANÇA

00001 - 002007011537-1

Autor: Valmir Silva de Oliveira

Réu: Marly Dias da Silva => SENTENÇA: Acordo homologado.

Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE MUCAJÁ JUSTIÇACOMUM

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 03/12/2007

000105RR-B =>00003

000200RR-A =>00003

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Juiz(iza): Breno Jorge Portela S. Coutinho

ALVARÁ JUDICIAL

00001 - 003007010319-4

Requerente: L.R.N. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007.

Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

VARACÍVEL

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) TITULAR:

Breno Jorge Portela S. Coutinho

PROMOTOR(A) :

Adriano ávila Pereira

André Paulo dos Santos Pereira

Anedilson Nunes Moreira

José Rocha Neto

ESCRIVÃO(Ã) :

Iarly José Holanda de Souza

ALIMENTOS - PEDIDO

00002 - 003007010286-5

Requerente: A.F.R.

Requerido: R.N.P. => Audiência de CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO e JULGAMENTO designada para o dia 18/12/2007 às 11:30 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

BUSCA E APREENSÃO

00003 - 003005005085-2

Requerente: Banco do Brasil S/A

Requerido: Jessé Antonio da Silva => I- Intime-se a empresa requerente para dar andamento no feito, em 10 (dez) dias, sob pena de extinção.II-Expedientes de praxe. Mucajá(RR), 12 de novembro de 2007. Adv - Johnson Araújo Pereira, Carlos Ney Oliveira Amaral.

VARACRIMINAL

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) TITULAR:

Breno Jorge Portela S. Coutinho

PROMOTOR(A) :

Adriano ávila Pereira

André Paulo dos Santos Pereira

Anedilson Nunes Moreira

ESCRIVÃO(Ã) :

Iarly José Holanda de Souza

CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA

00004 - 003006005352-4

Réu: Raimundo Nonato Pereira Lima => Audiência especial de oitiva de testemunha designada para o dia 25/02/2008 às 10:30 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRISÃO PREVENTIVA

00005 - 003007010318-6

Requerido: Wilson Pereira dos Santos => DECISÃO: Cuida-se de pedido de prisão preventiva, formulado pela Delegacia de Polícia de Mucajá, em face de WILSON PEREIRA DOS SANTOS(...).O Ministério Público opinou pela decretação da preventiva(...).DECIDO(...)tanto a autoria quanto a materialidade encontram prova indiciária bastante para o decreto cautelar solicitado(...)por outro lado(...)o réu encontra-se foragido da Justiça(...)presente o periculum in mora(...)com supedâneo nos artigos 312 e 313, I do Código de Processo Penal, decreto a prisão preventiva de WILSON PEREIRA DOS SANTOS, para assegurar a ordem pública e a aplicação da lei penal. Expeçam-se mandados. Dê ciência ao MP. Demais intimações regulares. Cumpra-se. Mucajá-RR, 30 de novembro de 2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE MUCAJÁ JUIZADOS ESPECIAIS

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 03/12/2007

Não existem advogados para compor o índice.

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

JUIZADO CÍVEL

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):

Breno Jorge Portela S. Coutinho

PROMOTOR(A) :

Adriano ávila Pereira

André Paulo dos Santos Pereira
Anedilson Nunes Moreira
José Rocha Neto
ESCRIVÃO(À):
Iarly José Holanda de Souza

EXECUÇÃO

00001 - 003007009622-4
Exeqüente: Aldeniza Diniz da Silva
Executado: Raimundo Bahia da Silva => Audiência REALIZADA.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE RORAINÓPOLIS
JUSTIÇA COMUM

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 03/12/2007

Não existem advogados para compor o índice.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

VARACÍVEL

Juiz(iza): Maria Aparecida Cury

DIVÓRCIO CONSENSUAL

00002 - 004707007047-0
Requerente: P.R. e outros => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Valor da Causa: R 6.440,96. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Juiz(iza): Maria Aparecida Cury

ALVARÁ JUDICIAL

00001 - 004707007391-2
Requerente: L.G.S. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007.
Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

VARACRIMINAL

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) TITULAR:
Luiz Alberto de Moraes Junior
PROMOTOR(A):
Ademir Teles Menezes
Adriano ávila Pereira
Erika Lima Gomes Michetti
Henrique Lacerda de Vasconcelos
Hevandro Cerutti
José Rocha Neto
Luiz Antônio Araújo de Souza
Marco Antônio Bordin de Azeredo
ESCRIVÃO(À):
Francisco Firmino dos Santos

CRIME PORTE ILEGAL ARMA

00004 - 004704003152-9
Réu: Natalino Manoel da Silva => FINAL DA SENTENÇA: “(...) Isto posto, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes. Em consequência, com fundamento no art. 76 da Lei Nº 9.099/95, julgo extinta a punibilidade do autor do fato após o cumprimento do acordo, determinando o arquivamento dos autos. Dê ciência ao escrivão, para que o mesmo acompanhe e encaminhe a frequência do Autor do fato ao Cartório. Dou as partes presente intimadas em audiência. Registre-se e Cumpra-se. Nada mais havendo deu-se por encerrado o presente termo que depois de lido e achado conforme,

foi assinado por todos. Eu escrevente o digitei. Dr. ELVO PIGARI JÚNIOR. Juiz de Direito Respondendo pela Comarca de Rorainópolis”. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) TITULAR:
Luiz Alberto de Moraes Junior
PROMOTOR(A):
Ademir Teles Menezes
Adriano ávila Pereira
Erika Lima Gomes Michetti
Henrique Lacerda de Vasconcelos
Hevandro Cerutti
José Rocha Neto
Luiz Antônio Araújo de Souza
Marco Antônio Bordin de Azeredo
ESCRIVÃO(À):
Francisco Firmino dos Santos

ATO INFRACIONAL

00003 - 004707006993-6

Indiciado: W.S.B. => “Desta feita HOMOLOGO o acordo, para que surta os efeitos legais. Aguarda-se o cumprimento. Expeça-se ofício ao Posto de Saúde, para que o diretor envie a frequência e relatório a este Juízo sobre o cumprimento do acordo. Nada mais havendo deu-se por encerrado o presente termo, que depois de lido e achado conforme, foi assinado por todos. Eu, Julie Ane, escrevente o digitei. ELVO PIGARI JÚNIOR. Juiz de Direito Respondendo pela Comarca de Rorainópolis”. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE RORAINÓPOLIS
JUIZADOS ESPECIAIS

ÍNDICE POR ADVOGADOS

Expediente de 03/12/2007

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS

JUIZADO CRIMINAL

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):
Luiz Alberto de Moraes Junior
PROMOTOR(A):
Ademir Teles Menezes
Adriano ávila Pereira
Erika Lima Gomes Michetti
Henrique Lacerda de Vasconcelos
Hevandro Cerutti
José Rocha Neto
Luiz Antônio Araújo de Souza
Marco Antônio Bordin de Azeredo
ESCRIVÃO(À):
Francisco Firmino dos Santos

CRIME C/ PESSOA

00001 - 004707007008-2

Indiciado: D.S.M. => “Posto isso, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado. Após o cumprimento das condições acima expostas julgarei extinta a punibilidade do autor do fato. Dou as partes intimadas em audiência. Nada mais havendo deu-se por encerrado o presente termo que depois de lido e achado conforme, foi assinado por todos. Eu, Julie Ane Vieira, escrevente o digitei. Dr. ELVO PIGARI JÚNIOR. Juiz de Direito Respondendo pela Comarca de Rorainópolis”. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE SÃO LUIZ
JUSTIÇA COMUM**ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 03/12/2007**

Não existem advogados para compor o índice.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**VARACÍVEL**

Juiz(iza): Elvo Pigari Junior

ALIMENTOS - PEDIDO

00005 - 006007021264-6

Requerente: S.S.P.

Requerido: A.A.N. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007.

Valor da Causa: R 2.100,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00006 - 006007021265-3

Requerente: K.S.A.

Requerido: W.S.L. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Valor da Causa: R 4.560,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

GUARDA DE MENOR

00007 - 006007021263-8

Requerente: E.S.S.

Requerido: A.C.S.P. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007.

Valor da Causa: R 380,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00008 - 006007021272-9

Requerente: J.N.P.B.

Requerido: M.J.S.M. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007.

Valor da Causa: R 380,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

HABILITAÇÃO

00009 - 006007021314-9

Autor: Valdemir Ricardo de Amorim e outros => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00010 - 006007021315-6

Autor: Samuel Vaz Alves e outros => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00011 - 006007021316-4

Autor: José Sousa e Sousa e outros => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00012 - 006007021317-2

Autor: Antonio Marcos Freire Ferreira e outros => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00013 - 006007021318-0

Autor: Dorvalino dos Santos e outros => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

INVESTIGAÇÃO PATERNIDADE

00014 - 006007021269-5

Requerente: K.S.F.

Requerido: J.Q.G.S. => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007.

Valor da Causa: R 2.280,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRECATÓRIA CÍVEL

00015 - 006007021310-7

Requerido: Carlos Alberto Terminelli de Lima => Distribuição por Sorteio em 30/11/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

REGULAMENTAÇÃO DE VISITA

00016 - 006007021268-7

Requerente: J.R.S. e outros => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Valor da Causa: R 308,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

RETIFICAÇÃO REG. CIVIL

00017 - 006007021270-3

Requerente: Osmar Albuquerque Feio e outros => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Valor da Causa: R 380,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00018 - 006007021319-8

Requerente: Maria Odete Lima Marcionilo e outros => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Valor da Causa: R 380,00. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

VARACRIMINAL

Juiz(iza): Elvo Pigari Junior

LIBERDADE PROVISÓRIA

00001 - 006007021206-7

Requerente: Josenildo Barboza dos Santos => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

PRECATÓRIA CRIME

00002 - 006007021313-1

Réu: Marcelo de Oliveira Macedo => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00003 - 006007021320-6

Réu: Fabio Marques Filinto => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 006007021321-4

Réu: Alisson Lunardi => Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

COMARCA DE SÃO LUIZ
JUIZADO ESPECIAL**ÍNDICE POR ADVOGADOS****Expediente de 03/12/2007**

000105RR-B =>00003

000157RR-B =>00002

000299RR =>00002;

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR**JUIZADO CRIMINAL**

Juiz(iza): Elvo Pigari Junior

CRIME C/ PESSOA

00001 - 006007021274-5

Distribuição por Sorteio em 03/12/2007. Audiência Preliminar: Dia 03/12/2007, às 15:00 Horas. => Processo só possui vítima(s). Não há advogado(s) cadastrado(s).

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**JUIZADO CÍVEL****Expediente de 03/12/2007****JUIZ(A) PRESIDENTE(A):**

Elvo Pigari Junior

PROMOTOR(A):

Ademir Teles de Menezes

Alexandre Moreira Tavares dos Santos

Hevandro Cerutti

José Rocha Neto

ESCRIVÃO(A):

Wallison Larieu Vieira

COBRANÇA/CAUTELAR

00002 - 006002001777-2

Requerente: Alinete Lopes Castelo Branco
Requerido: Julieta Furtado Barboza => Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 06/12/2007 às 10:00 horas.
Adv - Francisco de Assis Guimarães Almeida, Marco Antônio da Silva Pinheiro.

INDENIZAÇÃO

00003 - 006006019839-1

Autor: Joana Lima Salazar

Réu: Banco do Brasil S/A => Audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 06/12/2007 às 08:30 horas.
Adv - Johnson Araújo Pereira.

**COMARCA DE ALTO ALEGRE
JUSTIÇA COMUM****ÍNDICE POR ADVOGADOS**

Expediente de 03/12/2007

Não existem advogados para compor o índice.

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**VARACÍVEL**

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) TITULAR:

Maria Aparecida Cury

PROMOTOR(A) :

André Paulo

Anedilson Nunes Moreira

Carla Cristiane Pipa

Cláudia Parente Cavalcanti

Ilaine Aparecida Paglianni

José Rocha Neto

Luiz Antonio Araújo de Souza

Luiz Carlos Leitão Lima

Marco Antonio Bordin de Azeredo

Ulisses Moroni Junior

Valdir Aparecido de Oliveira

ESCRIVÃO(Ã) :

Nara Pinheiro Barcessat

ALIMENTOS - PEDIDO

00001 - 000506002473-3

Requerente: S.B.S. e outros

Requerido: I.M.P. => Audiência ADIADA para o dia 16/01/2008 às 11:10 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00002 - 000507003238-7

Requerente: N.C.C.J. e outros

Requerido: N.C.C. => Audiência ADIADA para o dia 16/01/2008 às 10:50 horas. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

VARACRIMINAL

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) TITULAR:

Maria Aparecida Cury

PROMOTOR(A) :

André Paulo

Anedilson Nunes Moreira

Carla Cristiane Pipa

Cláudia Parente Cavalcanti

Ilaine Aparecida Paglianni

José Rocha Neto

Luiz Antonio Araújo de Souza

Luiz Carlos Leitão Lima

Marco Antonio Bordin de Azeredo

Ulisses Moroni Junior

Valdir Aparecido de Oliveira

ESCRIVÃO(Ã) :

Nara Pinheiro Barcessat

CRIME VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

00003 - 000507002977-1

Indiciado: J.S.J. => FINAL DE SENTENÇA: "...". Isto posto e por tudo mais que dos autos consta, declaro extinta a punibilidade do acusado Josinaldo da Silva de Jesus, com fundamento no art. 16 da Lei nº 11.340/06, c/c com os arts. 100 § 1º e 107, inciso VI do CP, por falta de condição de procedibilidade da ação. Cientifique-se o MP. Sentença publicada em audiência, DPE e vítima intimados. Intime-se o indiciado. Após o trânsito em julgado e as baixas necessárias, arquivem-se os autos. Registre-se e cumpra-se. Alto Alegre/RR. Maria Aparecida Cury - Juíza de Direito Titular. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

**COMARCA DE ALTO ALEGRE
JUIZADOS ESPECIAIS****ÍNDICE POR ADVOGADOS**

Expediente de 03/12/2007

Não existem advogados para compor o índice.

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS**JUIZADO CRIMINAL**

Expediente de 03/12/2007

JUIZ(A) PRESIDENTE(A):

Maria Aparecida Cury

PROMOTOR(A) :

André Paulo

Anedilson Nunes Moreira

Carla Cristiane Pipa

Cláudia Parente Cavalcanti

Ilaine Aparecida Paglianni

José Rocha Neto

Luiz Antonio Araújo de Souza

Luiz Carlos Leitão Lima

Marco Antonio Bordin de Azeredo

Ulisses Moroni Junior

Valdir Aparecido de Oliveira

ESCRIVÃO(Ã) :

Nara Pinheiro Barcessat

CONTRAVENÇÃO PENAL

00001 - 000507003189-2

Indiciado: A.A.C.S. => FINAL DE SENTENÇA: "...". Diante do exposto, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO PENAL firmada entre as partes, com fundamento no art. 76, da Lei nº 9.099/95. Após o cumprimento da transação, voltem os autos conclusos para extinção da punibilidade dos autores do fato. Dou as partes presente intimadas e a presente por publicada em audiência. Registre-se e Cumpra-se. Alto Alegre/RR. Maria Aparecida Cury - Juíza de Direito Titular. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

CRIME C/ ADMIN. PÚBLICA

00002 - 000507003181-9

Indiciado: E.B.S.L. => FINAL DE SENTENÇA: "...". Diante do exposto, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO PENAL firmada entre as partes, com fundamento no art. 76, da Lei nº 9.099/95. Após o cumprimento da transação, voltem os autos conclusos para extinção da punibilidade dos autores do fato. Dou as partes presente intimadas e a presente por publicada em audiência. Registre-se e Cumpra-se. Alto Alegre/RR. Maria Aparecida Cury - Juíza de Direito Titular. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00003 - 000507003182-7

Indiciado: V.D.B. => FINAL DE SENTENÇA: "...". Diante do exposto, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO PENAL firmada entre as partes, com fundamento no art. 76, da Lei nº 9.099/95. Após o cumprimento da transação, voltem os autos conclusos para extinção da punibilidade do autor do fato. Dou as partes presente intimadas e a presente por publicada em audiência. Registre-se e Cumpra-se. Alto Alegre/RR. Maria Aparecida Cury - Juíza de Direito Titular. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

00004 - 000507003186-8

Indiciado: J.L.A. e outros => FINAL DE SENTENÇA: "...". Diante do exposto, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO PENAL firmada entre as partes, com fundamento no art. 76, da Lei nº 9.099/95. Após o cumprimento da transação, voltem os autos conclusos para extinção da punibilidade dos autores do fato. Dou as partes presente intimadas e a presente por publicada em audiência. Registre-se e Cumpra-se. Alto Alegre/RR. Maria Aparecida Cury - MM. Juíza de Direito Titular. Adv - Não há advogado(s) cadastrado(s).

8ª VARA CÍVEL**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES** MM. Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA**.

N.º do Processo: **0010 07 161547-9**Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**Exequente: **O ESTADO DE RORAIMA**Advogado(a): **DANIELLA TORRES DE MELO BEZERRA – OAB/RR 215-B**Executado(s): **PAULO NASCIMENTO COELHO.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 1.688,74** (um mil, seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos).

FINALIDADE: CITAR o senhor(es) **PAULO NASCIMENTO COELHO** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES** MM. Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA**.

N.º do Processo: **0010 05 101532-8**Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**Exequente: **O ESTADO DE RORAIMA**Advogado(a): **DANIELLA TORRES DE MELO BEZERRA – OAB/RR 215-B**Executado(s): **FRANCISCO ARAÚJO MACIEL.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 872,28** (oitocentos e setenta e dois reais e vinte e oito centavos).

FINALIDADE: CITAR o(s) senhor(es) **FRANCISCO ARAÚJO MACIEL** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES** MM. Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA**.

N.º do Processo: **0010 05 122348-4**Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**Executado(s): **JOAQUIM SANTOS SILVA.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 630,35** (seiscentos e trinta reais e trinta e cinco centavos).

FINALIDADE: CITAR o(s) senhor(es) **JOAQUIM SANTOS SILVA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES** MM. Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA**.

N.º do Processo: **0010 07 157236-5**Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**Executado(s): **A F DE SOUZA.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 1.476,48** (um mil, quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

FINALIDADE: CITAR a empresa **A F DE SOUZA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUIZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n. ° 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 158043-4**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **CARLOS ARAUJO LOPES.**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 523,87** (quinhentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos).

FINALIDADE: CITAR o(s) senhor(es) **CARLOS ARAUJO LOPES** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUIZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n. ° 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 160234-5**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **MARIA DE FÁTIMA SILVA DA CRUZ.**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 1.169,76** (um mil, cento e sessenta e nove reais e setenta e seis centavos).

FINALIDADE: CITAR o(s) senhor(es) **MARIA DE FÁTIMA SILVA DA CRUZ** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUIZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n. ° 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 158280-2**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **FRANCISCO ISBERNON LEITE PEREIRA - ME.**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 575,04** (quinhentos e setenta e cinco reais e quatro centavos).

FINALIDADE: CITAR a empresa **FRANCISCO ISBERNON LEITE PEREIRA - ME** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUIZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n. ° 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 160385-5**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **MARIA HILDA DA SILVA.**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 623,16** (seiscentos e vinte e três reais e dezesseis centavos).

FINALIDADE: CITAR o(s) senhor(es) **MARIA HILDA DA SILVA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUIZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n. ° 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 160012-5**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **E R DE CARVALHO - ME.**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 823,68** (oitocentos e vinte e três reais e sessenta e oito centavos).

FINALIDADE: CITAR a empresa **E R DE CARVALHO - ME** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 158236-4**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **FRANCISCO DAS CHAGAS DE ARAÚJO.**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 947,33** (novecentos e quarenta e sete reais e trinta e três centavos).

FINALIDADE: CITAR o senhor **FRANCISCO DAS CHAGAS DE ARAÚJO** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 157576-4**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **A PINHEIRO GOMES - ME.**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 738,24** (setecentos e trinta e oito reais e vinte e quatro centavos).

FINALIDADE: CITAR a empresa **A PINHEIRO GOMES - ME** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 160018-2**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **ELSON MENDES DE SOUZA.**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 617,68** (seiscentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos).

FINALIDADE: CITAR o senhor **ELSON MENDES DE SOUZA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 157345-4**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **ATACADÃO PRICUMÃ LTDA.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 1.476,48** (um mil, quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

FINALIDADE: CITAR a empresa **ATACADÃO PRICUMÃ LTDA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 157795-0**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **C L MORAES - ME.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 739,20** (setecentos e trinta e nove reais e vinte centavos).

FINALIDADE: CITAR a empresa **C L MORAES - ME** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 158382-6**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **GILBERTO NUNES DE SOUZA.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 503,41** (quinhentos e três reais e quarenta e um centavos).

FINALIDADE: CITAR o senhor **GILBERTO NUNES DE SOUZA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 06 130490-2**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **GENESIO ALBERTI BENEDETTI.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 2.436,98** (dois mil, quatrocentos e trinta e seis reais e noventa e oito centavos).

FINALIDADE: CITAR o senhor **GENESIO ALBERTI BENEDETTI** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 06 129129-9**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **CRISTIANE OLIVEIRA DA SILVA.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 466,58** (quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e oito centavos centavos).

FINALIDADE: CITAR o senhor **CRISTIANE OLIVEIRA DA SILVA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 05 115683-3**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **JOSÉ MOZART HOLANDA PINHEIRO.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 1.561,70** (um mil, quinhentos e sessenta e um reais e setenta centavos).

FINALIDADE: CITAR o senhor **JOSÉ MOZART HOLANDA PINHEIRO** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 158464-2**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **HELCIAS JOSÉ DE SANTANA.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 4.861,02** (quatro mil, oitocentos e sessenta e um reais e dois centavos).

FINALIDADE: CITAR o senhor **HELCIAS JOSE DE SANTANA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 158379-2**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **GERSON EDILSON LIMA DOS SANTOS - ME.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 575,04** (quinhentos e setenta e cinco reais e quatro centavos).

FINALIDADE: CITAR a empresa **GERSON EDILSON LIMA DOS SANTOS - ME** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 05 121950-8**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **VERALÚCIA SOUZA DE ARAÚJO.**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 604,54** (seiscentos e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).

FINALIDADE: CITAR o senhor **VERALÚCIA SOUZA DE ARAÚJO** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 06 129128-1**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **JOSE MARCIO DOS REIS.**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 992,46** (novecentos e noventa e dois reais quarenta e seis centavos).

FINALIDADE: CITAR o senhor **JOSE MARCIO DOS REIS** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 06 129484-8**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **JACIRA DO NASCIMENTO AMARAL.**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 556,14** (quinhentos e cinquenta e seis reais e quatorze centavos).

FINALIDADE: CITAR a senhora **JACIRA DO NASCIMENTO AMARAL** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 05 107644-5**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **LAERTE ELOI OESTREICHER.**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 345,78** (trezentos e quarenta e cinco reais e setenta e oito centavos).

FINALIDADE: CITAR o senhor **LAERTE ELOI OESTREICHER** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 160105-7**Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**Executado(s): **ETEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETROLIO LTDA.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 744,00** (setecentos e quarenta e quatro reais).

FINALIDADE: CITAR a empresa **ETEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETROLIO LTDA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/ arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUIZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 06 129454-1**Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**Executado(s): **COOSERV – COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 940,80** (novecentos e quarenta reais e oitenta centavos).

FINALIDADE: CITAR a empresa **COOSERV – COOPERATIVA RORAIMENSE DE SERVIÇOS** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/ arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUIZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 06 130221-1**Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**Executado(s): **DIOMÁRIA QUADROS ROSA**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 377,35** (trezentos e setenta e sete reais e trinta e cinco centavos).

FINALIDADE: CITAR a senhora **DIOMÁRIA QUADROS ROSA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUIZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 06 128974-9**Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**Executado(s): **IVANEIDE DE SOUZA TRAJANO.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 465,54** (quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

FINALIDADE: CITAR o senhor **IVANEIDE DE SOUZA TRAJANO** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUIZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 159652-1**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **JAILTON CORDEIRO.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 530,04** (quinhentos e trinta reais e quatro centavos).

FINALIDADE: CITAR o senhor **JAITON CORDEIRO** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 06 130136-1**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **RIO BRANCO ESPORTE CLUBE.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 4.160,47** (quatro mil, cento e sessenta reais e quarenta e sete centavos).

FINALIDADE: CITAR a empresa **RIO BRANCO ESPORTE CLUBE** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 06 128928-5**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **GIZELDA MARIA SOUZA SILVA.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 530,63** (quinhentos e trinta reais e sessenta e três centavos).

FINALIDADE: CITAR a senhora **GIZELDA MARIA SOUZA SILVA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 159440-1**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **L O DE OLIVEIRA.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 1.497,60** (um mil, quatrocentos e noventa e sete reais e sessenta centavos).

FINALIDADE: CITAR a empresa **L O DE OLIVEIRA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 160006-7**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **JOSÉ WALACE BARBOSA DA SILVA.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 688,11** (seiscentos e oitenta e oito reais e onze centavos).

FINALIDADE: CITAR o senhor **JOSÉ WALACE BARBOSA DA SILVA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 157304-1**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **ATM – ASSESSORIA TÉCNICA MUNICIPAL LTDA.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 816,00** (oitocentos e dezesseis reais).

FINALIDADE: CITAR a empresa **ATM – ASSESSORIA TÉCNICA MUNICIPAL LTDA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 157328-0**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **ARALDI E ARALDI LTDA.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 740,29** (setecentos e quarenta reais e vinte e nove centavos).

FINALIDADE: CITAR a empresa **ARALDI E ARALDI LTDA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 166870-0**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O ESTADO DE RORAIMA**

Advogado(a): **MARCELO TADANO – OAB/RR 264-B**

Executado(s): **EDMILSON SOUSA SILVA - ME.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 1.246,63** (um mil duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e três centavos).

FINALIDADE: CITAR a empresa **EDMILSON SOUSA SILVA – ME** e o senhor **EDMILSON SOUSA SILVA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 157757-0**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **DISVITAL – DISTRIBUIDORA BOA VISTA LTDA.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 4.720,75** (quatro mil, setecentos e vinte reais e setenta e cinco centavos).

FINALIDADE: CITAR a empresa **DISVITAL – DISTRIBUIDORA BOA VISTA LTDA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)s executado(a)s para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 157316-5**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **AUTO PEÇAS TROPICAL LTDA.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 1.476,48** (um mil quatrocentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

FINALIDADE: CITAR a empresa **AUTO PEÇAS TROPICAL LTDA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)s executado(a)s para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 157347-0**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **A FERREIRA DO VALE - ME.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 1.134,72** (um mil, cento e trinta e quatro reais e setenta e dois centavos).

FINALIDADE: CITAR a empresa **A FERREIRA DO VALE – ME** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)s executado(a)s para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 157439-5**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **ARCO CONSTRUÇÕES E IND METALURGICA LTDA.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 738,24** (setecentos e trinta e oito reais e vinte e quatro centavos).

FINALIDADE: CITAR a empresa **ARCO CONSTRUÇÕES E IND METALURGICA LTDA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)s executado(a)s para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 06 129063-0**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **LUCIMAR LUCENADA COSTA SILVA.**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 320,58** (trezentos e vinte reais e cinquenta e oito centavos).

FINALIDADE: CITAR a senhora **LUCIMAR LUCENADA COSTA SILVA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)s executado(a)s para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 06 128294-2**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **JANUARIA DA CRUZ WANDERLEY.**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 627,54** (seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta e quatro centavos).

FINALIDADE: CITAR a senhora **JANUARIA DA CRUZ WANDERLEY** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)s executado(a)s para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 158236-4**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **JULIA MARQUES COLLARES.**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 666,68** (seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos).

FINALIDADE: CITAR a senhora **JULIA MARQUES COLLARES** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)s executado(a)s para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 06 128861-8**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **JONATAS VAZ DE OLIVEIRA.**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 575,45** (quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

FINALIDADE: CITAR o senhor **JONATAS VAZ DE OLIVEIRA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)s executado(a)s para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 06 128915-2**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **A GARAJO FILHO - ME.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 499,20** (quatrocentos e noventa e nove reais e vinte centavos).

FINALIDADE: CITAR a empresa **A GARAJO FILHO - ME** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 06 130150-2**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**

Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**

Executado(s): **PAULO SERGIO RODRIGUES DA SILVA.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 676,46** (seiscentos e setenta e seis reais e quarenta e seis centavos).

FINALIDADE: CITAR o senhor **PAULO SERGIO RODRIGUES DA SILVA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem **PENHORADOS**, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou **ARRESTADOS** tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 04 094721-9**

Espécie: **EXECUÇÃO**

Exequente: **O ESTADO DE RORAIMA**

Advogado(a): **MIVANILDO DA SILVA MATOS – OAB/RR 379**

Executado(s): **VILSON PAULO MULINARI.**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 98.483,73** (noventa e oito mil quatrocentos e oitenta e três reais e setenta e três centavos).

FINALIDADE: CITAR a parte requerida **VILSON PAULO MULINARI** a querendo, contestar o presente feito, nos termos do artigo 232 do Código de Processo Civil, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE INTIMAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 01 009938-9**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O ESTADO DE RORAIMA**

Advogado(a): **MARCELO TADANO**

Executado(s): **ANTONIO MILTON MIRANDA**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 309,89** (trezentos e nove reais e oitenta e nove centavos).

FINALIDADE: INTIMAR a parte executada **ANTONIO MILTON MIRANDA** da penhora realizada junto ao Banco do Brasil S/A no valor de **R\$ 309,89** (trezentos e nove reais e oitenta e nove centavos), bem como do prazo de 30 (trinta) dias, para, querendo, oferecer embargos.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUÍZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE INTIMAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 01 009114-7**

Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**

Exequente: **O ESTADO DE RORAIMA**

Advogado(a): **MARCELO TADANO**

Executado(s): **M R MARQUES DE OLIVEIRA E MARIO ROBERTO M DE OLIVEIRA**

Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 309,89** (trezentos e nove reais e oitenta e nove centavos).

FINALIDADE: INTIMAR a parte executada **MR MARQUES DE OLIVEIRA E MARIO ROBERTO M DE OLIVEIRA**, da penhora realizada junto em 01 (um) lote de terras urbanas, matriculado no CRI sob o número 25108, localizado loteamento Bom Futuro, quadra B, Bairro Caranã, bem como do prazo de 30 (trinta) dias, para, querendo, oferecer embargos.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUIZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n. ° 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES** MM. Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA**.

N.º do Processo: **0010 06 130777-2**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **SEVERINO DO RAMO BENÍCIO – OAB/RR 84-A**
Executado(s): **NORTELUBRES LTDA**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 403,96** (quatrocentos e três reais e noventa e seis centavos).

FINALIDADE: CITAR o senhor(es) **NORTELUBRES LTDA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUIZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n. ° 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES** MM. Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA**.

N.º do Processo: **0010 02 051798-2**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **SEVERINO DO RAMO BENÍCIO – OAB/RR 84-A**
Executado(s): **GS SANTOS**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 1.41,71** (Hum mil, quarenta e um reais e setenta e um centavos).

FINALIDADE: CITAR o(s) senhor(es) **GS SANTOS**, para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco)

dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUIZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n. ° 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES** MM. Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA**.

N.º do Processo: **0010 07 157346-2**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **A. FERREIRA VITORIO - ME.**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 738,24** (setecentos e trinta e oito reais e vinte e quatro centavos).

FINALIDADE: CITAR o(s) senhor(es) **A. FERREIRA VITORIO - ME.** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUIZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n. ° 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro de dois mil e sete.

**EDITAL DE CITAÇÃO
(PRAZO DE 30 DIAS)**

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES** MM. Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA**.

N.º do Processo: **0010 05 105986-2**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **NELSON JOAQUIM BARROS**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 703,86** (setecentos e três reais e oitenta e seis centavos).

FINALIDADE: CITAR a empresa **NELSON JOAQUIM BARROS**, para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem

PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUIZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n. ° 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete.

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 01 015669-2**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **SIQUEIRA E TEIXEIRA LTDA**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 1.247,21** (Hum mil, duzentos e quarenta e sete reais e vinte um centavos).

FINALIDADE: CITAR o(s) senhor(es) **SIQUEIRA E TEIXEIRA LTDA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUIZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n. ° 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete.

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 157657-2**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **APARECIDA GOMES MOREIRA.**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 665,27** (seiscentos e sessenta cinco reais e vinte e sete centavos).

FINALIDADE: CITAR o(s) senhor(es) **APARECIDA GOMES MOREIRA.** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao

pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUIZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n. ° 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete.

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 06 127534-2**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **DOMINGOS PEREIRA DE SOUZA**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 2.385,06** (dois mil, trezentos e oitenta e cinco reais e seis centavos).

FINALIDADE: CITAR a empresa **DOMINGOS PEREIRA DE SOUZA** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUIZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n. ° 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete.

EDITAL DE CITAÇÃO (PRAZO DE 30 DIAS)

O Dr. **CÉSAR HENRIQUE ALVES MM.** Juiz de Direito 8ª Vara Cível da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, na forma da Lei, **MANDA.**

N.º do Processo: **0010 07 160484-6**
Espécie: **EXECUÇÃO FISCAL**
Exequente: **O MUNICÍPIO DE BOA VISTA**
Advogado(a): **LÚCIA PINTO PEREIRA – OAB/RR 052**
Executado(s): **MARCOS ANTONIO GONÇALVES.**
Advogado(a): -

Valor da Dívida: **R\$ 504,96** (quinhentos e quatro reais e noventa e seis centavos).

FINALIDADE: CITAR o(s) senhor(es) **MARCOS ANTONIO GONÇALVES.** para pagar(em), ou nomear(em) bens à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não o fazendo serem PENHORADOS, imediatamente, tantos bens quantos bastem, ao pagamento do débito principal e acessórios; ou ARRESTADOS

tantos bens quantos bastem, no caso de não manifestação do(a) Executado(a) (s), nos termos da inicial e despacho, referente ao processo de Execução Fiscal acima descrito e, em caso de nomeação, penhora ou arresto, intima-se, desde já, o(a)(s) executado(a)(s) para, querendo, oferecer embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da juntada do mandado de penhora/arresto devidamente cumprido.

Cumpra-se na forma da Lei. Para constar eu, **Viviane Oliveira da Silva Rios**, Escrivã Substituta, mandei lavrar o presente e, de ordem do MM. Juiz de Direito, o assino.

SEDE DO JUIZO: FÓRUM ADVOGADO SOBRAL PINTO, Praça do Centro Cívico, n.º 666, Centro, Boa Vista - RR.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, aos 04 (quatro) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete.

PORTARIA Nº 006/05 de 19 de novembro de 2005

O Dr. **César Henrique Alves**, MM. Juiz de Direito da 8ª Vara Cível desta Comarca, no uso de suas atribuições legais, etc...

CONSIDERANDO o teor da Portaria nº 061//2007 de 1.06.2007, da Corregedoria Geral de Justiça do Egrégio tribunal de Justiça do Estado de Roraima, a qual designa os dias 19 a 25 de novembro de 2007, para cumprimento do Plantão Judiciário.

CONSIDERANDO o teor do Provimento nº 067/2003, da Corregedoria Geral de Justiça do Egrégio tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores Viviane Oliveira da Silva Rios – Analista Processual, matrícula 3011130, Jônathas-Augusto Apolônio Gonçalves Vieira – Assistente Judiciário, matrícula 3010147, Carla Crespo Spoher, matrícula 3011083, para cumprirem o Plantão Judiciário, no Cartório da 8ª Vara Cível.

Art. 2º. Determinar que, conforme o Provimento supramencionado em seu art. 2º letras *a* e *b*, durante os dias 24 e 25 de novembro do corrente ano, no horário compreendido entre 08:00 hs. e 18:00 hs. deverão os servidores permanecer em Cartório.

Art. 3º. Determinar, segundo o art. 3º e Parágrafo único do mesmo Provimento, que durante o intervalo das 18:01 hs. às 07:59 hs. no período de 19 a 23 de novembro, o plantão dar-se-á no regime de sobreaviso, mediante o atendimento pelo telefone do plantonista, nº 99715002, devendo comparecer os servidores ao cartório, caso se faça necessário.

Revogam-se todas as disposições em contrário.

Cientifique-se, publique-se e cumpra-se.

César Henrique Alves
Juiz de Direito da 8ª Vara Cível

SECRETARIA DA TURMA RECURSAL

ANTÔNIO ALEXANDRE FROTA ALBUQUERQUE
Escrivão da Turma Recursal

PUBLICAÇÃO DA PAUTA DE JULGAMENTO

A Excelentíssima Senhora Presidente da Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado de Roraima, Elaine Cristina Bianchi, torna público para ciência dos interessados que na 49ª Sessão Ordinária da Turma Recursal, a realizar-se no dia **10 de dezembro** do ano de dois mil e sete, segunda-feira às 15:00 horas, ou nas sessões subseqüentes, serão julgados os processos a seguir:

APELAÇÃO CÍVEL N.º 010.2007.901.317-2 (**PROJUDI**)
APELANTE: JOSÉ APARECIDO CORREIA
ADV.: EM CAUSA PRÓPRIA
APELADO: BOA VISTA ENERGIA S/A
ADV.: ALEXANDRE CÉSAR DANTAS
RELATORA: TÂNIA MARIA VASCONCELOS DIAS

APELAÇÃO CÍVEL N.º 010.2007.901.173-9 (**PROJUDI**)
APELANTE: AMARO BAIXOR DE ATAÍDE
ADV.ª: ANGELA DI MANSO
APELADO: BANCO DA AMAZÔNIA - BASA
ADV: SIVIRINO PAULI
RELATORA: TÂNIA MARIA VASCONCELOS DIAS

APELAÇÃO CÍVEL N.º 010.2007.900.530-1 (**PROJUDI**)
APELANTE: TAM LINHAS AÉREAS
ADV.(S): MARIA EMÍLIA BRITO SILVA LEITE E OUTRO
APELADO: CHARLES BARBOSA MENDES
ADV.ª: ELCIANNE VIANA DE SOUZA (DEFENSORA PÚBLICA)
RELATORA: TÂNIA MARIA VASCONCELOS DIAS

APELAÇÃO CRIMINAL N.º 010 07 160879-7
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA
APELADOS: NILMA LINS DA SILVA E MANUEL DE CARVALHO NOGUEIRA
ADV.: WALLACE RODRIGUES DA SILVA (DEFENSOR PÚBLICO)
RELATOR: ANTÔNIO AUGUSTO MARTINS NETO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA – TRE/RR

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Expediente do dia **04 de dezembro de 2007**, para ciência e intimação das partes.

PAUTA DE JULGAMENTO:

A Secretaria Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, em obediência ao que determina o artigo 32 do RI/TRE, torna público que, na sessão ordinária do dia **18/12/2007** serão julgados os seguintes feitos:

PROCESSO N.º 1157 – CLASSE VI

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO ELEITORAL PROPOSTA PELA COLIGAÇÃO RORAIMA TEM SOLUÇÃO, ROMERO JUCÁ FILHO, COLIGAÇÃO RORAIMA COM SOLUÇÃO E MARIA TERESA SAENZ SURITA JUCÁ EM FACE DOS CANDIDATOS FRANCISCO MOZARILDO DE MELO CAVALCANTI E OTTOMAR DE SOUZA PINTO.
REPRESENTANTE: COLIGAÇÃO RORAIMA TEM SOLUÇÃO E OUTROS
ADVOGADO: MARYVALDO BASSAL DE FREIRE E FERNANDO RODRIGUES DE LIMA
REPRESENTADO: FRANCISCO MOZARILDO DE MELO CAVALCANTI
ADVOGADO: ALEXANDER LADISLAU MENEZES
REPRESENTADO: OTTOMAR DE SOUSA PINTO
ADVOGADO: HENRIQUE KEISUQUE SADAMATSU
RELATOR: JUIZ CHAGAS BATISTA

PUBLICAÇÃO DE DESPACHO/DECISÃO:

PROCESSO N.º 1290 – CLASSE XI
ASSUNTO: PEDIDO DE DECRETAÇÃO DE PERDA DE CARGO ELETIVO DO SR. PEDRO VIEIRA DOS SANTOS, ELEITO AO CARGO DE VEREADOR PELO MUNICÍPIO DE MUCAJÁ NAS ELEIÇÕES DE 2004, BEM COMO A POSSE DO RESPECTIVO SUPLENTE, COM FULCRO NA RESOLUÇÃO TSE N.º 22.610
REQUERENTE: PARTIDO POPULAR SOCIALISTA – PPS/RR, POR SEU PRESIDENTE REGIONAL
REQUERIDO: PEDRO VIEIRA DOS SANTOS
RELATOR: JUÍZA DIZANETE MATIAS

DESPACHO

Cite-se, conforme dispõe o artigo 4.º, da Resolução TSE n.º 22.610/2007.

Boa Vista, 30 de novembro de 2007.

Juíza DIZANETE MATIAS
Relatora

PROCESSO N.º 1277 – CLASSE XI
ASSUNTO: PEDIDO DE INSERÇÕES DE PROPAGANDA
PARTIDÁRIA GRATUITA EM REDE ESTADUAL DE RÁDIO E
TELEVISÃO, NO 1.º SEMESTRE DE 2008, DO PARTIDO
DEMOCRÁTICO TRABALHISTA – PDT.
REQUERENTE: MÁRIO ROCHA, PRESIDENTE DO PDT/RR
RELATOR: JUIZ LUIZ FERNANDO MALLETT

DESPACHO

Face a promoção (fl. 09/20), encaminho os autos ao Ministério Público Eleitoral

Boa Vista, 29 de novembro de 2007.

JUIZ LUIZ FERNANDO MALLETT
Relator

PROCESSO N.º 1255 – CLASSE XI
ASSUNTO: INQUÉRITO POLICIAL FEDERAL N.º 493/2006
POR SUPOSTA INCIDÊNCIA AO ARTIGO 299 DA LEI N.º
4.737/65 – CÓDIGO ELEITORAL
AUTOR: POLÍCIA FEDERAL
RÉU: MECIAS DE JESUS
RELATOR: JUIZ CHAGAS BATISTA

Vistos...

Prorrogo, pela 5.ª vez (fls. 132, 147, 154, e 164), o prazo para audição do investigado, concedendo à autoridade policial o prazo de sessenta (60) dias para conclusão do inquérito em apreço.
Publique-se.

Boa Vista, 03 de dezembro de 2007.

JUIZ CHAGAS BATISTA
Relator

PROCESSO N.º 14 – CLASSE V
ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO DOS
CANDIDATOS ELEITOS F. M. M. C e O. S. P.
REQUERENTE: P... e OUTROS
ADVOGADOS: MARYVALDO BASSAL DE FREIRE E
FERNANDO LIMA
REQUERIDO: O S. P.
ADVOGADO: HENRIQUE KEUSUKE SADAMATSU
REQUERIDO: F. M. . M. C.
ADVOGADO: ALEXANDER LADISLAU MENEZES E
OUTROS
RELATOR: JUIZ CHAGAS BATISTA

Vistos ...

Assiste razão, em parte, ao Ministério Público. De fato, houve erro material na indicação do mês na decisão de fl. 1.141.

Consta do terceiro parágrafo que a devolução dos autos ocorreu em 18 de junho, quando, na verdade, deu-se em 18 de julho (fl. 1.133).

No sexto parágrafo, consta que o prazo recursal havia corrido somente nos dias 18 e 19 de junho, porém de fato o prazo correu nos dias 18 e 19 de julho (fl. 1.133 – devolução dos autos no dia 18/7 e fl. 1.140 – nova conclusão no dia 20/7).

Não há razão para mudar a decisão por este motivo, já que o mero erro na indicação do mês não implica em alteração na sua essência: o prazo recursal correu durante dois dias, uma vez que o requerido teve os autos à sua disposição naquele período. O terceiro dia, como consta da decisão, foi devolvido.

Todavia, refletindo melhor sobre a questão, vislumbro uma situação que, embora contribua com o evidente intuito protelatório e não tenha sido percebido pelas partes, pode dar ensejo à nulidade do processo.

É que o requerido não foi intimado sobre a disponibilidade dos autos nos dias 18 e 19 de julho.

Por esta razão, restituo o prazo recursal de dois dias para o requerido O. S. P.

Publique-se.

Findo o prazo, faça-se nova conclusão.

Boa Vista, 03 de dezembro de 2.007

JUIZ CHAGAS BATISTA
Relator

3.ª ZONA ELEITORAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO

De ordem do MMª Juíza da 3ª Zona Eleitoral de Roraima, Dra. Maria Aparecida Cury, faz saber a todos que do presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento, para que tome ciência da sentença que julgou as contas referente aos processos de prestação de contas do Partido Democrático Trabalhista - PDT, que tramitam no Juízo Eleitoral na 3ªZE/RR.

Processo 046/2007

Ação : PRESTAÇÃO DE CONTAS

Exercício: 2006

Partido: PARTIDO democrático trabalhista - PDT

Município: CANTÁ

SENTENÇA: Assim, em conformidade com a manifestação ministerial, **APROVO** a Prestação de Contas do Partido acima referenciado, nos termos das Resoluções TSE n.º 21.841/2004 e 22.067/2005.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Transitado em julgado, archive-se.

Alto Alegre, 03 de dezembro de 2007.

Maria Aparecida Cury
Juíza Eleitoral 3ª ZE

Processo 047/2007

Ação : PRESTAÇÃO DE CONTAS

Exercício: 2006

Partido: PARTIDO democrático trabalhista - PDT

Município: bonfim

SENTENÇA: Assim, em conformidade com a manifestação ministerial, **APROVO** a Prestação de Contas do Partido acima referenciado, nos termos das Resoluções TSE n.º 21.841/2004 e 22.067/2005.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Transitado em julgado, archive-se.

Alto Alegre, 03 de dezembro de 2007.

Maria Aparecida Cury
Juíza Eleitoral 3ª ZE

Processo 048/2007

Ação : PRESTAÇÃO DE CONTAS

Exercício: 2006

Partido: PARTIDO democrático trabalhista - PDT

Município: uiramutã

SENTENÇA: Assim, em conformidade com a manifestação ministerial, **APROVO** a Prestação de Contas do Partido acima referenciado, nos termos das Resoluções TSE n.º 21.841/2004 e 22.067/2005.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Transitado em julgado, archive-se.

Alto Alegre, 03 de dezembro de 2007.

Maria Aparecida Cury
Juíza Eleitoral 3ª ZE

Processo 049/2007

Ação : PRESTAÇÃO DE CONTAS

Exercício: 2006

Partido: PARTIDO democrático trabalhista - PDT

Município: pacaraima

SENTENÇA: Assim, em conformidade com a manifestação ministerial, **APROVO** a Prestação de Contas do Partido acima referenciado, nos termos das Resoluções TSE n.º 21.841/2004 e 22.067/2005.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Transitado em julgado, archive-se.

Alto Alegre, 03 de dezembro de 2007.

Maria Aparecida Cury
Juíza Eleitoral 3ª ZE

Processo 050/2007

Ação : PRESTAÇÃO DE CONTAS

Exercício: 2006

Partido: PARTIDO democrático trabalhista - PDT

Município: normandia

SENTENÇA: Assim, em conformidade com a manifestação ministerial, **APROVO** a Prestação de Contas do Partido acima

referenciado, nos termos das Resoluções TSE n.º 21.841/2004 e 22.067/2005.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Transitado em julgado, archive-se.
Alto Alegre, 03 de dezembro de 2007.

Maria Aparecida Cury
Juíza Eleitoral 3ª ZE

Processo 051/2007

Ação : PRESTAÇÃO DE CONTAS

Exercício: 2006

Partido: PARTIDO democrático trabalhista - PDT

Município: alto alegre

SENTENÇA: Assim, em conformidade com a manifestação ministerial, **APROVO** a Prestação de Contas do Partido acima referenciado, nos termos das Resoluções TSE n.º 21.841/2004 e 22.067/2005.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Transitado em julgado, archive-se.
Alto Alegre, 03 de dezembro de 2007.

Maria Aparecida Cury
Juíza Eleitoral 3ª ZE

Processo 052/2007

Ação : PRESTAÇÃO DE CONTAS

Exercício: 2006

Partido: PARTIDO democrático trabalhista - PDT

Município: AMAJARI

SENTENÇA: Assim, em conformidade com a manifestação ministerial, **APROVO** a Prestação de Contas do Partido acima referenciado, nos termos das Resoluções TSE n.º 21.841/2004 e 22.067/2005.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.
Transitado em julgado, archive-se.
Alto Alegre, 03 de dezembro de 2007.

Maria Aparecida Cury
Juíza Eleitoral 3ª ZE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

ATA DE DISTRIBUIÇÃO REALIZADA EM: 30/11/2007

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO COMUM

I-DISTRIBUIÇÃO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO:2007.42.00.002737-5 PROT.:29/11/2007
CLASSE:15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE:DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA
REQDO:IGNORADO
VARA:2ª VARA FEDERAL

PROCESSO:2007.42.00.002738-9 PROT.:29/11/2007
CLASSE:15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE:DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA
REQDO:IGNORADO
VARA:1ª VARA FEDERAL

PROCESSO:2007.42.00.002739-2 PROT.:29/11/2007
CLASSE:15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE:DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA
REQDO:IGNORADO
VARA:2ª VARA FEDERAL

PROCESSO:2007.42.00.002741-6 PROT.:30/11/2007
CLASSE:15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE:DELEGADO DE POLÍCIA EM RORAIMA
REQDO:GENEBAL BARBOSA FERREIRA
VARA:1ª VARA FEDERAL

PROCESSO:2007.42.00.002742-0 PROT.:30/11/2007
CLASSE:1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR:JUAN CARLOS PERES LORENZO
ADVOGADO:FRANCISCO DAS CHAGAS BATISTA
REU:UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR E OUTROS
VARA:2ª VARA FEDERAL

PROCESSO:2007.42.00.002743-3 PROT.:30/11/2007
CLASSE:3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE:CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA,ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREA/RR
ADVOGADO:JOHNSON ARAUJO PEREIRA
EXCDO:VIDRACARIA UNIAO LTDA
VARA:2ª VARA FEDERAL

PROCESSO:2007.42.00.002744-7 PROT.:30/11/2007
CLASSE:3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE:CONSELHO REGIONAL DE ARQUITETURA E AGRONOMIA CREA/RR
ADVOGADO:JOHNSON ARAUJO PEREIRA
EXCDO:C.T.L TERRAPLANAGEM LTDA
VARA:2ª VARA FEDERAL

PROCESSO:2007.42.00.002745-0 PROT.:30/11/2007
CLASSE:3300-EXECUÇÃO FISCAL/OUTRAS
EXQTE:CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREA
ADVOGADO:JOHNSON ARAUJO PEREIRA
EXCDO:PEDRA NORTE EXTRACAO DE PEDRAS LTDA
VARA:1ª VARA FEDERAL

PROCESSO:2007.42.00.002748-1 PROT.:30/11/2007
CLASSE:15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE:DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA
REQDO:IGNORADO
VARA:1ª VARA FEDERAL

PROCESSO:2007.42.00.002749-5 PROT.:30/11/2007
CLASSE:15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE:DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA
REQDO:IGNORADO
VARA:2ª VARA FEDERAL

2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO:2007.42.00.002740-2 PROT.:30/11/2007
CLASSE:1900-AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS
AUTOR:EMPRESA REI DO TABIQUE LTDA
ADVOGADO:ALCIDES DA CONCEIÇÃO LIMA FILHO
REU:INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVAVEIS - IBAMA
VARA:1ª VARA FEDERAL

I-DISTRIBUIÇÃO
2)POR DEPENDENCIA

PROCESSO:2007.42.00.002746-4 PROT.:30/11/2007
CLASSE:15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE:DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA
REQDO: AMADEUS PEREIRA SILVA E OUTROS
VARA:1ª VARA FEDERAL

PROCESSO:2007.42.00.002747-8 PROT.:30/11/2007
CLASSE:15601-INQUÉRITO POLICIAL
REQTE:DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM RORAIMA
REQDO:SAULO ROMERO DE ANDRADE E SILVA
VARA:1ª VARA FEDERAL

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO

IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :10
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :3
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :0
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :0
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
TOTAL DOS PROCESSOS :13

PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL (JEF)

PROCESSO:2007.42.00.700576-4 PROT.:30/11/2007
CLASSE:51300-CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF
AUTOR::GENESIO DA COSTA AGUIAR
ADVOGADO:AUGUSTO DANTAS LEITAO
REU::UNIAO
VARA:3ª VARA JEF

PROCESSO:2007.42.00.700577-8 PROT.:30/11/2007
CLASSE:51300-CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF
AUTOR::GLEUDSON ANDRADE DA COSTA
ADVOGADO:AUGUSTO DANTAS LEITAO
REU::UNIAO
VARA:3ª VARA JEF

PROCESSO:2007.42.00.700578-1 PROT.:30/11/2007
CLASSE:51300-CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF
AUTOR::ARTEMIZA DE BRITO TUPINANBA
ADVOGADO:AUGUSTO DANTAS LEITAO
REU::UNIAO
VARA:3ª VARA JEF

PROCESSO:2007.42.00.700579-5 PROT.:30/11/2007
CLASSE:51300-CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF
AUTOR::VIRGINIA SARAH CAON FIN
ADVOGADO:AUGUSTO DANTAS LEITAO
REU::UNIAO
VARA:3ª VARA JEF

PROCESSO:2007.42.00.700580-5 PROT.:30/11/2007
CLASSE:51300-CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF
AUTOR::LUCIZETE DOURADO SUZUKY
ADVOGADO:AUGUSTO DANTAS LEITAO
REU::UNIAO
VARA:3ª VARA JEF

I-DISTRIBUICAO
1)AUTOMÁTICA

PROCESSO:2007.42.00.700581-9 PROT.:30/11/2007
CLASSE:51300-CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF
AUTOR::JOSE RONALDO DA COSTA
ADVOGADO:AUGUSTO DANTAS LEITAO
REU::UNIAO
VARA:3ª VARA JEF

PROCESSO:2007.42.00.700582-2 PROT.:30/11/2007
CLASSE:51300-CÍVEL / SERVIÇO PÚBLICO / JEF
AUTOR::MARILENE LIMA DA SILVA
ADVOGADO:JOSENILDO FERREIRA BARBOSA
REU::UNIAO
VARA:3ª VARA JEF

III-NÃO HOUVE IMPUGNAÇÃO
IV-DEMONSTRATIVO

DISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :7
DISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :0
DISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
REDISTRIBUIDOS AUTOMATICAMENTE :0
REDISTRIBUIDOS POR DEPENDENCIA :0
REDISTRIBUIDOS MANUALMENTE :0
TOTAL DOS PROCESSOS :7

ÍNDICE POR ADVOGADOS

RR 189 => 001
RR 254-A => 002

1.ª VARA FEDERAL

Juiz Federal
HELDER GIRÃO BARRETO
Diretor de Secretaria
FLÁVIO DIAS DE S. C. JÚNIOR

**EXPEDIENTE DO DIA 3 DE DEZEMBRO DE 2007
AUTOS COM SENTENÇA**

001 - 2007.42.00.001059-4
CLASSE : 13101 – PROC COMUM / JUIZ SINGULAR
AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RÉU : FÁBIO CASTRILLON RESTREPO E OUTRO

ADVOGADO : LENO G. RODRIGUES LIRA, OAB/RR 189

SENTEÇA: "... diante do exposto, julgo procedente a pretensão punitiva do Estado para condenar os réus FÁBIO CASTRILLON RESTREPO e LUIS ENRIQUE AVILA pelo crime previsto no art. 289, § 1º, do Código Penal."

2ª VARA FEDERAL

Juiz Federal
ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES
Diretora de Secretaria
DILMAALVES GONÇALVES

EXPEDIENTE DO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2007

AUTOS COM DESPACHO**No(s) processo(s) abaixo relacionado(s):**

002 - 2005.42.00.000126-9
CLASSE: 13101 – PROCESSO COMUM
AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
RÉU: EDILSON BARBOSA DE LIMA
ADVG:: **ELIAS BEZERRA DA SILVA – OAB/RR 254/A**
O Exmo Juiz Federal, Dr. ATANAIR NASSER RIBEIRO LOPES exarou o **DESPACHO**: Recebo a apelação às fls. 246/251. Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Publique-se.

EDITAIS**TABELIONATO DE 2º OFÍCIO****EDITAL DE PROCLAMAS**

Faço saber que pretendem casar-se **EDNALDO FERREIRA DE CARVALHO** e **ROSILEIA DA CONCEIÇÃO SILVA**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, III, e IV, do Código Civil Brasileiro.

ELE é natural de Fortaleza, Estado do Ceará, nascido a 19 de abril de 1986, de profissão: vendedor, residente a Rua: Izídio Galdino Filho, nº 859, Bairro: Jardim Caranã, filho de **JOSE EVANDRO DE CARVALHO** e de **MARIANEUSIANA FERREIRA DE CARVALHO**.

ELA é natural de Monção, Estado do Maranhão, nascida a 21 de setembro de 1973, de profissão: vendedora, residente a Rua: Izídio Galdino Filho, nº 859, Bairro: Jardim Caranã, filha de **DIOLICIO PEREIRA DA SILVA** e de **RITA MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 03 de Dezembro de 2007
Wagner Mendes Coelho
Tabelião

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se **FRANSUWILLAMY SILVA MAGALHÃES** e **SIDELANE SOUSA SALES**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, III, e IV, do Código Civil Brasileiro.

ELE é natural de Penalva, Estado do Maranhão, nascido a 26 de dezembro de 1981, de profissão: aux. de pintura, residente a Rua: Francisco Sales Viera, nº 331, Bairro: Santa Luzia, filho de **FRANCISCO ALVES MAGALHÃES** e de **MIRIAM DE JESUS SILVA MAGALHÃES**.

ELA é natural de Zé Doca, Estado do Maranhão, nascida a 12 de outubro de 1986, de profissão: vendedora, residente a Av. dos Garimpeiros, nº 338, Bairro: Alvorada, filha de **ANTONIO SIMÃO SALES** e de **VALDECILDA PAULA SOUSA SALES**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 29 de Novembro de 2007
Wagner Mendes Coelho
Tabelião

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se **KLEBER SOUSA DO NASCIMENTO e TIANE BRASIL DOS SANTOS**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, III, e IV, do Código Civil Brasileiro.

ELE é natural de Vitorino Freire, Estado do Maranhão, nascido a 18 de junho de 1981, de profissão: encarregado de cobrança, residente a Av: Rui Baraúna, nº 969, Bairro: Caranã, filho de **FRANCISCO SOUSA DO NASCIMENTO e de MARLENE SOUSA DO NASCIMENTO**.

ELA é natural de Boa Vista, Estado de Roraima, nascida a 27 de Agosto de 1983, de profissão: professora, residente a Av. Rui Baraúna, nº 969, Bairro: Caranã, filha de **ANTONIO IZIDIO DOS SANTOS e de MARIAITELVINA JAIME BRASIL**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 03 de dezembro de 2007
Wagner Mendes Coelho
Tabelião

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se **MARCIO ALEXSANDRE SANTOS DE CASTRO e JUCIANE OLIVEIRA BRAGANÇA**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, III, e IV, do Código Civil Brasileiro.

ELE é natural de Manaus, Estado do Amazonas, nascido a 10 de agosto de 1979, de profissão: vendedor, residente a Rua. Cidade Cascavel, nº 920, Bairro: Equatorial, filho de **MARIO JORGE VIEIRA DE CASTRO e de MARIA DAS GRAÇAS SANTOS DE CAS TRO**.

ELA é natural de Manacapuru, Estado do Amazonas, nascida a 02 de maio de 1985, de profissão: autônoma, residente a Rua. Cidade Cascavel, nº 920, Bairro: Equatorial, filha de *** e de **MARIA JOSÉ OLIVEIRA BRAGANÇA**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 03 de dezembro de 2007
Wagner Mendes Coelho
Tabelião

EDITAL DE PROCLAMAS

Faço saber que pretendem casar-se **VYT CORREIA DA SILVA e RAIANE DE SOUSA SILVA**, para o que apresentaram os documentos exigidos pelo art. 1.525, nº. s I, III, e IV, do Código Civil Brasileiro.

ELE é natural de Vitorino Freire, Estado do Maranhão, nascido a 06 de janeiro de 1984, de profissão: militar, residente a Rua. S-05, nº 1701, Bairro: Silvio Botelho, filho de **VICENTE PAULO SILVA e de LUSINETE CORREIA SILVA**.

ELA é natural de Itaituba, Estado do Pará, nascida a 03 de maio de 1991, de profissão: estudante, residente a Rua. N-17, nº 525, Bairro: Silvio Botelho, filha de **RAIMUNDO ARAÚJO SILVA e de MARIA HILDA DE SOUSA SILVA**.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.

Lavro o presente para ser fixado em Cartório no lugar de costume e enviada cópia para ser publicada pela imprensa local.

Boa Vista – RR, 04 de dezembro de 2007
Wagner Mendes Coelho
Tabelião

Diário do Poder Judiciário Provimento Nº 001/1992

Des. Robério Nunes dos Anjos
Presidente

Des. Carlos Henriques Rodrigues
Vice-Presidente

Des. Lupercino de Sá Nogueira Filho
Corregedor Geral de Justiça

Des. José Pedro Fernandes
Des. Mauro José do Nascimento Campello
Des. Ricardo de Aguiar Oliveira
Des. Almiro José Mello Padilha
Membros

João Augusto Barbosa Monteiro
Diretor-Geral

Palácio da Justiça
Praça do Centro Cívico, s/n, Centro
Cep: 69301-380, Boa Vista, RR
(95) 3621-2675

JUSTIÇA MÓVEL

0800 280 8580



Justiça Especial Volante JUSTIÇA NO TRANSITO

Acidentes de trânsito no perímetro urbano de Boa Vista em que tenham ocorrido somente danos materiais, sem vítimas

- Atendimento 24h, todos os dias da semana
- (95) 9971-6700 – 3621 2657 Justiça no Trânsito
- 190 – Central de Operações da Polícia Militar – COPOM
- 194 – Central de Operações da Polícia Civil
- A equipe se deslocará ao local do acidente e um conciliador tentará promover a conciliação dos envolvidos para solução imediata da questão

**Corregedoria
Geral de Justiça**

Ouvidoria-Geral

**Telefone
0800 2809551**

**e-mail:
ouvidoria@tj.rr.gov.br**



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Roraima
Departamento de Informática

Em caso de problemas com:

- **SISCOM**
- **Equipamentos de Informática**
- **Softwares/Aplicativos**
- **Acesso ao Serviço de Redes**
- **Dúvidas e/ou solicitações na área de informática**

Entre em contato com:

Central de Atendimento

Ramal: 2670
(Palácio da Justiça e Fórum)

Externo: 3621-2670
(Juizado da Infância e Juventude e Comarcas)

e-mail: suporte@tj.rr.gov.br

Acesse a intranet: <http://intranet/>

Horário: 08:00 às 18:00

SAU Seção de Atendimento ao Usuário - DI

Serviço exclusivo ao Poder Judiciário do Estado de Roraima



**Assine o

DIÁRIO
DO PODER
JUDICIÁRIO**

3623-6108



Assine o

**DIÁRIO
DO PODER
JUDICIÁRIO**

3623-6108



Assine o

**DIÁRIO
DO PODER
JUDICIÁRIO**

3623-6108



**Assine o Diário do
Poder Judiciário**

Telefone: 3623-6108



**Assine o Diário do
Poder Judiciário**

Telefone: 3623-6108